

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NATHÁLIA SARAIVA RIBEIRO

Entre *Salomé*s, Burguesas e Mulheres Populares  
Reflexões sobre as personagens femininas das crônicas de João do Rio e a formação de perfis  
morais da modernidade urbana

NITERÓI

2016

NATHÁLIA SARAIVA RIBEIRO

Entre *Salomé*s, Burguesas e Mulheres Populares

Reflexões sobre as personagens femininas das crônicas de João do Rio e a formação de perfis  
morais da modernidade urbana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
da Universidade Federal Fluminense, como requisito à  
obtenção do título de Mestra em História Social.

Área de concentração: História Contemporânea I

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Augusto Addor

Niterói

2016

NATHÁLIA SARAIVA RIBEIRO

Entre *Salomé*s, Burguesas e Mulheres Populares

Reflexões sobre as personagens femininas das crônicas de João do Rio e a formação de perfis  
morais da modernidade urbana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
da Universidade Federal Fluminense, como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestra em História Social.

Aprovada em      de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Addor – UFF

Orientador

---

Prof. Dr. César Teixeira Honorato – UFF

Arguidor

---

Profa. Dra. Magali Gouveia Engel – UERJ

Arguidora

Niterói

2016

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

R484 Ribeiro, Nathalia Saraiva.

Entre Salomé, burguesas e mulheres populares : reflexões sobre as personagens femininas das crônicas de João do Rio e a formação de perfis morais da modernidade urbana / Nathalia Saraiva Ribeiro. – 2016.

154 f.

Orientador: Calos Augusto Addor.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 149-151.

1. Mulheres. 2. Crônicas. 3. Belle époque. 4. João, do Rio, 1881-1921; crítica e interpretação. I. Addor, Calos Augusto. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

*às fortes mulheres da minha vida que me guiaram até aqui*

## AGRADECIMENTOS

Permito-me aqui despir-me um pouco da formalidade para agradecer a todos que me ajudaram de uma forma ou de outra a chegar até aqui. Quero agradecer ao meu querido orientador Prof. Carlos Addor que aceitou me orientar e me ajudou a todo o momento, me orientando e me apoiando sempre.

Quero agradecer à minha mãe e não tenho palavras para demonstrar o quanto, resumo aqui em duas: gratidão e amor. Agradeço ainda ao Italo em especial e a todos da minha família pelo apoio incondicional. Ao Pedro, que me iluminou quando estava escuro. À Thaís por aceitar nosso legado de sermos almas semelhantes e por dividir comigo esse momento de arrumação de caixinha e superação. Agradeço a todos os meus amigos por todo apoio.

As galerosas – claro! –, por juntarem suas malas as minhas nessa louca viagem, pelas risadas, gritos, bolos de limão, pelo empoderamento, sororidade, respeito e ... pelas muitas, mais muitas risadas. Aos moradores do 406 que me fizeram tão feliz, tão acolhida, obrigada Pedro por ser um ótimo amigo, um cara sensacional e melhor imitador de sotaques, obrigada Thiago pelas ótimas prosas e pelo orgulho de Sorocaba (rs). Agda, Livia e Paulo pelas tantas risadas e conversas. A Silvana por trazer a Bahia pra Niterói, por sua energia, sua alegria, sua amizade. A Jessyka por me fazer querer ser mais forte pra te mostrar que você é sensacional, por me deixar entrar na sua vida e por chegar abrindo a porta e falar “cheguei!” na minha.

Agradeço ainda aos Prof. César Honorato e Profa. Magali Gouveia Engel por aceitarem o convite de participar tanto em minha qualificação quanto em minha defesa, as sugestões e as críticas foram muito bem vindas e muito me ajudaram a iluminar o caminho para terminar essa dissertação de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento acadêmico que me possibilitou continuar com o projeto de mestrado e chegar até esse momento da defesa.

*Com licença poética*

*Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.  
Não sou tão feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e  
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.  
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
-- dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem pedigree,  
já a minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

PRADO, Adélia. Bagagem. São Paulo: Siciliano. 1993. p. 11.

## RESUMO

Nosso objetivo nessa pesquisa é utilizando crônicas de João do Rio vislumbrar quais eram e como se deu a formação de perfis morais femininos na *belle époque* carioca. A modernização carioca espelhava-se nos grandes centros urbanos como Paris e Londres, e trazia em si os paradoxos da modernidade. Nesse momento de fins do século XIX e princípio do XX, os olhares se voltavam para a modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro, para o tão estimado *progresso*. Com o capitalismo em ascensão em uma sociedade recém-saída de um sistema escravista o progresso parecia significar remodelar não só a cidade, mas a moral, os hábitos e os costumes da população, parecia necessário largar todo e qualquer vestígio do passado monárquico, atrasado em prol da modernidade. Nesse sentido, os discursos morais baseados na moral do ideal burguês de família, procuravam promover a uma ordenação dos papéis sociais, promoviam uma moral tentavam incutir à população. João do Rio era um cronista carioca e suas crônicas nos trazem muito sobre esse período, através de suas crônicas procuramos ver a construção dos perfis morais femininos. Nesse processo percebemos que esses perfis idealizados e generalizantes eram mais imagéticos do que realmente vivenciados pelas mulheres que em suas complexidades e diversidades, não cabiam nos papéis sociais restritos que esses a moralização burguesa, científica e mesmo jurídica tentavam promover.

**Palavras-chave:** Mulheres, crônicas, perfis femininos, *belle époque*.

## ABSTRACT

Our goal in this research is used João do Rio chronic glimpse which were and how was the formation of women's moral profiles in belle époque Rio. The Rio de Janeiro modernization mirrored up in large urban centers like Paris and London, and it contained the paradoxes of modernity. At that time in the late nineteenth century and early twentieth centuries, the eyes turned to the urban modernization of the city of Rio de Janeiro, for the highly regarded progress. With capitalism on the rise in a fresh out company of a slave system progress seemed to mean reshape not only the city, but morals, habits and people's customs, it seemed necessary to leave all traces of the monarchical past, late on for the sake of modernity. In this sense, the moral speeches based on the moral ideal of the bourgeois family, sought to promote a sort of social roles, promoting a moral tried to instill to the population. João do Rio was a chronicler and their chronic bring us much about this period, through its chronic seek to see the construction of female moral profiles. In this process we realized that these idealized and generalizing profiles were more imagery than actually experienced by women in their complexities and diversities, they did not fit in the restricted social roles that these bourgeois moralizing, scientific and even legal trying to promote.

**Keywords:** Women, chronicles, female profiles, belle époque.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 – João do Rio: O olhar do cronista <i>flâneur</i></b> .....	<b>15</b>
<b>Capítulo 2 – Cidade e modernidade nas crônicas urbanas de João do Rio</b> .....	<b>28</b>
2.1.O Rio “ <i>Civiliza-se!</i> ”: a modernização urbana do “bota-abaixo” .....	31
2.2.Vertigens da modernidade .....	41
2.3.Os modernos seres individuais: o/a carioca em formação .....	45
2.4.Miséria, <i>incivilidade</i> e modernidade nos mundos do trabalho.....	51
<b>Capítulo 3 – O discurso moralizador e os “tipos” de mulheres modernas</b> .....	<b>65</b>
3.1.A mulher nos espaços públicos e privados: cotidiano e sociedade .....	68
3.1.1.“A pedra angular para a sociedade moderna”: a família.....	77
3.1.2.A mulher e o trabalho .....	83
3.2.As <i>Salomé</i> s: composição dos perfis femininos sobre a imagem da prostituta	89
3.3.As burguesas: composição dos perfis femininos sobre a imagem da mulher burguesa .....	107
3.4.Mulheres populares: composição dos perfis femininos sobre a imagem da mulher pobre	126
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>147</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>149</b>
<b>6. FONTES</b> .....	<b>152</b>
6.1.Lista de fontes impressas .....	152
6.2.Lista de periódicos .....	152

## Introdução

No início de um estudo sobre perfis femininos na *belle époque* carioca duas questões precisam ser destacadas, primeiro o uso do termo “mulheres”, no plural; segundo a dominação de gênero e classe, latentes na formação desses perfis normativos.

Mulheres, no plural. Mesmo que o centro dessa pesquisa seja a formação de perfis morais femininos que tentavam singularizar a diversidade das experiências e das personagens femininas urbanas, a profusão de vivências femininas distintas não pode ser ignorada. Escrevendo “mulher” para me referir às diversas mulheres – que, mesmo tendo características que as aproximem entre si, eram únicas em sua pluralidade – estaria restringindo essas mulheres numa figura geral, uniforme, como os perfis morais que aqui vamos debater. Maria Clementina da Cunha (1998) ressalta essa importância de se tratar as mulheres no plural, ou seja, ao invés de escrever “a mulher burguesa”, tratar das “mulheres burguesas” respeitando a pluralidade de suas experiências dentro de suas características comuns.

O outro ponto, a dominação de classe e gênero. Os discursos: burguês, jurídicos, médicos e higienista que se disseminaram no correr do século XIX e início do XX traziam uma moral advinda das camadas mais altas da sociedade, além de propagar a ideia da inferioridade do corpo feminino perante o masculino – baseados no discurso científico. A mulher, enquanto gênero, era considerada inferior não apenas fisicamente mais também no âmbito intelectual. Frágil, sensível, cujo espaço de existência era o privado e sua principal função era ser mãe. Sobre as constatações médico-científicas da época: “A primeira constatação era a de que a mulher era mais frágil fisicamente do que o homem. Desta fragilidade física adivinham a delicadeza e a debilidade da constituição moral da mulher” (CHALHOUB, 2012, p.178).

Nas primeiras décadas do século XX, porém, as mulheres vão ganhando mais e mais espaço no meio público, a modernidade expande suas possibilidades e suas experiências, na

mesma medida os discursos morais tentam classificá-las como forma de controle social. Essa pesquisa tem como foco esse movimento duplo da modernidade.

Na virada do século XIX para o XX o ímpeto pelo progresso modificava os costumes e a vida em sociedade, mas em momentos de mudanças a *ordem* era necessária para manutenção da moral e dos papéis sociais.

Desde 1870 a cidade do Rio de Janeiro é objeto de análise dos mais diferentes tipos de observadores. Sejam os médicos, preocupados com as doenças; sejam os higienistas e sanitaristas, preocupados com as condições de salubridade; sejam os engenheiros, preocupados com as condições físicas do parque imobiliário; sejam os políticos ou elementos ligados a administração pública, preocupados com as condições gerais de organização; (...) (PECHMAN, 1992, p.77).

Todos esses promoveram discursos de visando a ordenação da cidade. Compreendemos que na concepção dos propagadores desses discursos era importante delimitar os papéis, acentuá-los, ordenar a vida em sociedade, mas esse processo reiterava as diferenças sociais, e defendia uma moral que vinha de cima, de uma parcela mais rica da sociedade. Moral essa que não era absorvida pelas classes mais populares tão facilmente, os preceitos morais burgueses eram resignificados no meio das camadas mais pobres da população, suas assimilações eram de acordo com suas próprias experiências e necessidades.

No correr de nossa pesquisa, se mostrou impossível olhar para a delimitação desses perfis e ignorar a multiplicidade da vivência das mulheres na cidade do Rio de Janeiro do período que estudamos. Nosso intuito passou a ser então, não só pesquisar sobre a formação de perfis morais femininos que classificavam os papéis dessas mulheres em sociedade, como também, ver o que diferenciava essas mulheres dentro de cada “perfil”. Estudar a formação de perfis morais é estudar também os seus limites, suas fronteiras, essas barreiras eram muito frágeis, por exemplo, uma mulher burguesa “ideal”, poderia destoar de seu papel social ao dar mais importância ao trabalho do que à busca por um marido.

Nas 142 crônicas que foram selecionadas e estudadas nessa pesquisa o discurso moralizante se faz presente, assim como a força das mulheres cariocas. Foram escolhidas quatro coletâneas e mais 39 crônicas de João do Rio para esse trabalho, *A alma encantadora das ruas* foi o primeiro contato com o autor e também uma de suas mais tocantes obras, já *Vida Vertiginosa*, *Cinematógrafo* e *Psychologia Urbana* são a cidade pulsante. As 39 crônicas avulsas foram escolhidas através do *João do Rio: Catálogo Bibliográfico* de João Carlos Rodrigues, selecionadas pelo tema em comum, as mulheres, seja pela presença de personagens femininos ou de temáticas como casamento e vestuário que nos importam como temas relacionados às mulheres.

A partir desse levantamento foi feita uma organização dessas 142 crônicas de acordo com os seguintes temas: cidade e modernidade; trabalho; classes populares e miséria no espaço urbano; prostituição; mulher e trabalho; mulheres burguesas. Essa ordenação nos permitiu trabalhar várias temáticas de nossa fonte além de possibilitar uma conversa com a bibliografia desde o debate sobre a cidade e modernidade até o estudo do foco dessa pesquisa: as mulheres e os perfis morais femininos.

Esse trabalho, fruto de nossa pesquisa com as 142 crônicas de João do Rio, será disposto da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz o foco sobre João do Rio, sua vida, sua obra, influências, além de descrever com mais detalhamento as fontes históricas dessa pesquisa; o segundo capítulo trata da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, enfocando nas questões acerca da modernidade; o terceiro capítulo traz o debate sobre a mulher na modernidade e o trabalho com os supostos “tipos” femininos da vida urbana moderna carioca.

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação de nosso autor-fonte, sua obra e as nossa fonte histórica, as crônicas urbanas de João do Rio. Inicialmente apresentamos João do Rio, sua vida e obra, suas influências literárias, utilizando autores que estudaram sobre o cronista, inclusive João Carlos Rodrigues – sendo este primeiro, o autor do catálogo

bibliográfico de João do Rio que utilizamos nessa pesquisa – e Antonio Edmilson Martins Rodrigues. Por fim, descrevemos nossa fonte, discutindo a importância de usar crônicas como objeto de pesquisa e ainda, trazendo a relevância dos ideais de modernidade através e na escrita dos textos de João do Rio, sendo crônicas urbanas nos relatam muito do cotidiano da cidade e de seus moradores.

No segundo capítulo faremos uma contextualização da conjuntura do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, trazendo o debate acerca da modernização da cidade, dos ideais de modernidade e progresso que regeram as modificações urbanas e sócio-culturais da cidade. O caráter progressista que se instaura no Brasil do fim do século XIX e se mantém durante o século XX, tem sua principal base no ideal de civilização moderna que, aparece durante este período vindo das principais capitais mundiais.

Desta “necessidade” do moderno apresentada nesse período é que surgem certas características do início do Brasil republicano, como o improvisado e a velocidade. Pretendemos apresentar esses ideais conforme formos apresentando a cidade, as mudanças urbanísticas e de costumes. Para essa contextualização utilizaremos autores como: Jaime Benchimol (1984), Renato Cordeiro Gomes (2005), Nicolau Sevcenko (1998) e Oswaldo Porto Rocha (1995).

Ainda iremos nesse capítulo explorar as crônicas, selecionamos algumas delas que apresentam descrições que trazem enfoque ao conceito de modernidade e a influência dessa no cotidiano; para tal conjugaremos o estudo das crônicas com nossas leituras de obras como a de Marshall Berman (1986) e Walter Benjamin (1994) e Richard Sennet (1999). Trataremos, ainda, da influência da modernidade na vida dos/as cariocas nesse período, discutiremos os homens e mulheres modernos procurando falar não só dos deslumbres com as modernidades quanto, também, das situações de miséria e exploração em que alguns viviam.

Ao longo de nossa pesquisa sentimos a necessidade de discutir a questão da miséria e da pobreza na modernidade, partindo das crônicas que influenciadas pelo decadentismo de

João do Rio cobriam descrições tanto dos espaços de luxo quanto dos espaços de miséria da modernidade carioca. Essa reflexão merece atenção, pois é imprescindível para o estudo dos perfis femininos da modernidade, já que o número de mulheres pobres e miseráveis é grande no contexto. As obras de Henri Lefebvre (2001) e Oswaldo Porto Rocha (1995) auxiliaram muito nessa reflexão, além disso, nosso olhar se voltou às questões do trabalho na modernidade, e assim do trabalho feminino. Afinal o espaço do trabalho é muito presente nos cotidianos das mulheres pobres.

A proposta central dessa dissertação é pensar, através das crônicas urbanas de João do Rio, a formação de supostos “perfis”, categorias de regulação moral e diferenciação das mulheres dentro da cidade do Rio de Janeiro de início do século XX, um espaço urbano que buscava modernizar-se. No terceiro capítulo, então, pretendemos debater como as modernidades do espaço urbano-industrial afligiam a figura feminina no meio público, e como esse espaço de modernização trazia à cena uma (re)caracterização da moral baseada em princípios civilizadores que condicionava os hábitos femininos na cidade. Sendo assim, minha hipótese é de que as mulheres, nesse momento, foram submetidas a uma tentativa de condicionamento de seu comportamento e de delimitação de seu espaço de vivência por meio de discursos morais burgueses e médicos-jurídicos; e esse movimento de moralização acabou por estigmatizar as condutas femininas por meio de perfis morais femininos.

Apresentando a cidade e as mulheres, procuraremos debater a questão do público e do privado e dos espaços das mulheres na cidade, o privado era o lugar da mulher o público do homem, mas com a modernização, desde o século XIX – esses espaços vão se misturando, o público entrando no privado, o privado alcançando o público (SENNET, 1999) – a mulher galga maior participação no meio público, principalmente através do trabalho. Para essa abordagem autores como Maria Clementina da Cunha, Margareth Rago, Magali Engel, Michelle Perrot, Sidney Chalhoub e Rachel Soihet, compõe nosso referencial.

Nesse capítulo faremos o levantamento dos “perfis” femininos a partir da análise das crônicas de João do Rio que tratem das mulheres ou que trazem personagens femininas, a partir disso apresentaremos essas supostas categorias femininas, que em realidade eram uma categorização da mulher através de uma regulação de seu espaço na cidade influenciado pelos ideais burgueses modernos. Abordaremos três desses “tipos” de mulheres: a meretriz, a mulher burguesa, as mulheres pobres.

## Capítulo 1 – João do Rio: O olhar do cronista *flâneur*

João Paulo Alberto Coelho Barreto<sup>1</sup> nasceu em 03 de agosto de 1881, filho de Florência Cristóvão dos Santos, e Alfredo Coelho Barreto. De seus vários pseudônimos um se destacou e marcou a figura de Paulo Barreto, o João do Rio. Nome que assina várias de suas crônicas e obras foi também o nome, com o qual Paulo Barreto foi eternizado no meio intelectual, como um dos grandes personagens da literatura brasileira. O escritor inicia cedo sua carreira, com apenas dezoito anos ganha fama ao lançar uma série de reportagens sobre religiões e cultos que mais tarde iria compor a coletânea *Religiões do Rio*, primeira coletânea de João do Rio. Morre em 23 de junho de 1921, ainda com 39 anos, porém já com extensa obra publicada e tendo, ainda, atuado como organizador do jornal *A Pátria* e da *Revista Atlântida*.

João do Rio era cronista, jornalista e crítico literário e tomou para si o verbete de Baudelaire e em suas *flaneries*<sup>2</sup> aponta, descreve e atenta às tradições e memórias da cultura popular nacional que se perdem e que tanto são repudiadas no momento do *Rio Civiliza-se!*<sup>3</sup>, desdobra descrições de um cotidiano anônimo de misérias urbanas. Denuncia também as condições deploráveis e explorações do trabalho humano, no setor proletário. Ao mesmo tempo em que expõe com clareza, dispondo de todas as suas experiências nos grandes salões cariocas, as frivolidades e as novidades da vida urbana e cosmopolita que floresce na cena carioca do início de século.

---

<sup>1</sup> Citamos aqui o nome completo de Paulo Barreto de acordo com a biografia do cronista escrita por João Carlos Rodrigues, *João do Rio: vida paixão e obra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010. Ressaltamos, ainda, que mais a frente nesse capítulo, em uma citação de um texto de Ledo Ivo, o nome completo de Paulo Barreto aparece de outra maneira do que esse que aqui apresentamos.

<sup>2</sup> De acordo com o dicionário de francês on-line *Michaelis*: *flâneur*, -euse; *flâ.neur*, -euse *n+adj*: pessoa que passeia ociosamente. Charles Baudelaire desenvolveu outro significado para *flâneur*, “uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la”. A ideia e o uso pelo poeta francês do termo *flâneur* influenciou o uso de outros intelectuais, e tornou o termo um conceito referencial para estudos da modernidade.

<sup>3</sup> Sloagn lançado pelo escritor Figueiredo Pimentel em 1904 no jornal *Gazeta de Notícias*.

A composição da obra, entre coletâneas de crônicas, ensaios e outros, de Paulo Barreto (1881 – 1921) é grande e no geral retrata as mudanças, as permanências e as reticências do Rio de Janeiro em que viveu. As crônicas de João do Rio, nome que assina a grande parte de suas obras e o mais conhecido de seus pseudônimos, são retratos de um *flâneur* que passeia e descreve o cotidiano carioca da *Belle Époque*.

Abrindo espaço para a introdução de Lêdo Ivo na reedição de *Cinematógrafo*:

Mulato e homossexual, o carioca João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto soube exprimir bela e até freneticamente a sua época como nenhum outro dos seus invejosos companheiros de jornada. [...] Adepto da velocidade, numa singular precedência aos fogosos modernistas de 1922, andava de táxi, naquele tempo em que os automóveis - especialmente os *ford-de-bigode* - começavam a substituir os tálburis, e os bondes elétricos tomavam o lugar dos bondes-de-burro. O Rio civiliza-se. João do Rio, que carregava o nome da cidade amada no próprio pseudônimo, era ao mesmo tempo o propagador e consumidor dessa nova e brilhante civilização. E até sua morte, com os cem mil acompanhantes do seu enterro, tem um sentido simbólico e metafórico: morreu dentro de um táxi. (IVO, 2009, p.11-12).

Como cronista é que João do Rio mostra toda sua versatilidade, e a crônica como gênero literário, justamente se consolida no Brasil urbano, no afã das cidades modernas; Sidney Chalhoub (et. al.) em *História em cousas miúdas* (2005) atenta para o fato de que sendo, “presos aos assuntos do dia”, esses textos se ligariam “de forma direta a seu tempo.” Daí a importância da crônica, texto ligeiro que, porém, ao intervir, interagir e descrever o cotidiano, nos apresenta uma variedade de interlocuções com a sociabilidade daquela época, trazendo perfis humanos, caricaturados muitas vezes, mas ainda assim, retratos sob o foco de um artista.

A crônica é gênero fruto da cidade em vias da modernização também, é parte da formação do imaginário da cidade e da construção da cidade real. Sendo o Rio de Janeiro, até então, capital e maior centro urbano do país, era para onde os olhares se voltavam. A capital “irradiante” entre novas tecnologias e modernidades, com sua gente multifacetada, entre mulatos, ex-escravos, imigrantes, restos aristocráticos da corte imperial e burguesia capitalista em ascensão (SEVCENKO, 1998), chamavam atenção para o crescimento da cidade, que

gerava uma preocupação com a higienização, com a organização e com o progresso da cidade, o que na lógica da reestruturação urbana do Rio de Janeiro acabou por levar à expulsão da “gente miúda” do centro urbanizado.

Fervem então os liceus e outras instituições de ensino com as teses e artigos higienistas, laudos técnicos e teses sobre uma cidade caracterizada pela falta de higiene, e precariedade em estrutura para abarcar o crescimento febril que ia se instalando. A cidade não é apenas meio de propagação de um suposto imaginário, ela é feita por ele. O discurso higienista traz uma representação da cidade que é até então uma das únicas estruturas de referência em termos de cidade decifrada em linguagem escrita. É imagem referência (PECHMAN, 2002).

O percurso de pensamento que nos faz vincular a formação do imaginário com a consolidação do real é levantado por Flora Süssekind (1990), assim como Robert Pechman (2002) que demonstram a fusão entre o processo de formação da narrativa urbana, nesse caso, a crônica, e a invenção da própria cidade.

A crônica então atenta à cidade, essa da qual os higienistas falam, essa que agora é cidade existente. Texto efêmero, retrato de cenas cotidianas, por vezes utilizando da ironia, do cômico, tinha o entretenimento como objetivo inicial, porém, detinha o compromisso de não só trazer a presença do cotidiano mas fazer dele um de seus personagens principais.

Esse compromisso em registrar momentos históricos, mostrar as interfaces das relações entre classes sociais distintas e atuar como agente formador da opinião do leitor são características marcantes da crônica, e que acompanham esse gênero nas suas distintas fases ao longo dos séculos (CALADO, 2008, p.3).

E se à crônica é caro o cotidiano, como registro das transformações da cidade, “ao mesmo tempo em que registrava o processo da cidade se fazendo letra” (PECHMAN, 2002, p.172), se tornando real em sua representatividade, o Rio é presença latente da cidade

tomando forma, se modificando em todos os âmbitos, arquitetonicamente, política, social, econômica e moralmente.

João do Rio foi sem dúvida alguém inebriado por essa modernidade, retratando e não deixando de acompanhar as transformações em sua cidade natal e no mundo, com olhos atentos, porém sua atenção também se volta aos desajustados dessa modernização, à miséria. “Fascinado, sem dúvida, ele foi, mas em seus lábios o "sorriso da sociedade" se transforma em esgar nervoso. O progresso é em João do Rio uma utopia ambígua, ao mesmo tempo sedutora e destruidora como as "flores do mal" de Baudelaire” (VENEU, 1990, p.234).

Luciana Calado (2008) argumenta que João do Rio, como outros tantos intelectuais do início do século XX, acaba por defender muitos dos valores morais, do progresso, do capitalismo, “modernização, embelezamento do espaço público, europeização dos costumes” (CALADO, 2008, p.5). A autora discorre que na obra de João do Rio, este, também acabou por encarnar valores “positivistas de cega crença no progresso, relata seu repúdio a tudo que vem da tradição, ao popular, por considerar aprisionadores de um passado retrógrado” (CALADO, 2008, p.6). Isso mostra o paradoxo e a complexidade não só da obra como da figura de João do Rio, suas produções mostram seu olhar para a modernidade, que mesmo sendo muitas vezes de exaltação, em tantas outras toma o tom não só de críticas como o de delator das misérias do progresso. João do Rio em suas *flaneries* destrinchou a cidade do Rio de Janeiro em princípios do século XX e nos apresenta em suas crônicas a diversidade dos/as personagens da vida urbana carioca. Nas palavras de Calado:

Espectador dessa dupla montagem, João do Rio enquanto cronista participa, através da pena, do processo de construção desses dois espaços protagonistas da ordem e da desordem. Entre a consciência do escritor e jornalista, as crônicas de João do Rio refletem ora uma fina observação denunciadora dos costumes, vícios e preconceitos daquela sociedade, refletindo sobre o processo de marginalização de alguns setores daquela população; ora o encantamento com o processo sócio-cultural de modernização pelo qual a sociedade carioca passava no limiar do século XX (CALADO, 2008, p.2).

Essa atenção aos males da modernidade, assim como uma curiosidade pelo que de novo ela carrega, é encontrada na escrita de João do Rio, como um reflexo de sua influência decadentista (CALADO, 2008). Decadentismo esse que via no progresso acelerado da modernidade o caráter contraditório, que trazia o cheiro inebriante da novidade, do progresso enquanto aprofundava as desigualdades e as misérias.

Atentos a isso havia intelectuais que, em suas representações da realidade da cidade moderna, mostravam a construção de cidades em seu cosmopolitismo. Representantes do luxo e da precariedade crescendo juntos, no ritmo acelerado do processo de modernização, processo esse que ferve e aumenta os dois lados. Autores tantos como, Oscar Wilde, Poe, Jean Lorrain e Dickens, que serviram de influência marcante na visão decadentista de João do Rio e que, de acordo com Walter Benjamin (1980), atentam sobre os aspectos ameaçadores da vida urbana e das multidões.

[...] dado o grau de civilização atual, civilização que tem em germe todas as decadências, o crime tende a aumentar, como aumentam os orçamentos das grandes potências, e com uma percentagem cada vez maior de impunidade (RIO, 1981, p.38).

João Carlos Rodrigues ao narrar sobre João do Rio fala que não é tão simples encaixar o cronista carioca nas definições de alguns críticos como Alfredo Bosi – que atrela João do Rio ao pré-modernismo – e Lúcia Miguel Pereira – que define a obra do cronista como um “sorriso da sociedade”. Rodrigues acredita que João do Rio pode ser mais facilmente enquadrado no decadentismo (RODRIGUES, 2010).

Algo comum entre os autores decadentistas é

o estranhamento e a insatisfação, expressos quer em crônicas de viagem ao Oriente ou ao baixo mundo ali da esquina, quer em obras ficcionais passadas nesses mesmos cenários, ou em jornadas ao interior de si mesmos, movidas a ópio, éter e haxixe. Há todo um clima erótico, de grande ambiguidade, bissexual, misógino e que frequentemente descamba em misticismo católico e sadomasoquismo. Daí para uma simpatia pelo demônio, satanismo e missas negras basta um pulo. Todos esses ingredientes são facilmente encontrados na obra de João do Rio (RODRIGUES, 2010, p.11).

Discorre ainda que o decadentismo tem traços em comum com o *art nouveau*, que foi principalmente um movimento das artes visuais, mas que teve sua influência sobre a literatura inclusive sobre a obra *Salomé* de Oscar Wilde, como afirma Rodrigues, e Wilde foi uma grande influência para João do Rio. “É nesse mundo estético que se insere a obra de João do Rio, que funde, por vezes de modo magistral, a morbidez do enredo com as descrições paradoxais” (RODRIGUES, 2010, p.13).

A adequação dos decadentistas, de Oscar Wilde a João do Rio é o entendimento do progresso como aglomerado dos luxos e misérias. Se o crescimento de matizes tantas na cidade moderna iguala-as umas as outras, Londres à Paris, ao Rio, o faz por meio do progresso.

O Rio é o porto de mar, é cosmópolis num caleidoscópio, é a praia com a vasa que o oceano lhe traz. Há de Tudo. Vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados... Todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante (RIO, 1981, p.10).

Esse olhar observador que era fascinado, ao mesmo momento que delator da sociedade moderna em formação, é uma característica que pode ser somada ao olhar do *flâneur*, aquele que olha e vive na multidão, que a assiste se tornar um corpo de movimento firme, de ritmo cada vez mais apressado.

Na aventura de conhecer a cidade do Rio de Janeiro, a óptica é a do *flâneur* – foco móvel, que não se fixa em nenhum espaço, permitindo uma visão de passagem. O *flâneur* circula por entre ruas e becos, observa e entrevista tipos humanos, todavia não se mistura, permanecendo o comentador distanciado, o intelectual burguês que se compraz ao se disfarçar entre as camadas populares. É um olhar que não tem raízes, perambula, movido pela curiosidade e pelo sensacionalismo. Vai de um ponto a outro da cidade, de figura em figura, como lhe permite o movimento solto e, num tom por vezes confidencial e intimista, convida o leitor, que pode sentir o mesmo amor pelas ruas, a flunar pelo Rio de Janeiro (GENS, 2012, p.69).

O *flâneur* é o homem das multidões, a rua é para ele a sua casa, e essa manifestação do interior no espaço público é uma característica da modernidade. O indivíduo galga espaço do público. Personaliza-o, individualiza-o no mesmo momento em que progride na formação de

uma massa, a multidão, que se entranha no espaço do consumo. É a formação de um povo de modernos seres individuais.

Em sua própria época e lugar, Baudelaire traz a questão do privado no espaço público, em uma Paris que passava por intensas mudanças arquitetônicas e sociais. Nas palavras de Marshall Berman: “Os boulevares criaram uma nova cena primordial: um espaço privado, em público, onde eles podiam dedicar-se à própria intimidade, sem estar fisicamente a sós.” (BERMAM, 1986, p.147).

Um movimento parecido é assistido por João do Rio na capital republicana, a atenção aos paradoxos das realidades que se tocam no público é intensa em *A alma encantadora das ruas*, uma de suas coletâneas; e em *Vida Vertiginosa, Cinematógrafo, Psychologia Urbana* o autor nos traz a formação das aparências, das personalidades baseadas no consumo, na pressa, no progresso. Perfis que traçam e são traçados na organização urbana da cidade do Rio de Janeiro. Como afirma Henri Lefebvre (2001), a cidade e a urbanidade são também definidas por meio das relações dos indivíduos com o seu espaço território-temporal, suas sociabilidades e suas relações culturais.

Neste trabalho iremos analisar uma parte da extensa obra de João do Rio, foram ao todo 142 crônicas investigadas como fonte histórica desse trabalho, 103 parte das quatro coletâneas selecionadas – *A alma encantadora das ruas, Vida Vertiginosa, Cinematógrafo, Psychologia Urbana* – e mais quarenta crônicas variadas escolhidas pela temática e título.

Editada em 1908, pela primeira vez, a obra *A alma encantadora das ruas* reúne uma coletânea de textos publicados entre os anos de 1904 – 1907 no jornal *Gazeta de Notícias* e na revista *Kosmos*. As crônicas que compõem a coletânea têm em comum, uma temática, um mergulho em um Rio de Janeiro em suas mazelas, misérias e explorações. O lado contrário da alta sociedade carioca de influência em costumes e modas europeus. João do Rio nos leva pelas ruas do Rio, em passeios, entrevistas, ora acompanhando um delegado em suas rondas

noturnas pelas casas de hospedaria, ora se deixando levar pela apresentação de um “mendigo cínico”, o Pietro Mazzoli que lhe aponta as diversidades da mendicância feminina. Sempre unindo em sua composição narrativa as características de uma crônica urbana de influência europeia, o olhar sobre o cotidiano, sobre fragmentos da vida social, em união com certas caracterizações do jornalismo, entrevistas, apresentação de dados que denotam pesquisa anterior. O *flâneur*, sai então às ruas, mas além do simples observar, João do Rio opina, expõe, despreza, demonstra compaixão, apreende.

Em crônica que faz parte da coletânea *A Alma encantadora das ruas* João do Rio explica o significado do flunar e deixa a entender que muitas de suas crônicas eram reflexo de ele mesmo ter sido “um pouco desse tipo complexo”, que “flanando” pelas ruas cariocas conheceu muitos “tipos” dos “notáveis” aos “humildes”.

Flanar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flanar? Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população [...]. E de tanto ver o que os outros quase não podem entrever, o *flâneur* reflete. As observações foram guardadas na placa sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical (RIO, 2007, p.28).

A coletânea, composta por 27 crônicas é iniciada com um primeiro texto, longo, “A rua”, e é finalizada com outra crônica longa, “A musa das ruas”. O “miolo” da obra é dividido em três partes a primeira; *O que se vê nas ruas*, é composta por treze crônicas: “Pequenas profissões”, “Os tatuadores”, “Orações”, “Os urubus”, “Os mercadores de livros e a leitura das ruas”, “A pintura das ruas”, “Tabuletas”, “Visões d’ópio”, “Músicos ambulantes”, “Velhos cocheiros”, “Presepes”, “Como se ouve a missa do ‘galo’” e “Cordões”. Nessas primeiras crônicas são descritas algumas profissões como os tatuadores ambulantes, os cocheiros, os vendedores de livros usados, além de certos costumes culturais como a missa do galo, e as fanfarras e cordões de carnaval.

A segunda parte, *Três aspectos das misérias*, reúne seis crônicas, sendo elas: “Mariposas de luxo”, “Os trabalhadores de estiva”, “A fome negra”, “Sono calmo”, “As mulheres mendigas” e “Os que começam”. Nessas seis crônicas o narrador traz alguns fragmentos da miséria urbana, entre elas a mendicância e as péssimas condições de trabalho dos operários. Por fim, em *Onde às vezes termina a rua*, a terceira parte da divisão temática, são apresentadas seis entrevistas feitas em casas de detenção; são elas: “Crimes de amor”, “A galeria superior”, “O dia das visitas”, “Versos de presos”, “As quatro ideias capitais dos presos” e “Mulheres detentas”.

Nessa coletânea a alma das ruas é mostrada como um mosaico de retalhos composto das variadas histórias dos personagens da cidade, personagens normalmente relegados ao anonimato são aqui destacados como parte e essência da sociedade urbana.

Já no livro *Vida Vertiginosa*<sup>4</sup> o foco é na modernização e nos novos costumes da modernidade. Coletânea constituída de 25 crônicas de João do Rio publicadas em cinco periódicos diferentes, entre eles a revista *Kosmos* e o periódico *Gazeta de notícias*. Seleccionadas pelo tema, os textos foram publicados entre os anos 1905 e 1911 e foram escolhidos, não aleatoriamente, mas sim por serem “unidos pela temática comum das transformações ocasionadas pelas reformas do ‘bota-abaixo’, de Pereira Passos, na psicologia do carioca” (RIO, 2006 *apud* CLARK; GOMES, 2007, p.16).

Essa configuração temática nos guia durante a leitura da coletânea, nos trazendo uma representação daquele período na sociedade carioca, mostrando o Rio de Janeiro no tempo da chamada *Belle Époque*, quando a modernidade ganhava espaço e entranhava no cotidiano daquela gente, modificando seus hábitos, fazendo-os trocar o café pelo chá.

A coletânea é composta por 25 crônicas na respectiva ordem: “A era do automóvel”, “O povo e o momento”, “O amigos dos estrangeiros”, “O chá e as visitas”, “Os sentimentos

---

<sup>4</sup> A edição que tomamos como objeto de análise é a 1ª edição da obra publicada em 1911 pela Editora H. Garnier

dos estudantes d’Agora”, “O reclamo do moderno”, “Modern girls”, “A crise dos creados”, “O muro da vida privada”, “Jogatina”, “Os livres acampamentos da miséria”, “O bem das viagens”, “Esplendor e miséria do jornalismo”, “Cabotinos”, “A má língua”, “Feminismo ativo”, “O trabalho e os parasitas”, “As impressões do bororó”, “O Sr. Patriota”, “Um grande estadista”, “O fim de um símbolo”, “O homem que queria ser rico”, “Um mendigo original”, “O ultimo burro”, “O dia de um homem em 1920”.

*Vida Vertiginosa* é uma representação em literatura do tempo histórico que o Rio de Janeiro viveu no início do século XX, as modernizações, a construção de um cosmopolitismo da alta sociedade. Para além, o autor nos leva ainda a ver a queda de símbolos, que agora ultrapassados perante o progresso, vão saindo de cena. Como é o caso de “O último burro”, em que João do Rio fala com nostalgia dos bondes puxados pelos burros, que se aposentavam e davam espaço a “tracção eléctrica” (RIO, 1911, p.323). A obra nos traz o testemunho do autor que, observador exímio da sociedade, não só a assistiu, como *flâneur*, mas a vivenciou.

Em *Cinematógrafo*, assim como em *Vida Vertiginosa*, é principalmente esse Rio cosmopolita que tem espaço, esse que está em desenvolvimento, no auge de seu deslumbre, sempre com influência estrangeira, mais precisamente europeia – em grande parte francesa.

[...] o crescimento das metrópoles, aumentando sua diferenciação interna, torna-as semelhantes e dota-as de tendências cosmopolitas, não só no high-life como também no submundo, no qual os carregadores negros do cais do porto aprendem a falar inglês. O Rio de Janeiro pintado por João do Rio, apesar da exatidão dos detalhes, antes de ser uma cidade específica é Cosmópolis, reflexo de todas as outras grandes cidades. Como “cariocas”, seus habitantes tomam-se menos singularizados, embora o contrário aconteça nas suas relações internas (VENEU, 1990, p.233).

Sobre a coletânea, *Cinematógrafo*, na introdução João do Rio explica qual a relação que ele vê entre cinematógrafo e crônica, destacando novamente a pressa, discorre como ela afeta a forma como as memórias, as histórias e as vivências são contadas. Sendo assim a crônica, segue essa lógica do cinematógrafo de uma fita atrás da outra mostrando cenas, fotografias da cidade em letras, cenas curtas, rápidas com pouco tempo de reflexão.

Com o delírio apressado de todos nós, é agora cinematográfica – um cinematógrafo de letras, o romance da vida do operador no labirinto dos fatos, da vida alheia e da fantasia – mas romance em que o operador é personagem secundário arrastado na torrente dos acontecimentos. Esta é a sua feição, o desdobramento das fitas, que explicam tudo sem reflexões (RIO, 2009, p.6).

Cinematógrafo é composto por 46 crônicas: “Gente de *music-hall*”, “No país dos gênios”, “A cura nova”, “As crianças que matam...”, “Ontem e hoje”, “O 20:025!”, “Máscaras de todo ano...”, “Chuva de *land-trotters*”, “A futilidade de informação e os seis ministros”, “Um problema”, “Nova vocação”, “A valorização das palavras”, “O dito da ‘rua’”, “A decadência dos *chopps*”, “Junho de outrora”, “*Ludus divinus*”, “A solução dos transatlânticos”, “A reforma das coristas”, “A crítica nos bastidores”, “Gnatho”, “Uma exposição”, “Os humildes”, “Alguns poetas do hospício”, “O velho mercado”, “*Chers confrères*”, “A casa dos milagres”, “O melhor pistolão”, “Horas da biblioteca”, “O charuto das Filipinas”, “O *clou* da exposição”, “Quando o brasileiro descobrirá o Brasil?”, “O milagre da mocidade”, “A carta de um delegado à exposição”, “Os animais na exposição”, “Os esnobes e a exposição”, “A polícia de costumes”, “Epitáfios”, “O pavilhão de Portugal na exposição”, “Impressões bororós”, “As infelizes meninas da exposição”, “O bairrismo”, “Noturno Policromo”, “A pressa de acabar” e por fim “Ao leitor”. Coletânea que traz um olhar para a sociedade burguesa, um enfoque na vida apressada, fútil, consumista.

Por último, a quarta coletânea explorada nesse trabalho, *Psychologia Urbana*, teve sua primeira edição publicada em 1911 e diferentemente das outras coletâneas, é composta não por crônicas, mas por conferências e um discurso. O intuito na obra parece ser refletir sobre temas – como as formas de amor na cidade e sobre o ato de mentir –, mas o cotidiano não deixa de ser presença durante cada um dos textos, aliás cada uma dessas reflexões é trabalhada a partir das vivências urbanas cotidianas. Nas palavras de João do Rio no texto introdutório da obra *Psychologia Urbana*,

A'collecção chamei *Psychología Urbana*, apenas porque me pareceu observarem esses trabalhos certos estados d'alma da cidade, de modo aliás urbaníssimo. Aos estudos juntei um discurso de recepção na Academia, porque era ainda *psychología urbana* urbanamente feita, e principalmente pelo desejo de mostrar que há no observador um fio de *philosophia* que accentuou atravez dos annos com continuidade (RIO, 1911, p.12).

A obra é composta por quatro conferências e um discurso além do texto introdutório “Amável leitor”, onde o narrador reflete sobre a forma de iniciar um texto se referindo ao leitor. As conferências são: “O amor carioca”; “O figurino”; “*Flirt*”; “A delicia de mentir”. Na primeira, “O amor carioca” o autor reflete sobre o amor na cidade do Rio de Janeiro, formas de amar e o que impele o amor. Descreve sobre a precocidade do amor e o casamento, e ainda, sobre as relações do homem e da mulher com o amor. Em “O figurino” o narrador debate sobre a importância do figurino, do vestir, para a modernidade, o vestuário era um figurino para a vida em sociedade. Questões como a da personalidade na modernidade podem ser vistas nessa conferência. Na terceira conferência reflete e descreve acerca do fenômeno do *flirt*, associa-o à figura da mulher, “foi a mulher que inventou o *flirt*”. Fenômeno moderno, “o *flirt* é a conquista amorosa sem amor, é o desejo de inspirar o amor sem o sentir.”, o narrador culpa ainda, o egoísmo incitado pela modernidade. Por fim, em “A delicia de mentir” trata sobre o conceito da mentira, sobre como esse artifício é utilizado na vida em sociedade e como faz parte das cidades, da alma da cidade. “Um encontro de homens ou de mulheres é um tecido único de deliciosas mentiras, os salões como as ruas seriam escolas de mentira se todos não fossem professores na matéria” (RIO, 1911, p.163).

A coletânea termina com um discurso de posse de João do Rio na recepção da 11ª Academia Brasileira das Letras.

Além dessas quatro coletâneas aqui apresentadas também fazem parte das fontes históricas dessa pesquisa outras 39 crônicas selecionadas pelo assunto a partir do *João do*

Rio<sup>5</sup>: Catálogo Bibliográfico, de João Carlos Rodrigues (1994). Após a seleção a partir do catálogo essas crônicas podem ser encontradas na base do acervo de periódicos digitalizados no site da BNdigital, Biblioteca Nacional. As crônicas escolhidas foram publicadas, entre os anos de 1901 e 1917, nos seguintes periódicos: *A Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *A Revista da Semana*, *O Paiz*, *A Notícia*, embora os trabalhos de João do Rio tenham sido publicados em outros tantos periódicos e revistas.

Entre as 39 crônicas selecionadas 18 são “Sem título”, sendo as outras 21: “Clara Della Guardia”, “A moda”, “A Princesa dos mil vestidos”, “Mulheres espíritas”, “Laurinda Belfort”, “O capítulo dos chapéus no teatro”, “O que a mulher quer”, “Um aspecto do tráfico das escravas brancas”, “A jupe-culotte”, “Psicologia feminina”, “Duas mulheres”, “Exaltação”, “Aphrodisia”, “A virgem cega”, “Maria Rosa, a curiosa do vício”, “Ao ouvido a sra. Exagero”, “As opiniões de Salomé”, “A banalidade da vida”, “Um conselho”, “Confidências da Sra. dona Renata”, “A moda” – outra crônica de mesmo título da publicada em 1903. Foram lidas, ainda, as três partes, todas com publicação na revista *Kosmos* no ano de 1905, da tradução feita por João do Rio da *Salomé* de Oscar Wilde, obra que é mencionada posteriormente nesse trabalho.

Essas crônicas são assinadas por vários pseudônimos de Paulo Barreto, além do consagrado João do Rio, ainda temos crônicas assinadas por: P.B., Z., Joe, Simeão, José Antônio José. Ressaltando o uso corrente de mais de um pseudônimo por parte do autor.

Coletâneas como *Vida Vertiginosa* e *A alma encantadora das ruas* são uma representação, em literatura, do tempo histórico que o Rio de Janeiro viveu no início do século XX, as modernizações e a construção de um cosmopolitismo da alta sociedade. Descrevem também as mazelas da sociedade que o progresso ignorava na mesma medida em que as fomentava.

---

<sup>5</sup>RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: Catálogo Bibliográfico 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

Nosso propósito no próximo capítulo é, então, fazer um esboço da cidade-palco das protagonistas de nossa pesquisa, as mulheres na modernidade. Para tanto, buscamos refletir acerca da modernização do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, discutindo, o processo de modernização, o que inclui as transformações urbanísticas da cidade e os ideais de modernidade. Ideais esses que adentravam o cotidiano, modificando e criando novas formas de sociabilidade. Assim, procuramos atentar para a vivência dessa modernidade por parte dos moradores da cidade, trazendo um olhar para os personagens das crônicas, para os trabalhadores, para os habitantes dos morros e favelas, para os homens e mulheres modernos cariocas.

Aludindo, então, ao debate acerca da modernização da cidade, dos ideais de modernidade e progresso que regeram as modificações urbanas e socioculturais do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, procurando compor uma contextualização da conjuntura do Rio de Janeiro da época.

## **Capítulo 2 – Cidade e modernidade nas crônicas urbanas de João do Rio**

Hão de conhecer aquelle dialogo da <<Mulher sem importância>> de Wilde?

\_\_ Vamos tomar chá?

\_\_ Gosta então dos prazeres simples?

\_\_ Adoro-os. Os prazeres simples são o refugio das almas complexas. Mas se quer, fiquemos aqui. O livro da vida começou com um homem e uma mulher no jardim.

\_\_ E acabou com a Revelação...>> (RIO, 1911, p.128).

Esse é um trecho da crônica “O flirt”, a terceira crônica da coletânea *Psychologia Urbana*. João do Rio tem a cidade do Rio de Janeiro como protagonista de suas crônicas, a cidade que crescia e se modernizava, repleta de paradoxos e versos. Nesse trecho o autor aponta que os prazeres simples, o cotidiano, são “refúgio das almas complexas”, e nas

crônicas e textos que compõem a produção de João do Rio – obra essa que é a fonte primária desse trabalho – o cotidiano, que aqui compreendemos enquanto as relações rotineiras do dia-a-dia, é sempre presente; é por intermédio dessas crônicas, olhando para o cotidiano que procuraremos aqui voltar nosso olhar para a complexidade dos personagens, dos homens e, ainda com mais enfoque, das mulheres da *belle époque* carioca.

Por meio desses “relatos” do cotidiano que João do Rio narra, podemos entrever, em suas descrições, algumas características que se repetem na vida dos cariocas daquele período: o uso repetitivo de expressões em francês e inglês durante a narrativa, expressões que saltam no meio de um diálogo em português e soam como corriqueiras para os personagens e o são. No meio intelectual e para a “elite” carioca era comum à época ter conhecimento de outras línguas, até mesmo porque muitas vezes as viagens para a Europa eram frequentes; outra característica é como “a mulher carioca, parisiense da cabeça aos pés” (PEIXOTO, 2001, p.104) vivia, ou seja, como a mulher de situação social mais abastada buscava seguir certos ditames e modas franceses; ainda encontramos descrições acerca dos *five o'clock tea* cariocas que, entre outros tantos pedaços do cotidiano, vão configurando retalhos da vida dos homens e mulheres cariocas, de seus espaços de trabalho, de lazer, suas manifestações (e formas de manutenção) de *status*.

Os perfis ideais de mulheres – construídos perante uma lógica burguesa – traçados na cidade do Rio de Janeiro das décadas iniciais do século XX, vão aparecendo também na literatura de João do Rio em seus relatos da vida carioca. Mas não lemos só supostos perfis em que se encaixavam mulheres e homens, a fuga da perfeição acetinada dos perfis ideais ocorria na medida em que a complexidade dos indivíduos esbarrava em seus limites.

A lógica da modernização e da reforma urbanística da cidade do período conhecido como a *Belle Époque* carioca, era uma adequação aos ideais burgueses de progresso –

mudanças que se inseriram no cotidiano da cidade, desestruturando antigos hábitos culturais, construindo novos, que estivessem mais de acordo com a ordem capitalista.

Para os mundos do trabalho, por exemplo, no Rio de Janeiro dessa época, a vivência do progresso trazia uma multiplicidade de novos recursos, empregos, espaços de trabalho, ao mesmo tempo, a necessidade de lucrar e de ganhar dinheiro produzia desigualdades que eram amparadas e amplificadas com a lógica capitalista. A cidade na busca por civilizar-se se adequava a uma compreensão decadentista de modernidade que via na cidade moderna o crescimento de dois polos contínuos, o polo dos luxos e o polo dos vícios, o da modernidade tecnológica e subjetiva *versus* o da miséria e criminalidade. Além disso, a cidade passava por um *boom* no que se referia a crescimento populacional e não dava espaço para direitos trabalhistas, tudo isso reverberou nos mundos do trabalho de forma a amplificar as desigualdades sociais dos trabalhadores.

A modernidade – adotamos aqui o conceito de modernidade trabalhado por Marshal Berman em sua obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*<sup>6</sup> – tem, então, relação ímpar com a questão do trabalho e com a vida urbana cotidiana na virada para o século XX, dividindo a cidade e o trabalho entre o espaço do progresso, que era o espaço do homem/mulher civilizado/a, e o espaço da miséria, da barbárie e do atraso, onde costumeiramente viviam a classe trabalhadora e os de situação mais miserável. A relação entre trabalho e progresso, miséria e barbárie, muito detém da construção da lógica moderna capitalista, ou se é trabalhador/a ou se é ocioso, ou se é parte do progresso ou é atraso.

---

<sup>6</sup> BERMAN, Marshall. Introdução. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

## 2.1. O Rio “*Civiliza-se!*”: a modernização urbana do “bota-abaixo”

*E' a patria joven. Compreendendo o calor. Não é de sol. E' da multidão aquecida pelo torvelinho da vida intensa que vai produzir un grande paiz. Ainda neste momento leio que um navio acabado de construir é o maior do mundo... (RIO, 1911, p.31).*

Fatores como as mudanças no setor econômico após a eclosão da Primeira Revolução Industrial, no fim do século XVIII, e da Revolução Científico-Tecnológica (na década de 1870) são compreendidos, geralmente, como desencadeadores fundamentais das grandes transformações não só econômicas, como também de toda uma reorganização da sociedade. Sociedade esta agora em contato com uma nova dinâmica, com o capitalismo avançando mais e com fomentação do crescimento urbano. A industrialização da produção e o turbilhão das grandes descobertas científicas, “que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida” (BERMAN, 1986, p.16).

Nicolau Sevcenko (1998), referindo-se ao cenário brasileiro da época, afirma que não se tratava apenas da introdução e uso de novos maquinários e novas matérias primas, o ritmo com que essas mudanças tocavam o dia-a-dia da população era o que mais chamava a atenção, por ser muito acelerado. A dinâmica cotidiana se modificou, surgiram novos meios de transportes e comunicações, novos empregos e tecnologias em geral, que auxiliaram no estabelecimento de relações de trabalho e comunicações, antes inéditas e que agora surgiam e se firmavam em ritmo intenso.

Em *Literatura como missão* Sevcenko (1983) aponta quatro princípios básicos que regeram a transformação do espaço público carioca:

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória a sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas

aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1983, p.20).

Todos são fatores de extrema relevância para o entendimento da vida moderna carioca, porém, o primeiro, “condenação dos hábitos e costumes” nos interessa por expressar uma característica da condição moralizadora que ocorreu na cidade. Roseane Feijão,

[...] uma espécie de armadilha sedutora: se, por um lado, as novas e modernas formas urbanas criadas no Rio de Janeiro pareciam proporcionar prazeres e liberdades inéditos às camadas que delas usufruíam, por outro o controle dos costumes e hábitos criavam uma restrição singular. (FEIJÃO, 2011, p.58).

O caráter progressista que se instaurou no Brasil do fim do século XIX e se manteve durante o século XX, teve sua principal base no ideal de civilização moderna, que apareceu durante este período, vindo das principais capitais mundiais. Desta “necessidade” do moderno, apresentada nesse período, é que surgem certas características do início do Brasil republicano, como o improvisado e a velocidade. Um ideal moderno baseado nas grandes cidades como Paris e Londres. Margarida Neves (2003) nos direciona a pensar como nesse contexto de transformações havia uma necessidade de rapidez na introdução de conceitos modernos e de progresso, para que se conseguisse alcançar as principais estruturas consideradas evoluídas internacionais.

Esses ideais modernos, condensados no que então era visto como a associação entre os conceitos de progresso e de civilização redesenhavam o quadro internacional, acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, impunham uma determinada concepção de tempo e história, e ocultavam aos olhos da grande maioria o reverso de um panorama apresentado, quase sempre, como uma espécie de parusia terrena na qual, conquistas da técnica e do engenho entre os países mais aptos, destinados a anunciar, por todo o orbe, a boa-nova da redenção do atraso (NEVES, 2003, p.19).

Mas o que seria essa modernidade? Tomando o entendimento da descrição de Marshall Berman, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, a modernidade seria um conjunto de experiências vivenciadas no espaço em mutação trazido com a formação e enraizamento do capitalismo.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986, p.15).

Berman discorre acerca da instabilidade da modernidade que se modifica, que progride tecnologicamente e sempre se renova. Desde meados do século XIX e acelerando-se no início do XX, essa modernidade adentra o Brasil, principalmente na capital do antigo Império e agora da República, o Rio de Janeiro. Ideais de fundamentação de uma nação brasileira, de sua história, misturando-se com os ideais do progresso.

O período que ficou conhecido como a *Belle Époque* carioca é um dos mais caracterizados por essa modernidade instável de que Berman trata, que constrói novas formas de sociabilidade e de um cotidiano que assiste a um enorme progresso tecnológico se desenvolvendo à sua volta, mas que acaba por desestruturar antigos hábitos culturais.

A *Belle Époque* carioca é marcada por essa aceleração da vida, mudanças desde a estrutura da cidade. O cenário da coletânea de crônicas de costumes *Vida Vertiginosa* é o Rio de Janeiro do “bota-abaixo” do prefeito Francisco Pereira Passos, que procurou reformar a cidade, justificando as reformas com a questão da necessidade de higienização do centro do Rio e de uma remodelação, uma arquitetura mais moderna que se adequasse a cidade à condição título de capital da República.

A estrutura urbana sobre a qual a cidade cresce é uma herança dos tempos coloniais, mostrando-se inadequada ao dinamismo das novas atividades econômicas e das novas necessidades habitacionais: as ruas são estreitas, barrentas e entulhadas de carroças, que dificultam mais que ajudam, a circulação de mercadorias e as edificações, além de escassas, são inadequadas às novas necessidades de moradia de uma população que cresce (PECHMAN, 1992, p.77).

Robert Moses Pechman argumenta ainda, que o aumento populacional, numa cidade que não tinha estruturas de abrigar os novos moradores, gerou “uma deteriorização, tanto das condições sanitárias da cidade, quanto das condições de moradia, sobretudo das classes pobres, em particular as das habitações coletivas” (PECHMAN, Robert Moses, 1992, p.78).

Sobre as habitações coletivas e as condições de moradia dos mais pobres discorre Jayme Benchimol, acerca do antigo centro carioca, insalubre,

[...] coexistiam “promiscuamente” escritórios de companhias e bancos, lojas comerciais, depósitos, prédios públicos, oficinas e fabriquetas, armazéns frequentemente associados a cortiços e estalagens, sobrados e casas térreas que serviam de moradias particulares, antigos casarões convertidos em casas de cômodos. [...] Uma multidão heterogênea e flutuante labutava, morava e perambulava na área central do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 1984, p.110).

E o centro da capital precisava então ser organizado. As avenidas e ruas são alargadas, novos calçamentos são instalados. A zona sul carioca se liga pela Avenida Beira Mar com muito mais facilidade ao centro. E a reestruturação física da cidade instiga melhoramentos nos transportes, e “o bonde – e logo os primeiros automóveis – tinha de ajustar seu ritmo ao passo do “burro sem rabo”” (BENCHIMOL, 1984, p.113).

Todas as vertigens das novidades somavam-se ao aumento populacional da então capital da República, aumento vinculado tanto ao grande contingente de negros, mestiços e ex-escravos que cada vez mais buscavam, nas cidades, espaços de trabalho, quanto ao contingente de imigrantes que vieram e continuavam vindo para o país na busca de novas oportunidades de acumularem riqueza e, sobretudo em busca de trabalho. Isso além da própria migração interna dentro do país deslocando um grande número de pessoas para as principais áreas urbanas, principalmente para a capital federal. A ordem social burguesa que precisava do trabalho para crescer e se firmar se baseava nos preceitos de progresso por meio do trabalho.

O trabalho, que dignificava o homem, ganhava nesse contexto um valor positivo, era o trabalho que gerava impulso para o crescimento da nação. Como observam Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro (2006), “com a ideologia do trabalho livre, reforçava-se a visão de controle social, especialmente nas cidades. Indivíduos que não exibiam uma clara ocupação profissional eram considerados vadios, e dentre eles certamente havia ex-escravos e libertos”

(GOMES; NEGRO, 2006, p. 228), aqui, os autores ainda destacam a participação do homem negro, antes escravizado, nesse meio social do trabalho no início do século XX, muitos deles desempregados, ou não tão bem inseridos no meio fabril como os imigrantes, se tornam parte desses, considerados, “vadios”.

As dicotomias do progresso e as formas de controle social burguês se colocavam também, baseadas no trabalho *versus* desordem, o não-trabalho se ligava ao ócio, a indolência e a uma “barbarização” dos mais pobres, isso mascarava, de certa maneira as desigualdades e a necessidade de um excedente de mão de obra por parte do capitalismo burguês em ascensão em nosso país.

Segundo Magali Engel,

[...] a delimitação de fronteiras mais precisas entre o *trabalho* e o *não-trabalho* constituía-se numa tarefa difícil, na medida em que, muitas vezes, a situação de miséria apresentava-se como um traço comum a ambos. O desenvolvimento do Rio de Janeiro, marcado não só pelo crescimento populacional, mas também pela complexificação da estrutura social e econômica da cidade, processou-se de modo a tornar menos nítidas estas fronteiras: o *trabalho* e o *não-trabalho* tendiam a compartilhar o mesmo espaço físico da cidade (ENGEL, 1989, p.32).

Ou seja, apesar de se buscar delimitar os territórios havia uma resistência à estrutura de cidade que se tentava impor, por meio do trabalho e de outras estratégias de sobrevivência como a mendicância e a formação de morros e favelas etc, as classes mais pobres se realocavam, resistiam, sobreviviam.

O caso da ocupação de morros e a organização de favelas nesse período, por exemplo, pode muito bem ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência por parte desses que foram retirados de seus espaços de vivência, uma forma de resistência à estrutura da cidade imposta na modernização do Rio de Janeiro. Poderíamos também entender como uma forma de permanecer próximos de seus locais de trabalho que, se espalhavam pelo centro comercial do Rio, locais estes em que mantinham suas redes de sociabilidade, laços familiares e afetivos que tanto são importantes para a sua sobrevivência. Esses locais aos quais tentaram

se manterem próximos eram seu lugar de identidade enquanto grupo, seus espaços de lazer, de sociabilidade e de sobrevivência.

A reforma teve um custo muito alto para os moradores da Cidade Velha, muitos foram os desalojados que viram seu cotidiano ser desorganizado completamente.

A construção da avenida Central implicou a derrubada de 641 edifícios, em sua maior parte prédios de dois andares e de fachada estreita. A construção desta avenida também deu lugar a uma série de arbitrariedades consequentes do abuso de poder de seus construtores (ROCHA, 1995, p.62).

Estes que foram retirados de sua moradia eram uma significativa parcela do proletariado urbano carioca que acabou se deslocando para os subúrbios (BENCHIMOL, 1984), esse deslocamento exigiria meios de transporte – os quais, vale salientar, não se desenvolveram na mesma velocidade que o aumento populacional nas áreas suburbanas – do centro comercial e financeiro, às áreas suburbanas, porém o custo com meios de transporte na época era alto, e o tempo de deslocamento também seria longo, o afastamento da vida no centro da cidade para essa parte da população foi, então, não uma possibilidade, mas uma realidade.

Dentre a parcela de desabrigados durante as obras de modernização do centro do Rio de Janeiro, os que permanecem, ainda, “no coração da cidade são aqueles cujas condições econômicas não permitiram o seu deslocamento para locais distantes do trabalho” (ROCHA, 1995, p.75) muitos destes, participaram no aumento da ocupação das áreas de morros, que originaram as favelas cariocas. Magali Engel discorre que após as reformas do “bota-abaixo” do governo Pereira Passos o problema da moradia se tornaria ainda mais exacerbado na cidade carioca (ENGEL, 2013, p,91).

Henry Lefebvre em *O direito à cidade* (2001) demonstra que o capital industrial que desencadeia a modernização em prol de um progresso, acaba por segmentar o território da cidade e deslocar do centro os indivíduos das classes trabalhadoras. A formação dos subúrbios e bairros operários são exemplos disso, os operários trabalham no centro, o centro que

movimenta a cidade, porém vivenciam-no em suas fissuras. Empurrar para os subúrbios e para o entorno da cidade a classe operária, era tirá-la do espaço de centro de poder.

Em uma crônica chamada “A volta” Lima Barreto, contemporâneo de João do Rio, critica a reforma urbana do “bota-abaixo” de Pereira Passos, condena a forma como ela foi empreendida, os discursos que a moveram – o “sanitarista”, o da moral burguesa – e critica ainda a necessidade – em prol do *progresso* – de se igualar em população e em desenvolvimento urbano à Buenos Aires<sup>7</sup>.

Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos. É assim o governo: seduz corrompe e depois... uma semicadeia.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

E com semelhantes raciocínios foram perturbar vida da pobre gente que a vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas competições patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexequíveis esperanças.

Volta agora; votam, um a um, aos casais, às famílias, para a terra, para a roça, donde deviam ter vindo para atender tolas vaidades de taumaturgos políticos e encher de misérias uma cidade cercada de terras abandonadas que nenhum dos nossos consumados estadistas soube ainda torná-las produtivas e úteis.

O Rio civiliza-se! (BARRETO *apud* RESENDE; VALENÇA (Orgs.), 2004, p.166).

Nesse trabalho, não pudemos ir a fundo em fontes que nos auxiliariam a conhecer um pouco melhor as condições de moradia, de vida e de sociabilidade desses que foram postos para fora de suas casas, ruas e bairros. E para, além disso, das formações de habitações que fugiam do planejamento da urbanização do “bota-abaixo”, dos tantos homens, mulheres e famílias inteiras que migraram e foram se articulando na cidade, algumas crônicas de João do Rio abordam essa questão.

---

<sup>7</sup> A capital argentina, cidade portuária, era sinônimo de desenvolvimento urbano na virada do século na América do Sul. Por isso o interesse do governo brasileiro que, sua então capital, se mostrasse tão grandiosa quanto à cidade portenha.

Em uma das crônicas de *Vida Vertiginosa*, “Os livres acampamentos da miséria” João do Rio relata sobre um desses “acampamentos”, o morro de Santo Antonio<sup>8</sup>. O narrador da crônica relata que “tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações” (RIO, 1911, p.144) e num dia em que um grupo de “seresta” subia decidiu acompanhá-lo conhecendo assim o morro.

O narrador descreve que no morro, na subida inicial, não se via gente, mas que bastava atravessar um pequeno trecho “encoberto pela herva alta” e a iluminação cessava e os casebres apareciam. O narrador, nessa crônica sendo em primeira pessoa, expressa a modificação de seu olhar, um sujeito refinado que tinha uma ideia já formada do que era a favela e, por curiosidade, visita um desses espaços e lá descobre algo diferente do imaginado, uma realidade mais densa e complexa.

A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que separava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de taboas de caixão com cercados, indicando quintaes. A descida tornava-se difícil. Os passos falhavam, ora em bossas em relevo, ora em fundões perigosos. O próprio bando descia de vagar. De repente parou, batendo á uma porta.

— Epa, Bahiano ! Abre isso...

— Que casa é esta?

— E' um botequim (RIO, 1911, p.146).

Nessa crônica, João do Rio destaca a distinção daquele espaço perante o espaço iluminado da cidade, a cidade do progresso e do trabalho enquanto aquele era um espaço de indolência, na perspectiva do autor. João do Rio traz nesse texto, por meio do narrador, certos preconceitos, comuns à época, como associar a vida no morro a certa indigência por parte daqueles que ali viviam (associando as camadas pobres e operárias a uma “bestialização”). Era uma apropriação do ambiente e manipulação de espaços para sobrevivência, mas na descrição do

---

<sup>8</sup> O Morro de Santo Antônio era localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro próximo ao Largo da Carioca e em finais da década de 1950 o morro já quase não existia por modificações urbanas da cidade. Parte das terras de desmonte do morro serviram para a construção do chamado Aterro do Flamengo. (fonte: <http://www.riodejaneiroaquí.com/pt/morro-de-santo-antonio.html>)

narrador, por vezes este deixa impresso uma compreensão onde o reflexo da pobreza daqueles espaços era um regresso a um estado primitivo que se contrapunha à da cidade moderna.

Como se creou alli aquella curiosa villa de miséria indolente? O certo é que hoje ha, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. As casas não se alugam. Vendem-se. Alguns são constructores e habitantes, mas o preço de uma casa regula de quarenta a setenta mil réis. Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. A grande artéria da « urbs » era precisamente a que nós atravessámos. Dessa, partiam varias ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscillantes, trepados uns por cima dos outros (RIO, 1911, p.147).

Continuando suas descrições do que o narrador chama de uma “sociedade constituída” que parecia à parte da “civilização” iluminada abaixo do morro, João do Rio ressalta as diferenças do mundo da *ordem* e o mundo da *desordem*, da indolência.

Aquella gente era operaria? Não. [...]Nesta empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instinctos impulsivos, em que ora se é muito amigo e grande inimigo de um momento para outro, as amizades só se demonstram com uma exuberância de abraços e de pegações e de segredinhos assustadora — ha o arremedo exacto de uma sociedade constituída (RIO, 1911, p.148).

“E a vida lhes sorri e não querem mais e não almejam mais nada.” (RIO, 1911, p. 149). Os que tiverem de se mover de suas antigas moradas ou que tiveram seu espaço restringido devido à falta de assistência, parece, para a mentalidade da época, que não queriam trabalho, mas a falta de perspectiva os movia a buscar novas formas e espaços de vivência.

Organizaram-se em comunidades, pareciam ociosos por simplesmente não se adequarem ao ritmo da cidade, ao “tempo útil” do trabalho, e esse ritmo tão diferente do tempo “vertiginoso” das outras crônicas de *Vida Vertiginosa* se coloca como uma diferenciação daquele espaço, bem como a questão da luz, o espaço iluminado da cidade, em contraposição à falta de luz, de racionalidade e ordem no morro.

Os habitantes daquela comunidade em comparação ao ideal de trabalho burguês, não eram civilizados, não estavam adequados nem ao tempo, nem ao espaço da cidade moderna,

pareciam ociosos porque vivenciavam o tempo do trabalho de forma diferente do *tempo útil* e disciplinado da cidade e, “é ele o ordenador imperativo, a potência disciplinadora invisível de todas as atividades” (BRESCIANNI, 1982, p.17).

Podemos encontrar nas características que o autor nos relata a descrição de uma sociabilidade própria, de uma comunidade estruturada no espaço de um morro, que para além das paupérrimas moradias era composta por homens e mulheres, por indivíduos e famílias.

João do Rio ao descrever o morro e “suas gentes” nos traz traços de uma composição muito interessante, encontramos os nordestinos (no primeiro trecho dessa crônica, aqui apresentado, ele fala de um “bahiano”) aos quais podemos assimilar a significativa migração desses, principalmente baianos após a Guerra de Canudos (1896-1897), para o Rio de Janeiro, a capital da República.

O cronista descreve as vielas mal iluminadas, a bebida e os botecos mostrando-os em contraponto a cidade iluminada ao pé do morro. O contraste narrado, aparentemente o objetivo do narrador, parece traçar os limites invisíveis que separam a cidade do morro, mesmo este estando dentro dela.

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia illuminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. Dá pra falar do fato de que a cidade dormia illuminada, mas lá no morro que quase não dormia não havia luz. O trato do homem pobre bestializado (RIO, 1911, p.152).

Em “Os livres acampamentos da miséria”, o autor delimita territórios, é a cidade iluminada “ao pé do morro” contrastando com aquele espaço de parca ou nenhuma iluminação. Ao ler os contrastes da vida na cidade do Rio de Janeiro, João do Rio acaba por nos descrever a construção de espaços de delimitação, por vezes invisíveis e noutras visíveis, nessa cidade que estava se modernizando.

Como descreve Robert Pechman sobre a política sanitária que se propagou no país através de discursos médicos, científicos, jurídicos e burgueses:

A "política sanitária" ensaiara, como nunca se vira antes, um verdadeiro controle sobre o espaço urbano e sobre a moradia do pobre, criando novo discurso sobre a cidade onde surgirão os contrastes entre: tradição e progresso; feio, sujo, doença e belo, limpo, saúde; morte e vida; desordem e ordem (PECHMAN, 1992, p.78).

A construção do cais do porto; a Avenida Beira Mar que leva do centro a zona sul carioca; a ocupação dos morros pelos que foram despejados durante a reforma; além da formação de bairros populares como Cidade Nova – tão distantes do centro organizacional da cidade – são exemplos da “remodelação” urbana carioca que movimentou os espaços, segregando e procurando demarcar territórios e delimitando hábitos e posturas.

A cidade do Rio em uma busca por se tornar civilizada, moderna, se matiza com os tons de uma *Belle Époque* tropical, e à entrada do século XX, palco da obra de João do Rio aqui estudada, vê seu espaço em mudanças, suas ruas são alargadas, os ambulantes de comércio e artesanato perdem espaço perante as multas ou licenças muitas vezes insustentáveis, o porto exportador do Rio é modernizado, a grande Avenida Central (desde 1912 renomeada Avenida Rio Branco) se torna vitrine do progresso na cidade e no país.

## **2.2. Vertigens da modernidade**

*[...] elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do "urbano", aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados - a vida sexual e familiar - e que não se manifesta mais no tête-à-tête), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração (LEFEBVRE, 2001, p.61).*

A modernização e a adequação da cidade aos ideais da modernidade influenciaram a transformação dos hábitos e valores culturais da vida carioca promovendo, de certo modo,

uma tentativa de padronizar-se de acordos com certos preceitos europeus. (ROCHA, 1995, p.100) A moda e os consumos em geral eram regidos pelo que era moda na Europa e nas grandes cidades modernas, a modificação urbana e pública adentra o cotidiano, modifica as “gentes”, os indivíduos. “Seus habitantes tinham, desenvolvido, durante anos e anos, formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desaparecem sob o peso da picareta.” (ROCHA, 1995, p.102).

A ideia do moderno veio para o Brasil ainda no século XIX, era debatida pelos círculos intelectuais brasileiros bem antes das reformas urbanísticas, mas é com elas, que esse ideal de progresso moderno entranha no cotidiano das pessoas. A vivência de uma modernidade para além dos espaços intelectuais. A transformação do consumo, da mercadoria, e da importância da aparência para a personalidade moderna, modifica a relação do homem com essa sociedade em formação. Atinge o cotidiano, atinge o público e o privado (SENNET, 1999).

A “propaganda” desse estilo de vida moderno, nas palavras de Lefebvre, parece “um conto de fadas”,

Deixar seu casaco no vestiário da entrada e, mais leve, dar suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim de infância da galeria, encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar"... E eis a imagem realizada da alegria de viver. A sociedade do consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade que lhe é oferecida para fazer dela a sua felicidade é que... Inútil insistir (LEFEBVRE, 2001, p.32 ).

É o ideal do progresso, a que todos almejam, mas a vivência desse “conto de fadas” é mais complexa, a vivência desse consumismo segrega e delimita espaços e vivências.

Nesse sentido, o sentimento de progresso na sociedade do Rio de Janeiro que buscava uma civilidade baseada em preceitos europeus, encontra na elegância, nas modas, na aparência norteando a personalidade, um guia de etiqueta. João do Rio nos guia pelos salões e pelas casas apontando para essas mudanças. Em “O chá e as visitas”, o autor nos fala das novas formas de sociabilidade carioca, diz que “no Chá e nas Visitas é que está toda a

revolução dos costumes sociais da cidade neste interessantíssimo começo do século.” (RIO, 1911, p.48).

Era antes o café que fazia um importante papel na sociabilidade carioca, tomava-se café a cada visita na casa de amigos, era o que se servia nos botequins, e nos espaços domésticos. Porém, como relata João do Rio, o chá impõe-se como hábito social, era o que tinha de mais moderno, de mais civilizado. Ainda nessa crônica, o autor fala das mulheres que logo “tomaram o partido do chá”, eram as primeiras adeptas das mudanças que trouxessem adequação aos hábitos modernos.

O autor usa o simbólico da mudança do café para o chá e trata dos novos costumes sociais que se firmaram à época, costumes esses que adentraram até mesmo o espaço do privado. Se pensarmos na questão do consumo trabalhada por Sennett, para além da caracterização do indivíduo no público, há a adequação de um privado também, por meio do consumo. O consumo de chá, o servir o chá se tornara algo como uma norma social, um reflexo da modernidade não só no espaço público, como no privado. Mas o chá pode ser tomado como um símbolo dessa reforma dos hábitos, no trecho a seguir João do Rio descreve parte desse universo das visitas aos salões e as residências:

Os cumprimentos são breves. Raramente aperta-se a mão das damas. Ha sempre chá, *petits fours* e esse allucinante tormento mundano chamado bridge. Muitos prestam atenção ao bridge. Falla-se um pouco mal do próximo com o ar de quem está fallando da temperatura e renovam-se três ou quatro repetições de idéas que agitam aquelles cerebrozinhos [...] Haverá quem tenha saudades da remotissima época do Café e das Visitas que passavam dias? Oh ! não ! não é possível ! Civilização quer dizer ser como a gente que se diz civilisada. Essa historia de levar o tempo, sem correcção, sem linha, numa desagradável bonancheirice, podia ser incomparável e era (RIO, 1911, p.52).

O interessante nesse trecho é entrever a ironia com que João do Rio trata esses “hábitos civilizados”, ao falar do bridge como “allucinante tormento mundano” ou no uso do diminutivo em “aquelles cerebrozinhos”. Uma crítica à rigidez desses hábitos transpostos do estrangeiro para o Brasil? Sim e ainda mais, uma crítica aos hábitos burgueses, as frivolidades

desses atos, – esse olhar crítico do autor sobre a burguesia será melhor desenvolvido mais a frente. Conforme observou Marshall Berman ao descrever o uso da ironia em Baudelaire, “a ironia cômica é tão bem sucedida que mascara a seriedade do desmascaramento.” (BERMAN, 1986, p.152), é uma das análises possíveis do uso de ironia por parte de alguns intelectuais modernos.

O consumo de signos do progresso, do chá, do automóvel, etc.,

Torna-se assim a própria ideologia desta sociedade, cada "objeto", cada "bem" se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo parte essencial do consumo. Consome-se tantos signos quantos objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc (LEFBVRE, 2001, p.69).

Ainda, no trecho seguinte, da crônica “O reclamo do moderno”, João do Rio também traz descrições que podem ser associadas a esse consumo de símbolos de progresso, signos materiais de civilização que parecem ser almejados por todas as camadas da sociedade. Novamente nesse trecho podemos ver sua crítica ao consumismo burguês.

Ainda não te dás com aquella familia que caminha a pé para o teatro ou para um baile? O pae já se exgottou; a mãe e as três deliciosas filhas permittem as mais perigosas intimidades a sujeitos com dinheiro — para obter cadeiras, vestidos, camarotes, no desespero de querer participar do grande luxo e de apparecer. (RIO, 1911, p.74-75).

Nas páginas de sua obra *Vida Vertiginosa*, João do Rio descreve não só os novos costumes como os novos personagens da vida urbana, por exemplo, na crônica “O Amigo dos estrangeiros”. O personagem que o autor traz, são reflexos de uma busca intensa por símbolos dessa modernidade, almejam fazer parte desse universo, nesse caso por meio de uma simpatia excessiva para com os estrangeiros.

Em “O Amigo dos estrangeiros” a pauta é o amor aos estrangeirismos. A sociedade carioca, que se modernizava tecnologicamente e buscava um progresso da sociedade como um todo, olhava para as grandes capitais cosmopolitas europeias como exemplo. O que ocorria então, no caso do caricato personagem desta crônica, era uma devoção aos

estrangeiros, uma necessidade de ser apreciado por eles, de que apreciassem aqui uma expressão de sua própria civilização moderna.

Essa personalidade que João do Rio pinta pode ser compreendido como um reflexo simbólico do que ocorria nas minúcias cotidianas, fosse na troca do café brasileiro pelo *five o'clock tea*, fosse nas modas e outros hábitos importados. Narra o cronista,

O amigo dos estrangeiros representa um ponto de interferência entre a velha cidade patriarcal e hospitaleira e a nova cidade vertiginosa. [...] O amigo dos estrangeiros é uma figura social, creada num certo momento pelo Destino em pessoa (RIO, 1911, p.37).

Esse perfil moderno descrito por João do Rio e que aqui expomos é exemplo dos “tipos” que um *flâneur* identifica na multidão, tipos estes que se formaram no processo de modernização da sociedade carioca. Demonstra uma urgência de adequação ao sentimento de ser moderno, de se tornar parte desse espaço civilizado, dessa cidade em progresso.

### **2.3. Os modernos seres individuais: o/a carioca em formação**

*Do estudo dos homens, das multidões, dos vícios e das aspirações resulta a fisionomia característica de um povo. E bastam às vezes alguns traços para que se reconheça o instante psíquico da fisionomia* (RIO, 2006 *apud* CLARK; GOMES, 2007, p.9).

Nesse tópico nos importa o debate acerca do homem moderno, e como podemos pensar a partir das crônicas de João do Rio a formação de homens e mulheres modernos na sociedade carioca. A forma como esse homem moderno se organizava nas cidades modernas se vinculava às novas formas de pensamento e de ação perante a sociedade. Sociedade esta que, como já dissemos anteriormente, estava se modificando, a modernização urbana desestruturava antigos alicerces socioculturais. Partimos então da questão da vida privada e da vida pública, e da formação do que Baudelaire chama de o “show de aparências”, uma interpretação da sociedade moderna que instiga a apreciação das aparências como sendo parte da personalidade dos indivíduos.

A personalidade do indivíduo no espaço público é determinada pela forma como ele se porta, o que ele veste, um observador atento deveria olhar para esse outro indivíduo e procurar as minúcias que declarem a sua personalidade. Por isso a busca do ambiente privado como proteção, como espaço em que se poderia ser quem realmente se é, onde se poderia demonstrar seu caráter pessoal sem mais receios (SENNETT, 1999).

A sociedade moderna é uma sociedade intimista que busca o privado, quer sempre saber quem cada indivíduo é na vida privada, incluindo as pessoas de prestígio social. Deixa de interessar as ações públicas dele, o que importa é o caráter pessoal, e este é encontrado no indivíduo, nas minúcias de sua veste, na maneira como se porta etc. Essa importância do indivíduo é, de certa maneira uma consequência da formação das multidões, é uma forma de se ressaltar para além das padronizações que a multidão trás.

Sennett argumenta fazendo uma leitura muito interessante da questão moral que guia a sociedade moderna individualizada.

Na cidade, corrupções banais, pequenas crueldades involuntárias, parecendo deslizes insignificantes, tornaram-se absolutos valores morais: não havia mais princípios transcendentais como reis ou deuses para se oporem a essas crueldades. A cidade expunha assim todas as possibilidades da psicologia humana. Ou seja, cada cena tinha uma significação, pois nenhum outro princípio a havia feito acontecer, que não fosse o desejo humano (SENNETT, 1999, p.196).

Em “O muro da vida privada”, João do Rio mostra uma cena que traz uma caracterização interessante sobre a forma como se deu essa valorização da intimidade na sociedade carioca de início do século XX. Na crônica, um certo “homem notável” era muito assediado por repórteres que tinham interesse em sua vida pessoal. Referindo-se a um caso específico o autor faz uma crítica sobre a curiosidade “despudorada” sobre a queda do muro da vida privada:

A vertigem da vida é tão intensa que não pôde mais separar a vida pública da vida particular. Antigamente havia o recesso do lar. O homem retirava-se para a sua casa e contra a má língua, a bisbilhotice mal sã protegia-o muro da vida privada. Hoje, a necessidade urgente é pular esse muro importante, é

espiar o que se passa do lado de dentro. E não ha quem ponha os intrusos para o lado de fora do muro porque estamos sempre a trepar nos muros vizinhos. E' um mal particular e geral (RIO, 1911, p.116).

Novamente vemos a questão da vertigem, do ritmo frenético que move (ou carrega a todos), o ritmo do progresso. O trecho traz a questão do “particular e geral”, do indivíduo e do povo na sociedade carioca. Sociedade esta que, nas palavras de João do Rio, tinha o “apetite do escândalo” e “a raiva da destruição” onde “o civilizado faz carnificinas moraes apenas” (RIO, 1911, p.119), destacamos o uso do termo “civilizado” no trecho acima pois, interpretamos como se este fosse não só criador de valores morais civilizados, higiênicos, mas como argumenta Sennett, ao mesmo tempo também é o que expõe e julga a todos a partir desses mesmos valores.

Mas o mais interessante nessa crônica é que o autor traz a temática do exibicionismo, fala que essa abordagem excessiva da vida privada é interessante porque “as vaidades se aguçam pela publicidade” (RIO, 1911, p.121). O que nos leva ao importante espaço social que os jornais, periódicos e revistas tinham, e como eles se utilizavam dessa sociedade moderna consumista e intimista. A crônica expressa bem o entendimento do narrador acerca do homem moderno criado pela sociedade carioca que rumava ao progresso.

Si todos prestam atenção malévola á vida dos outros — como uma resultante desse accumulo de bisbilhotices perversas, como expoente moral dessa derrocada do velho symbolo que separava o homem publico do homem privado surge a exasperante fúria de informação, a fome feroz do noticiário, a irresponsabilidade da calumnia lida com um prazer satânico. [...] A uma simples palavra os jornaes fazem juizos integraes (RIO, 1911, p.119).

Em outra crônica da coletânea, João do Rio narra que o povo carioca estava ainda em formação. “O povo e o momento” (RIO, 1911, p.15-32) é escrita pela visão de um estrangeiro a quem é perguntado o que achava do povo e do momento. Este fala que cada civilização tem seu próprio ritmo e tempo de progresso, e que no caso carioca, o povo era “novo” e, mesmo assim, o povo “galopava”. Esse “galope” não caracterizava um povo já bem constituído, o

narrador da crônica deixa isso claro, era vertiginoso o progresso que se instalava, mas o povo ainda se caracterizava pelo que João do Rio chama de “multidão movediça”. Ou seja, já existe aquela multidão que acomete toda cidade que está adentrando à modernidade, porém é uma multidão que ainda está se formando e que o narrador espera, ainda vá se tornar “um tipo definitivo”.

É interessante o uso dos termos "cristalização" e "definitiva transformação”, que trazem a percepção de que se esperava que aquele momento fosse o grande momento de construção do povo brasileiro moderno. “E' o momento, o momento inolvidavel, o momento da definitiva transformação” (RIO, 1911, p.23).

Nessa crônica mais uma questão se faz necessário debater. O narrador afirma que o carioca tem apego ao solo, às obras físicas construídas pelo homem, mais que à natureza, as Avenidas Beira-mar e Central, o novo porto, são símbolos do “progresso” da modernização carioca. A cidade é consumo e símbolo também e deve ser apresentada, como tal, para os estrangeiros. O narrador (estrangeiro) descreve como o carioca o leva para passear e quer lhe mostrar as avenidas, o grande cais etc. E novamente ainda afirma que o carioca gostava da decomposição moral do indivíduo, dos mexericos dos jornais.

Os cariocas, enraivados, quasi não mostravam ao estrangeiro a natureza, o Corcovado, o Pão de Assucar, a Tijuca, as ilhas, a bahia de Guanabara. Desde que, porém, o gigante acordou com as subitas transformações materiaes, o frenesi de ser admirado, passou a desejar o louvor pelo assombro da luz eléctrica, das avenidas, dos cáes, de cousas que o europeu deve conhecer bem (RIO, 1911, p.23).

Mas a esse apego ao solo e á obra material tão accentuado no carioca corresponde o eterno desprezo pelo trabalho nacional e a maior irreverência pelos homens de mérito do seu paiz desde os políticos aos artistas. Os jornaes que se vendem mais são os jornaes que descompõem toda a gente. [...] Os políticos são todos ladrões, descarados, sem vergonhas desde o primeiro magistrado ao delegado de policia. Quando deixam os cargos viram honestos aos olhos do povo e não raro dizem dos que os insultavam na véspera a mesmissima cousa, porque o povo é opposicionista. Opposicionista curioso pois, como todo o agglomerado rápido de raças diversas num terreno onde é fácil enriquecer, em matéria de negócios ha uma condescendência de costumes mais ou menos californesca (RIO, 1911, p.24).

O narrador delata uma contradição nesse povo que era um “aglomerado de raças diversas”, mas que era “oposicionista” ao que fosse parte do “trabalho nacional”, como chama João do Rio. Trata então, da questão da mestiçagem, da multiplicidade de culturas e raças, mas não fica claro se assim escreve como forma pejorativa ou não. Já sobre o “trabalho nacional” ao qual o povo se opõe acredito que possa ser interpretado como uma desvalorização da produção nacional, intelectual, política, artística ou de outras ordens. Esses “trabalhos nacionais” eram julgados pelo privado enquanto desvalorizados perante produções estrangeiras, novamente voltamos à temática do privado e do público sendo reinterpretados pela sociedade carioca de início de século XX que se centrava na intimidade.

Para finalizar nossa análise da composição das personalidades do carioca moderno nas crônicas de João do Rio, temos a quase “previsão” do que se tornariam alguns desses homens modernos, na crônica futurista “O dia de um homem de 1920”. A crônica que fecha o livro narra a história de um homem de prestígio social, um grande empresário, e logo de início introduz vários elementos do progresso, desse povo que ainda não estava “cristalizado”, que já haviam sido debatidos nas demais crônicas anteriores. O protagonista da crônica era possuidor de inúmeras empresas de chá, ainda importante produto de consumo. As *cocottes* aparecem como personagem daquele progresso. A multidão também surge no texto, e praticamente tudo vira número, inclusive as pessoas: “Fundaram-se hontem trezentas companhias, quebraram quinhentas, morreram cinco mil pessoas” (RIO, 1911, p.335).

A vida desse homem futurístico soa como uma previsão, ou mais ainda, uma crítica ao modo acelerado das experiências vividas no início do século XX. A pressa tornara aquelas mulheres e homens mais velhos com mais rapidez, a velhice na crônica era aos 30. Os automóveis e bondes já tinham sido ultrapassados pelos transportes aéreos os “aerobus” e os “coupés aéreos”, tudo era tecnologicamente muito avançado. O almoço do protagonista, em sua pressa, era “algumas pílulas concentradas de poderosos alimentos” (RIO, 1911, p.336).

Na crônica, o que importava nesse mundo futurístico, era apenas o lucro, todo resto é lido como uma frivolidade para esse homem que o autor descreve, banaliza todas as outras experiências tanto que se esquece até mesmo do enterro da própria filha. Nesse cenário criado por João do Rio, as desigualdades sociais estavam mais agravadas ainda. Os homens são multidão, número a riqueza se concentra na mão de alguns que detém inúmeras empresas – como o protagonista da crônica: “Elle tem que fazer passeios de inspecção ás suas múltiplas empresas com receio de que o roubem, receio que aliás todos tem um dos outros.” P. 336 – e o lucro é o objetivo de todos, bem como o *status*, tudo a custa de um tempo corrido, acelerado. O que se destaca em nossa leitura é uma ambição sem limites, que o próprio autor descreve como sendo parte da “engrenagem” motora daquele homem.

A repetição de marcações temporais, nessa crônica, é maior do que em todas as outras, especulamos que não apenas para demarcar o tempo, mas pra mostrar como esse homem do futuro estará sujeito ao tempo em tudo, e como ele é cada vez mais acelerado. Porque há a pressa de querer fazer tudo, cuidar de tudo, um termo que o autor associa à pressa desse empresário é o lucro, pressa pelo lucro, por lucrar até na hora derradeira. Uma crítica à sociedade capitalista? Fica o questionamento.

E' o fim da vida. Tem 30 annos. Mais alguns mezes e estalará. E' certo. E' fatal. A sua fortuna avalia-se numa porção de milhões. [...] Si descansasse?... Mas não pôde. E' da engrenagem. Dentro do seu peito estrangularam-se todos os sentimentos. A falta de tempo, numa ambição desvairada que o faz querer tudo, a terra, o mar, o ar (RIO, 1911, p.340).

Por fim, ao fim do dia desse homem de 1920, ele morre,

[...] na ancia inconsciente de acabar, de acabar, de acabar, enquanto por todos os lados, em disparada convulsiva, de baixo para cima, de cima para baixo, na terra, por baixo da terra, por cima da terra, furiosamente, milhões de homens disparam na mesma ancia de fechar o mundo, de não perder o tempo, de ganhar, lucrar, acabar... (RIO, 1911, p.341).

Morre com 30, já idoso, morre da vida acelerada sem descanso, sem prazeres, da vida marcada por números e pelo “tic-tac” do relógio que rege sua existência.

## 2.4. Miséria, incivilidade e modernidade nos mundos do trabalho

*A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas essas profissões que constituem o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel que se transforma (RIO, 2007, p.54).*

A cidade moderna visitada nas crônicas de João do Rio não é composta, porém apenas de luxos, estrangeirismos, riquezas, modernização tecnológica e urbana, a visão decadentista do autor não o deixa esquecer dos que vivem a margem social, os miseráveis, os explorados pela modernidade, todos aqueles que são também parte das ruas, da cidade. O trabalho operário, o trabalho nas ruas, a mendicância, os/as presidiários/as, são também parte importante na composição dessa cidade moderna. Essa parte de nosso primeiro capítulo destina-se, então, a trazer outro lado da influencia do progresso e do capital na sociabilidade e na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A situação dos mundos do trabalho no Rio de Janeiro do início do século XX estava intimamente vinculada à complexificação da estrutura social que veio com a lógica do progresso, ao discurso moral que contrapunha o trabalho ao *não*-trabalho e a lógica capitalista que se firmava, no âmbito econômico e social do país.

Maria Stella Bresciani (1982), ao abordar as condições das cidades de Londres e Paris no século XIX, aponta para o aumento populacional e a falta de organização das cidades que ainda não estavam prontas para comportar esse aumento e como isso influenciou para que as áreas mais degradadas e com menos condições de saneamento e moradia fossem justo as que receberam grande contingente populacional, principalmente os mais pobres, que procuraram alojar-se, de alguma forma, para ir à busca de trabalho. Esse fator auxiliou na assimilação do espaço degradado com o homem pobre que era, para muitos dos intelectuais da época, degradado física e moralmente, sem condições de ir além, a não ser mediante o trabalho e o acúmulo de dinheiro que o ajudasse a melhorar suas condições. Mas como

acumular se a lógica do capital, principalmente nesse momento de impulsão, se organizava por meio de uma superexploração da mão-de-obra?

Na maioria das crônicas em que trata de assuntos relacionados ao trabalho/trabalhadores ou à miséria, João do Rio reforça a questão da multiplicidade das profissões no espaço urbano,

A civilização traz a multiplicidade das profissões. Numa aldeia, que recursos tem uma mulher para ganhar a sua vida? Numa cidade pequena, cidade que se diga de segunda ordem mas seja mesmo de quarta, que recursos tem um homem? [...] Dahi a multiplicidade de profissões de que as grandes capitães são ninho acalentador. Ha profissões de deixar um homem ingênuo de queixo cahido, ha profissões subitamente profissões tão originaes que os mais scepticos têm de curvar-se (RIO, 1911, p.223).

Assim descreve João do Rio na crônica “O trabalho e os parasitas”, mas dentre essa multiplicidade de profissões que uma capital pode gerar, estão as “pequenas” profissões ligadas à miséria dos que não tinham uma ocupação profissional ou não conseguiram vagas para trabalhos que fossem mais “dignos”, como o trabalho operário nas fábricas.

Na crônica “Pequenas Profissões”, que faz parte da obra *A alma encantadora das ruas* João do Rio relata uma cena de um cigano que tentava vender na rua algumas peças de vestuário usadas, possivelmente roubadas, para algumas pessoas que passavam pela rua, uns voltando de seus trabalhos, outros apenas passeando.

– Admiraste aquele negociante ambulante?  
– Admirei um refinado “vigarista”...  
– Oh! Meu amigo, a moral é uma questão de ponto de vista. Aquele cigano faz parte de um exército de infelizes, a que as condições de vida ou do próprio temperamento, a fatalidade, enfim, arrasta muita gente (RIO, 2007, p.50).

Podemos perceber, nesse diálogo, pelo pensamento do interlocutor do narrador, como o fato de não trabalhar como assalariado “formal” torna o miserável um tipo de “vigarista” para o interlocutor. Vemos, assim, uma relação entre miseráveis e “in”civilizados. O narrador em si tenta demonstrar que não é tão simples julgar o cigano como “vigarista” visto que muitos desses que se encontram em situação de miséria e pobreza, e que não possuem uma ocupação

reconhecida são consequências de suas condições de vida paupérrimas e de fatalidades outras, os vê como um “exército de infelizes”, a massa de reserva que falaremos adiante.

Atento à situação dos “resíduos” sociais, o autor narra a miséria em que vivem tantas mulheres e homens nas grandes cidades, relaciona o crescimento da cidade e do progresso com o crescimento da miséria.

O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fabricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados (RIO, 2007, p.50).

E ainda,

Todos esse pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que sai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas... (RIO, 2007, p.51).

O autor deixa transparecer nesse trecho uma sensibilidade do olhar que consegue captar na miséria o que ela tem de exploração, uma exploração capitalista. Essa miséria se estendia a muitos aspectos da rotina dos trabalhadores urbanos cariocas, na crônica “Sono Calmo”, por exemplo, temos a descrição de um dos dormitórios espalhados pela cidade e que abrigavam os mais miseráveis, entre trabalhadores, criminosos de pequenos delitos que fugiam da polícia, mendigos e etc., todos alojados num espaço normalmente lotado até o limite.

A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. [...]

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna (RIO, 2007, p.160).

Nas descrições dessa crônica, João do Rio não só demonstra quão nocivos os ambientes de dormitórios podiam ser quanto, mediante relatos de diálogos e intempéries da noite, humaniza e informa as precariedades desses dormitórios, atentando para as dificuldades que as classes mais pobres tinham para descansar. Vemos mais um aspecto da vida corrida,

sem descanso, sem amparo, da rotina dos operários, essa gente que nem mesmo no momento que deveria descansar conseguia fugir de sua realidade de miséria.

Essas condições de vida sob as quais viviam os mais pobres no meio urbano, consequências da falta de estrutura e da desigualdade da política do progresso capitalista, ironicamente também eram avaliadas pelo discurso urbanístico-sanitarista de forma a fortalecer a comparação entre classes pobres e classes perigosas. No trecho a seguir Magali Engel trata dessa questão:

As habitações coletivas de um modo geral e os cortiços, em particular, foram objeto de grande preocupação de médicos e higienistas, já que eram apontados como focos privilegiados de doenças endêmicas e epidêmicas, bem como espaços da desordem social e moral, onde se confundiam trabalhadores, vagabundos e criminosos entre as tênues fronteiras que, aos olhos das autoridades públicas, tornavam as classes pobres indiferenciáveis das *classes perigosas* (ENGEL, 2013, p.94).

E ainda completa, “Homens, mulheres e crianças, completamente destituídos de moral, vivendo de expedientes nas fronteiras da ilegalidade, representavam uma chaga que ameaçava o futuro do Brasil como nação próspera e *civilizada*” (ENGEL, Magali, 2013, p.95).

As condições de vida dos trabalhadores no Rio de Janeiro, na virada para o século XX podem ser interpretadas por meio do olhar que as crônicas jornalísticas de João do Rio trazem, de certa maneira, imagens das paupérrimas condições de moradia, trabalho, e de vida desses trabalhadores.

Em “Visões do Ópio” e “Fome Negra” João do Rio descreve um pouco do cotidiano dos imigrantes. Vindos de várias partes do mundo, sendo que o maior contingente vindo para a cidade do Rio de Janeiro foi o de imigrantes portugueses, fluxo esse que é intenso e sistemático desde o Primeiro Reinado (RIBEIRO, 2002). Uma corrente imigratória para o Brasil se inicia no fim da primeira metade do século XIX, na busca por melhores condições de vida, mas em fins deste século e início do XX, há um aumento do contingente de imigrantes destinando-se para o Brasil e para outras partes da América latina. A maior procura de mão-

de-obra nesse momento era para as lavouras, mas muitos desses imigrantes buscavam também o trabalho nos centros urbanos, disputando no mercado de trabalho por oportunidades.

A capital da nova República era, então, vista como um espaço de progresso, que prometia prosperidades.

– Há de tudo – vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados. Todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante. Porto de mar, meu caro! Os chineses são o resto da famosa imigração, vendem peixe na praia e vivem entre a Rua da Misericórdia e a Rua D. Manuel. Às cinco da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para as tremendas *fumeries*. (RIO, 2007, p.92).

Em “Visões do ópio” o autor narra a visita a uma casa onde havia uma *fumeries* de “chins” – como eram pejorativamente designados os imigrantes chineses –, momento em que se juntavam para fumar ópio, o narrador cita até mesmo as ruas cariocas onde normalmente ocorriam esses encontros, que eram, aparentemente, muito comuns. A miséria dos espaços descritos nessa crônica e da situação em que se encontravam os imigrantes chineses, normalmente trabalhadores do porto, são apenas uma pequena parcela da miséria urbana vivenciada pela classe pobre carioca, sejam eles trabalhadores ou desempregados, a miséria da cidade moderna mostra os que se tornam um “resíduo” social.

A formação de uma massa de homens e mulheres à beira da miséria é como descreve Bryan Palmer (2014), citando Marx, uma condição do desenvolvimento capitalista e do acúmulo de riqueza, gerando assim um excedente da população, que vivia na mais paupérrima condição, entre eles muitos imigrantes.

Robert Pechman em seu artigo “Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade” defende que,

A "Civilização Urbana" que se constrói como paradigma da modernidade no Brasil já nasce contaminada, viciada pela onipresença do Estado e sua primazia sobre o indivíduo. A não formação de uma economia de mercado, que incorporasse a todos no seu processo de expansão, levou à exclusão e marginalização de amplas camadas da população, assim como de suas práticas sócio- culturais. Em síntese, a sociedade brasileira irá modernizar

sua fachada esquecendo-se dos aposentos dos fundos, negros e sujos (PECHMAN, 1992, p.84).

O autor trata nesse trecho não apenas da superexploração e geração de um excedente da população que estava destinado à miséria bem como, ainda discorre sobre a influência que o Estado tem nessa questão, o que pode ser compreendido como uma relação com os discursos morais que eram também difundidos pelo Estado.

Outra crônica que traz aspectos da vida do imigrante no Rio de Janeiro é “Fome Negra”, nela, o narrador descreve uma visita à Ilha da Conceição a fim de ver o trabalho com o transporte de manganês e carvão, minérios que chegavam de Minas Gerais e ficavam em depósitos até serem transportados para a Inglaterra.

Logo depois do café, os pobres seres saem do barracão e vão para a parte norte da ilha, onde a pedreira refulge. [...] O manganês, que a Inglaterra cada vez mais compra ao Brasil, vem de Minas até à Marítima em estrada de ferro; daí é conduzido em batelões e saveiros até às ilhas Bárbaras e da Conceição, onde fica o depósito.

Quando chega vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para o porão dos navios. Esse trabalho é contínuo, não tem descanso. [...] Trabalha-se dez horas por dia com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se cinco mil réis. Há, além disso, o desconto da comida, do barracão onde dormem, mil e quinhentos; de modo que o ordenado da totalidade é de oito mil réis (RIO, 2007, p.150).

O trabalho era quase subumano. O dinheiro era mínimo, o trabalho era árduo e tomava dez horas diárias. Lidar com o minério nas instalações mal cuidadas e que pouco valorizava o espaço e as condições do trabalhador, ajudava a que esse trabalhador estivesse rapidamente adoentado e/ou ferido.

Os imigrantes tornavam-se mão-de-obra barata, e que chegavam ao país com pouca perspectiva já que chegavam, normalmente, procurando fugir de uma conjuntura de pouca possibilidade de crescimento em seus próprios países. Buscavam por novas oportunidades e, como nos narra João do Rio muitos eram os que “são arrebanhados pelos agentes”.

É uma espécie de gente que serve às descargas do carvão e do minério e povoa as ilhas industriais da baía, seres embrutecidos, apanhados a dedo, incapazes de idéias. São quase todos portugueses e espanhóis que chegam da aldeia, ingênuos. Alguns saltam da proa do navio para o saveiro do trabalho

tremendo, outros aparecem pela Marítima sem saber o que fazer e são arrebanhados pelos agentes. Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebeta de encontro as pedras inutilmente. Uma vez apanhados pelo mecanismo dos aços, ferros e carne humana, uma vez utensílio apropriado ao andamento da máquina, tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor. Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados (RIO, 2007, p.150).

As associações que o narrador faz, entre o homem e a máquina, carne e aço, nervos e molas, são muito interessantes e, podemos lê-las como uma metáfora de associação entre trabalho e indústria e ao capitalismo. Aqueles trabalhadores, na leitura do autor, têm o instinto da “ambição voraz” de juntar dinheiro, e assim, acabavam sendo apanhados pelo mecanismo (do capital?) e se tornavam parte da máquina também, se tornavam “utensílio apropriado ao andamento da máquina”.

O trabalho dos estivadores também é retratado em crônica por João do Rio, em “Os Trabalhadores de Estiva” o narrador acompanha um dia de trabalho dos estivadores do porto, sua rotina, assim como a dos transportadores de minério era árdua com muitas horas de trabalho pesado.

Em “Fome Negra”, o narrador associa máquina e homem, fala como trabalhavam em silêncio, sem parar, “inconscientemente”; o uso desse termo pode ser lido como parte da lógica de trabalhador irracional, sem consciência. Porém, conforme o narrador vai passando o dia em companhia dos estivadores, conhece-os mais e chega a narrar sobre como eles conseguiram, para além de expectativas, se unir e organizar-se em classe e criarem uma consciência de classe ao lutarem por seus direitos.

Os homens com quem falava têm uma força de vontade incrível. Fizeram com o próprio esforço uma classe, impuseram-na. Há doze anos não havia malandro que, pegado na Gamboa, não se desse logo como trabalhador de estiva. Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e os pobres estrangeiros pegados na Marítima trabalhavam por três mil réis dez horas de sol a sol. Os operários reuniram-se. Depois da revolta, começou a se fazer sentir o elemento brasileiro e, desde então, foi uma longa e pertinaz conquista. Um homem preso, que se diga de estiva, é, horas depois, confrontado com um sócio da União, tem que apresentar o seu recibo de mês. Hoje, estão todos ligados, exercendo uma mutua policia para moralização da classe (RIO, 2007, p.146).

Submetidos à moral do progresso organizavam-se buscando ser dignos mediante seu trabalho, tentando não deixar a classe dos estivadores ser associada a pequenos delitos e outros crimes. A crônica relata também uma compreensão política e social desses trabalhadores que lutam e buscam melhorias, mas que têm consciência da falta de oportunidade e da desigualdade da sociedade da qual faziam parte.

Que querem eles? Apenas ser considerados homens dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho, para descansar e para viver. Um deles, magro, de barba inculta, partindo um pão empapado de suor que lhe gotejava da frente, falou-me, num grito de franqueza:

– O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? É mais fácil estourar um trabalhador que um larápio? O capital está nas mãos de um grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho. Não acredite que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados. Vemos claro e, desde que se começa a ver claro, o problema surge complexo e terrível. A greve, o senhor acha que não fizemos bem na greve? Eram nove horas de trabalho. De toda parte do mundo os embarcações diziam que trabalho da estiva era só de sete! (RIO, 2007, p.146).

Por fim, o trabalhador relata para o narrador como o excessivo trabalho exigia de seu corpo, mas o corpo perece com a idade e com a doença, e não mais conseguindo usar do corpo – sua única propriedade, às vezes – sucumbiam à esmola para conseguirem sobreviver, e então, agora que não conseguiam mais trabalhar, eram rechaçados como criminosos.

– Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço. Olhe, vá à Marítima, ao Mercado. Encontrará muitos dos nossos arrebatados, esmolando, apanhando os restos de comida. Quando se aproximam das casas às quais deram toda a vida correm-nos! (RIO, 2007, p.146).

Estará aqui inserida, mais uma vez a ideia de associação de miséria e criminalidade, de classe pobre e classe perigosa na reação dos patrões que põem para correr, talvez por medo? Outra relevância do trecho é o fato de João do Rio dar voz as denúncias de descaso feitas pelo estivador, dar lugar para que ele fale da ausência de auxílio e das precariedades que isso acarreta, nesse momento, o autor traz novamente uma profundidade à narrativa, apresentando por meio do relato a complexidade das relações entre as classes, e suas consequências.

Brescianni (1982) argumenta que a associação entre a pobreza e a miséria com o crime, é uma referência à compreensão da época de que a classe pobre e principalmente os miseráveis eram bárbaros, que por serem um “subproduto” da sociedade moderna, colocavam em risco essa sociedade.

Pechman ao tratar da questão da *desordem e ordem* argumenta ainda que, enquanto influência de progresso, o capitalismo também fortalecia a ideia de que a antiga cidade escravista com tantos traços ainda de um recém-fundado império monárquico era retrógrada. A insalubridade das condições de moradia e de vida da população pobre deveria ser combatida, elas eram associadas a um retrocesso à desordem e ao *não* progresso.

A cidade tradicional e escravista contém a "desordem", seja na venda de carne, na coleta de lixo, nas habitações, no vestuário ou na distribuição de água. Por isso mesmo os argumentos para a nova ordem estão expressos no próprio espaço urbano, na medida em que a desordem expressa na "sujeira", na "feiúra" e nas epidemias, está presente neste espaço.

A questão da insalubridade e as práticas da população abrem caminho, portanto, para uma crítica desfavorável aos hábitos dos habitantes. Era preciso, pois, depurar a cidade, sanear o meio ambiente e eliminar os fatores de feiura e sujeira. (...) A rua deveria reunir os atributos e as condições indispensáveis à saúde, à moralidade e à organização do corpo físico e social (PECHMAN, 1992, p.78).

João do Rio deixa em seus escritos traços dessa mentalidade da época, trazendo aspectos do cotidiano das classes pobres por meio de um olhar que tantas vezes parece sensibilizado com a situação destes pobres homens e mulheres. Porém, podemos ainda, compreender em suas crônicas uma assimilação das precárias condições de vida, às quais eram submetidas essas classes mais pobres, como justificativa para uma fraqueza física e moral. São os resíduos gerados pelo capital, que agem por necessidade.

Física e “moralmente imatura”, as classes pobres e a classe operária das cidades modernas, apesar de não ser considerada parte importante da sociedade, tinha que utilizar de sua única propriedade, seu corpo, a fim de trabalhar, ser útil de acordo com as normas sociais burguesas, como nos relata Brescianni sobre essas “normas”:

[...] estão obrigados ao trabalho, mas se encontram apartados da política. Sua racionalidade incompleta e sua incapacidade de obter renda superior às suas necessidades vitais impedem-nos de estar em condições de ser contribuintes, de sustentar o governo e, decorrentemente, de ter qualquer participação política (BRESCIANNI, 1982, p.88).

Os trabalhadores eram levados a situações extremas para conseguirem sobreviver, viviam de pouco, sem margem para crescerem financeiramente, não havia lucro. Como os trabalhadores de estiva e os que transportavam minérios, trabalhavam sem parar, muitas vezes até seu corpo não ter mais força ou ficarem doentes devido às péssimas condições de trabalho.

Ainda havia os que não conseguiam emprego por falta de oportunidade, por doença ou até mesmo por não aguentarem mais trabalhos árduos, mas como na crônica “Os Trabalhadores de Estiva”, quando um dos trabalhadores narra que, quando não tinham mais como continuar no trabalho de estiva, tinham poucas opções e, às vezes, acabavam por pedir esmolas. Esses pobres homens e mulheres acabavam por escolher a “alternativa do emprego casual ou de formas menos honestas de sobrevivência” (BRESCIANNI, 1982, p.42) eram compreendidos como um *resíduo social*, que estavam não só à margem, mas “fora da sociedade”.

Trabalhos como prostituição, ambulantes e outras tantas profissões, que por vezes eram as únicas alternativas de tantos homens e mulheres, não eram vistos como dignos pelo discurso do progresso.

Espaços sociais como os que João do Rio relata em “Livres acampamentos da miséria” são exemplos da inventividade das classes trabalhadoras, que sobreviviam, modificavam o espaço e construía novas formas de sociabilidade. As *cocottes* são outro exemplo, muitas delas acompanhantes de luxo, prostitutas ou não, elas, muitas das vezes, eram bem vestidas, de acordo com a moda, e conseguiam à sua maneira vivenciar a modernidade e o progresso.

No início do século XX, com a capital da República sendo cada vez mais impulsionada pela modernização urbana, ideais de mulher moderna, de trabalhador digno, de

família etc, se colocavam como modelos que buscavam moralizar e condicionar as ações dos indivíduos em sociedade.

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de “bárbaros” justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até na hora de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais. (RAGO, 1985, p.12)

O trabalhador sofria com esse movimento de moralização que defendia o trabalho pelo progresso do país, trabalho que dignificava o homem, trabalho que o fazia ser útil, mas esses mesmos homens e mulheres trabalhadores, não dispunham nessa sociedade de oportunidades iguais a todos. Bryan Palmer em seu texto “Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization” (2014) alude sobre como não há uma simples diferenciação da classe proletária e dos mais marginalizados, o precariado, o autor argumenta que a formação de um excedente mais despossuído é algo anterior à formação de classe proletária enquanto produto da lógica capitalista. Esse contingente de marginalizados está mais ligado pela exploração e opressão num geral, o capitalismo reforça essa opressão.

Marx notou isso em o Capital, escrevendo que o enriquecimento do capitalismo supõe a premissa da ‘condenação de uma parte da classe trabalhadora ao ócio forçado enquanto a outra parte é forçada ao excesso de trabalho’ acelerando ‘a produção de um exército de reserva em escala correspondente ao avanço de acumulação’.<sup>9</sup> (PALMER, 2014, p.50).

O acúmulo de capital, como explica Palmer, necessita também do acúmulo de trabalho, o que faz gerar esse excedente, um resíduo social. No contexto de modernização urbana e industrial no Brasil, o impulso em prol do progresso capitalista e o aumento populacional foram, de certa maneira, determinantes no aumento do número de marginalizados.

---

<sup>9</sup> Tradução livre. “Marx noted this in Capital, writing that capitalist enrichment was premised on ‘the condemnation of one part of the working class to enforced idleness by the over-work of the other part’, accelerating ‘the production of the reserve army on a scale corresponding with the advance of social accumulation’”. (PALMER, 2014, p.50).

Deveria ser economicamente produtivo principalmente o homem, chefe de família, mas nem sempre tinha condições de gerar o sustento necessário para manter nem a si mesmo. Submetidos a uma lógica econômica que necessitava criar mão-de-obra excedente e que explorava o trabalhador, ainda eram condicionados por uma moral que criticava o movimento organizado, que alienava o trabalhador e o compreendia por irracional devido às péssimas condições em que viviam.

O tão estimado progresso modificou o espaço e a vivência dos trabalhadores da capital da República e, com toda a força do crescimento do capitalismo com seu discurso moral e sua pressão econômica, as condições de vida a que eram submetidos os mais miseráveis, os que eram “resíduo” e que detinham tão poucas perspectivas de mudarem sua situação eram paupérrimas.

É interessante tocar questões que nos movem à frente para uma melhor compreensão de como o capitalismo imergiu na sociedade através dos ideais de progresso e de civilidade e como isso mudou o “tom” das relações sociais. E após a leitura de nossa fonte, nos fica ressaltado a importância da crônica como parte da memória da cidade e de sua construção. João do Rio em suas *flâneries* traduz em suas crônicas, para além de um texto literário, pedaços de um cotidiano em mutação, relata um testemunho de uma época.

A importância da atenção ao cotidiano se dá, aqui, pelo fato de na investigação dele podermos vislumbrar as mutações da vida sociocultural daqueles que vivenciaram e sofreram com o impacto das modificações urbanas. Lefebvre discorre que é de interesse, no estudo das cidades, que se atente às relações imediatas, pessoais e interpessoais como "a família, a vizinhança, as profissões e corporações, a divisão do trabalho entre as profissões e etc." (LEFEBVRE, 2001, p.58). O estudo dessas relações imediatas, estudo do cotidiano, deve buscar explorar não só o a visão do cotidiano enquanto moldado pela cidade, mas também voltar o olhar para a cidade que em sua construção sofreu influência do cotidiano das gentes, é

parte da linguagem, da construção de cada cidade. Obras como o “bota-abaixo” quebram com essa construção e escrita, decompõe e modificam.

João do Rio demonstra em suas crônicas uma consciência muito forte de sua época, da sociedade do lucro, dos intimismos e do capitalismo que cada vez mais, ascendia. “Era a civilização na sua frieza, era o « struggle for life » e a engrenagem mecânica da sociedade esmagando os mais fracos.” (RIO, 1911, p.82). Ler a modernidade carioca pelos olhos do cronista *flâneur* é nos deixar entreter num voyerismo tão rico quanto vertiginoso.

Em junção com as modificações urbanas, a população sentia as vertigens de um progresso exigente, que buscava superar o tempo perdido mediante uma aceleração do sentido da modernização. As tecnologias, a modernização dos transportes, da arquitetura, a moda europeia, as reestruturações de uma economia oligárquica, a entrada de trabalhadores imigrantes, a abolição da escravatura, tudo isso reverberou na cidade do “Rio Civiliza-se!”, campo fértil para a formação de novos retratos sociais que são descritos no trabalho de João do Rio. Através de sua obra vemos o surgimento de novos personagens, as *cocottes*, o amigo dos estrangeiros, todos querendo ser parte desse progresso e sentindo as exigências do reclamo do moderno, com os hábitos morais que se impunham, os estrangeirismos que traziam noções de uma civilização que já progredira.

No sentido das mudanças na dinâmica da sociabilidade, mudanças em decorrência, também, do caráter progressista da modernização carioca, voltamos nossa atenção à figura da mulher no meio urbano. É possível crer que, as modernidades do espaço urbano-industrial afligiam a figura feminina no meio público, esse espaço de modernização trazia à cena uma (re)caracterização da moral baseada em princípios civilizadores que tentavam condicionar os hábitos femininos na cidade.

O controle dos costumes e hábitos criava uma restrição singular. O discurso da modernidade importava e impunha novas formas de sociabilidade, que se chocavam com a

composição cultura de cada cidade. Desse confronto surgia a “volatização dos valores tradicionais”, morais e “a rápida vigência de novos padrões de pensamento, gosto e ação se disseminam rapidamente, atingindo a todos os setores da sociedade e da cultura.” (SEVCENKO, 1983, p.95).

A moralização feminina era ainda mais demarcada. Jornais, revistas e manuais femininos traziam normas de etiqueta que, além de delimitarem ainda mais as distâncias entre as classes altas e as camadas populares, criavam certo condicionamento às mulheres, determinando perfis específicos a serem almejados e seguidos: a imagem da mulher de respeito que se destinava ao lar, mas que fazia seus passeios pela cidade pela manhã, vestia-se de acordo com a moda e com o cenário, visitava os lugares adequados para sua condição de mulher. A mulher das camadas altas e, ainda mais especificamente, a mulher das classes burguesas eram condicionadas a participarem no meio público de maneiras bem específicas. Nas palavras de Michelle Perrot acerca das mulheres na cidade do século XIX,

Nelas as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e a condição do marido. Atrizes no verdadeiro sentido do termo, elas desfilam nos salões, no teatro ou no passeio público e é a forma com que se vestem que interessa aos cronistas (PERROT, 1989, p.10).

O regulamento moral da mulher não se limitava, porém, às classes abastadas da vida carioca, muitas vezes alcançavam as mulheres das camadas populares e de formas diversas. As modas, a etiqueta, eram referenciais – muito embora nem sempre fossem seguidos, por opção ou por falta de condição financeira para tal –, além da honra que deveriam manter, para que não saíssem de um espaço pré-condicionado e fossem talvez confundidas com a mulher sensual, pecaminosa, a *femme fatale* e a meretriz.

Devemos ressaltar que esses referenciais de comportamento que deviam ser seguidos para se manterem “honradas” não eram necessariamente absorvidos por essa população mais pobre, eram mais uma tentativa de regulação moral, de adequação de valores burgueses.

Certos referenciais burgueses da modernidade não tinham tanta influência entre as mulheres mais pobres, autores como Sidney Chalhoub – “Trabalho, Lar e Botequim” (2012) – e Martha Abreu – “Meninas Perdidas” (1989) – demonstram em seus trabalhos que a vivência dessas mulheres pobres extrapolavam as limitações que se tentavam impor à elas, sua cultura cotidiana e suas necessidades eram muito diversas às das mulheres mais abastadas, falaremos mais sobre isso adiante.

Em um painel geral, as finalidades dessa pesquisa se direcionam para a compreensão das formas de sociabilidade feminina no panorama urbano da capital carioca da *belle époque*, partimos da hipótese de que a formação de certos perfis femininos na cidade se constituiu em estreita consonância à própria constituição progressista de civilidade moderna. A instituição da modernidade buscou reorganizar e delimitar especificidades à atitude feminina, seja ela operária, burguesa, mendiga, etc, as vivências que se desviavam da normatividade idealizada – que se empenhou em programar a cidade em prol do progresso – faziam parte das atitudes vistas como “não honradas”, que acabavam também sendo taxadas, eram os perfis de mulher “não” ideal. É sobre essas delimitações de “perfis” que trataremos no capítulo a seguir.

### **Capítulo 3 – O discurso moralizador e os “tipos” de mulheres modernas**

Com reorganização do espaço urbano as fronteiras entre o espaço privado e público se modificavam também. A participação feminina no meio público aumentava cada vez mais, já então no início do século XX, quando a capital carioca se punha rumo a uma almejada “civilização”, baseada em referenciais modernas europeias, as mulheres tinham participação muito mais afinada na vida social moderna.

Margareth Rago, ao tratar da prostituição na *belle époque* paulistana, descreve a preocupação de anarquistas e socialistas com as operárias: preocupavam-se com a moralidade,

definiam normas e restringiam práticas de lazer consideradas impróprias, como o carnaval, bailes etc. O que se pode inferir era que havia uma ênfase em “instituir rígidos códigos morais de conduta, visando definir claramente as barreiras simbólicas entre os espaços sociais da ‘jovem de família’ e da meretriz” (RAGO, 1992, p.33).

Em resenha da tese de doutorado de Susan Besse, Rago apresenta como a autora criticava a remodelação dos hábitos e costumes,

[...] a modernização significou muito mais uma reacomodação das relações de gênero, no sentido de manter as desigualdades sexuais, do que uma ruptura profunda nas formas tradicionais da dominação patriarcal, principalmente ao se definirem novos papéis sociais ao “sexo frágil”, que passa a participar mais intensamente da moderna esfera pública (RAGO, 1998, p.420).

Esse argumento suscita uma relação das formas de poder e dominação sobre as mulheres, no início da década de 1900, reestruturadas em alinhamento com o ímpeto progressista e modernizador nas metrópoles urbanas do Brasil, mais ainda na cidade do Rio de Janeiro que fora sede do Império, e nesse momento capital da República e “vitrine” do país.

Articular esse vínculo da modernização com a rigidez moral que se procurava infringir às mulheres nos é relevante por conter nessa relação uma das bases da formação do imaginário sobre a mulher nas décadas que delimitam nosso estudo (1900 – 1920), vários são os julgamentos feitos as mulheres por efeito disso. Porém na apresentação da mulher nas suas subjetividades e cotidianidades muitas crônicas da época, inclusive as de João do Rio, trazem descrições do cotidiano de mulheres e demonstram que suas vivências vão além de supostas restrições morais. É a moda que se torna mais ousada que de costume, são as literatas que vão galgando seu lugar no meio intelectual e mais exemplos de cotidianos que se mostram muito mais complexos.

A caracterização de perfis supostamente “cristalizados” de mulheres, mesmo que não conseguisse que todas vivessem em perfeita sintonia com as características normativas de cada perfil, acabava por restringir, às vezes sua liberdade de ação tanto no âmbito público

quanto no privado, sua liberdade de vivência. Isso no que tange principalmente as mulheres burguesas, as modernidades traziam muitas novidades, ampliavam em tantos sentidos algumas possibilidades de experiências na cidade, as facilidades do consumo, por exemplo, por outro lado, porém, as tentativas de delimitar o papel da mulher na vida social muitas vezes ainda restringiam as mulheres sob variados aspectos. Nas palavras de Marina Maluf e Maria Lúcia Mott,

É sabido que ao se cristalizar complexos conjuntos de atividades e experiências de vida em papéis prescritos, atrofiam-se os valores morais e qualitativos das relações sociais. O dever ser impõem-se como uma exigência exteriorizada que compromete de maneira impiedosa a relação dos agentes sociais com suas atividades: o ato de fazer transforma-se em ato de consumir normas, regras, papéis, funções, isto é, ideais convertidos em mercadorias prontas para ser consumidas (MALUF; MOTT, 1998, p.420).

As experiências das mulheres na modernidade sofriam influências dos valores dessa sociedade, e como já dissemos anteriormente, o estímulo ao consumo, à modernização influenciou amplamente na vida social durante a *belle époque*, e os papéis destinados às mulheres – no que tange às mulheres de alta sociedade, principalmente – vão sendo cada vez mais vinculados ao consumo, à moda, ao consumo para o lar, às etiquetas sociais e pessoais para estarem adequadas à modernidade acelerada que se tentava alcançar.

Os discursos médicos, jurídicos, burguês e higienista foram os maiores participantes na construção de uma moral “a ser seguida”. Os discursos médicos inferiorizavam o corpo e a inteligência feminina perante a masculina, o que acentua uma relação homem-mulher já desigual. O discurso higiênico, como já tratamos aqui, traz a diferenção dos espaços físicos insalubres e os “limpos” à baía da discussão da moral dos moradores de cada um desses espaços. Os hábitos dos mais pobres que, já despossuídos, viviam em condições precárias de vida eram assim, associados a uma imoralidade, a uma *desordem* a um atraso.

O capitalismo em ascensão numa sociedade recém saída de um sistema escravista também promovia o progresso, ordenar os corpos e os papéis sociais parecia uma necessidade

para esse discurso. A imprensa e o meio jurídico também propalavam uma moral que julgava os hábitos, nas palavras de Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim*, “As lições de amor e sexo, paternidade e maternidade etc. também são transmitidas por meio do aparato jurídico e da imprensa” (CHALHOUB, 2012, p.179), com a ressalva de que não eram todos os discursos jurídicos que assim o faziam.

A mulher nesses discursos era imprescindível como transmissora dessa moral, o doméstico desponta como o lugar de formação moral e a mulher era vista como o centro da vida doméstica. Mas a virada para o século XX traz uma dinamização das relações sociais que possibilita uma maior participação da mulher no espaço público e na cidade que se modernizava. Mesmo a tecnologia auxilia nesse sentido, para a mulher das camadas média e alta que antes estava atrelada a tarefas domésticas com a profusão de novos produtos para o lar suas atribuições com a casa eram facilitadas e a elas sobrava mais tempo livre para participarem mais do espaço público.

### **3.1. A mulher nos espaços públicos e privados: cotidiano e sociedade**

A concepção das mulheres sendo relegadas à esfera privada tem no século XIX a sua força ideológica estruturada, é neste século que essa demarcação se torna mais forte, mais delineada, nesse momento a família é tomada ainda mais como uma das estruturas básicas da sociedade e, sendo assim, os papéis dentro da instituição familiar são mais regrados. Lynn Hunt em seu artigo “Revolução Francesa e vida privada” que faz parte da coletânea *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, afirma que a concepção da mulher como parte da vida privada, tão forte no XIX, advém de ideias do fim do XVIII, mas que com a Revolução Francesa essa concepção se firma ainda mais.

Já há muito tempo se observou que foi no século XIX que as mulheres ficaram relegadas à esfera privada a um grau até então jamais conhecido. Essa tendência data do final do século XVIII (antes mesmo da Revolução).

Mas a Revolução deu um grande impulso a essa evolução decisiva das relações entre os sexos e da concepção da família. As mulheres estavam associadas a seu “interior”, ao espaço privado, não só porque a industrialização permitia que as mulheres da burguesia se definissem exclusivamente por ele, mas também porque a Revolução tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma inversão da ordem “natural”.

A mulher se tornou o símbolo da fragilidade que devia ser protegido do mundo exterior (o público); (HUNT, 2009, p.45).

Referindo-se, ainda, aos “perigos” do mundo público, a autora usa o exemplo de Maria Antonieta, que era tida como exemplo das ameaças que o mundo público poderia trazer à fragilidade feminina.

Em contradição temos a figura da mulher sendo amplamente utilizada como símbolo da República francesa, símbolo de liberdade. Em *Formação das almas* José Murilo de Carvalho relata que a inspiração francesa para utilizar a mulher como símbolo da República veio de Roma “onde a mulher já era símbolo de liberdade” (CARVALHO, 1990, p.75), mas a “popularização veio com a figura de Marianne, nome popular de mulher. Marianne passou a personificar a República” (CARVALHO, 1990, p.78). Ela representava os valores que eram a bandeira da República, valores de liberdade, igualdade e fraternidade.

A utilização da imagem feminina como símbolo da República foi trazida para o Brasil, e foi muito mais utilizada de maneira caricaturada, para ironizar a República, do que de como uma representação positiva. José Murilo de Carvalho discorre, “De fato, bem depressa os caricaturistas passaram a usar a figura feminina para ridicularizar a República. É certo que os inimigos da República fizeram o mesmo na França. A virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida, em prostituta” (CARVALHO, 1990, p.87), porém como relata o autor esse tipo de representação, no Brasil, foi dominante.

Somando-se ao discurso político brasileiro, onde a mulher tinha pouco espaço de participação, haviam os discursos médicos, que justificava biologicamente a função social da mulher, a de ser mãe, a de cuidar dos filhos e ainda os discursos jurídicos de que vamos tratar adiante.

Alguns dos discursos médicos e jurídicos do país são também utilizados nesse período de mudanças e modernização como forma de controle social, utilizando muitas vezes de uma legitimidade científica. O discurso das camadas mais elevadas era o discurso “oficial” era ele que influenciava os discursos do meio judiciário, do político, do médico, ou seja, as decisões do judiciário eram pautadas num ideal de comportamento das/para as camadas mais altas, mas era o mesmo ideal que influenciava os julgamentos às camadas mais pobres da população. Com relação ao controle sobre o comportamento das mulheres, Maria Clementina da Cunha argumenta que em um primeiro momento parece que os discursos médicos buscam uma homogeneização das mulheres sob uma mesma linha ideal de comportamento, no entanto, discorre a autora, dada a diversidade de comportamentos e realidades de mulheres de lugares sociais distintos.

Essa “homogeneização” acabava por reforçar as fronteiras, marcando os comportamentos “certos” e “errados”, sendo que a vida de cada uma dessas mulheres acabava por obrigar que elas vivessem realidades diferentes. “Não se pretendia assim obscurecer as diferenças – reais e reconhecíveis, de resto – mas, pelo contrário, marcar claramente as distâncias sociais e suas hierarquias” (CUNHA, 1998, p.15), as mulheres eram julgadas dentro de seus limites sociais.

A preocupação de alguns discursos do setor jurídico era com a moral, com a “honra” feminina, em vários processos onde mulheres estavam presentes, seja como testemunha, como acusada ou como a ofendida a mulher era avaliada por seu comportamento.

O objetivo de defender a família e, claro, a “honra” feminina (...) passou a estar presente em preâmbulos de leis e em várias modalidades de discursos do poder: na fala da ciência, dos juízes, dos políticos. O novo regime tratou ainda de legislar em torno deste objetivo: entre as modificações inscritas no Código Penal de 1890, ressalta a introdução dos “crimes contra a família”, como lenocínio, atentado ao pudor e a corrupção de menores, que antes figuravam nos capítulos relativos à injúria ou ao estupro (CUNHA, 1998, p.21).

Em variados textos autores/as discutem essa questão da moral ser levada em consideração, principalmente no caso de mulheres, muito embora os homens também tenham sido julgados por esse viés, o que diferencia é a visão do papel masculino divergente do papel feminino. O homem é julgado a partir de sua definição (ideal) enquanto provedor da subsistência da família, já a mulher deve ser dócil, mãe, dedicada à família e leal ao marido (SOIHET, 1989). A legitimação de um papel idealizado de mulher e de homem pelos discursos oficiais contrasta, e muito, com a variedade de relações reais em sociedade, variações de classe e de realidades.

Martha Abreu, em seu livro *Meninas Perdidas*, trata, assim como Cunha, da questão dos discursos na modernidade, ao analisar processos criminais vê uma convergência, principalmente no que tange o discurso dos advogados, acerca das mulheres e de como elas eram tratadas. As “patologias morais” assumem importância ímpar no caso feminino. Sua teoria para o fato de que o discurso dos advogados ser ainda mais vinculado a fator da moralidade do comportamento feminino do que no trato de juízes e promotores, se pauta em seu argumento no livro, de que é

fundamental para a inocência do acusado a versão segundo a qual a ofendida não correspondia aos padrões de mulher honesta. Por outro lado, os juízes e promotores, defensores do cientificismo jurídico, preocuparam-se mais – e aí seus discursos numericamente mais expressivos – com os detalhes matérias dos crimes e com as questões do direito público e privado (...). (ESTEVES, 1989, p.39).

Comenta ainda que,

Pela influência da escola jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade (...). Os juristas estavam, como os médicos, imbuídos da missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado (ESTEVES, 1989, p.41).

As mulheres tinham certos horários moralmente aceitos, ou não, de saírem as ruas e ouviam muitas vezes questionamentos durante o correr de processos criminais, – como nos

narra Esteves na leitura dos processos criminais – acerca de ter ou não o hábito de sair à rua, em que horários, sozinha ou acompanhadas e por quem.

Contudo, flagrantemente, ‘esquecia-se’ de que se incluía dentre as condições de sobrevivência da mulher pobre o fato incontestado de a rua ser também seu local de trabalho. É o caso das domésticas, por ocasião das compras para a casa; das lavadeiras, quando fazem entregas a domicílio; das operárias da indústria, nas horas em que se locomovem para o local de trabalho ou para casa após uma exaustiva jornada diária. (ESTEVES, 1989, p.47).

A acolhida da mulher no espaço público era normatizada de acordo com os comportamentos idealizados, “Ao lado do pai ou do marido produtor, ela podia participar deste universo enquanto *consumidora, ornamento, acompanhante* ou *auxiliar*” (RAGO, 2008, p.67). E a mulher pobre? A trabalhadora? Elas existiam nesse espaço público, transitavam nele por necessidade e/ou por opção e poderiam vir a ser julgadas por isso. Mas como disserta Cunha, a suposta homogeneização que um discurso de comportamento ideal pode trazer, em realidade se mostra muito mais como uma remarcação de fronteiras, uma delimitação de distanciamentos das realidades vividas pelas mulheres de classes diferentes.

Nesse sentido podemos pensar que o fato de naturalizar um certo tipo de comportamento era pra prevenir que outros fossem naturalizados, era coerente uma mulher que necessitava de trabalhar para se manter caminhar sozinha para o trabalho, mas porque a mulher burguesa caminharia sozinha? O “comportamento feminino diferia, em diversas situações daquele veiculado pela ideologia dominante. Tal ousadia, porém, não deveria ficar impune” (SOIHET, 1989, p.216). E não poderia influenciar uma quebra no comportamento coerente às mulheres das camadas dominantes.

O espaço público representa um perigo, porém como dissemos anteriormente, na modernidade as fronteiras entre o público e o privado vão se dissolvendo, gerando, em contrapartida, uma necessidade de fortalecimento do imaginário sobre a família, e sobre a segurança do ambiente privado.

O público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio das intimidades; o privado, posto na defensiva, fortifica laços particulares de convívio. Os espaços públicos começam a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza (MATOS, 1995, p.101).

Dessa maneira, a normatização dos espaços ataca a figura da mulher, criando uma redoma em torno do ambiente privado, e assim do papel da mulher enquanto protetora daquele espaço, da família (ideal) burguesa moderna.

É importante lembrar, contudo, que da mesma forma que a Revolução francesa e o iluminismo influenciaram a visão de insegurança no espaço público, também foram espaços de discussões iniciais quanto aos direitos das mulheres e sua participação na sociedade política. Isso foi um importante elemento que suscitou argumentos e possibilitou o movimento feminista, inclusive no Brasil.

A periculosidade associada ao espaço público era uma maneira de regradar também os comportamentos da cidade em crescimento normatizando uns comportamentos e associando outros à uma deformidade moral. As mulheres das camadas mais altas deviam se preocupar em fazer parte da modernização, “participando ao lado do marido dos seus contatos profissionais e culturais, assumindo também funções assistenciais e intelectuais”. Já as mulheres pobres, trabalhadoras e mães, deveriam “retirar seu marido e seus filhos do convívio social, reduzi-los ao mundo doméstico” (ESTEVEES, 1989, p.74), protegê-los dos perigos e das tentações do mundo exterior, do ócio que as festividades (a exemplo o carnaval) e os ambientes de lazer, como botequins, poderiam acarretar. Esses são exemplos da responsabilidade que era atribuída às mulheres para com a família, com os hábitos e com a moral familiar.

Como podemos refletir, estavam sendo tomadas medidas, no período, para regular a vida dos habitantes da cidade que se modernizava, era preciso organizar essa cidade, sendo assim a classe dominante se viu na necessidade de idealizar os valores morais, pensados a

partir das classes mais abastadas, oficializado por meio dos discursos higienizador, médicos, jurídicos e científicos os valores que deveriam ser seguidos por toda a sociedade.

Como argumentam inúmeros autores como Sidney Chalhoub (2012), Rachel Soihet, Margareth Rago entre tantos outros, havia uma tentativa de disciplinarizar o trabalho e o cotidiano. Isso conflui para uma preocupação com a vida íntima da esfera privada, para a família, para a busca de “uma classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada” (SOIHET, 1997, 362).

O funcionamento do lar ficava sob a tutela da mulher, apesar de a figura masculina ser tida como quem provê a família financeiramente, ficaria a cargo da mulher a administração da casa. Michelle Perrot em *Os excluídos da história* discorre sobre como as mulheres pobres da França de fins do século XIX e o XX conquistaram o direito de administrar o salário de seus maridos em prol de da economia e equilíbrio do lar.

Em todo caso, a mulher do povo se mostrou mais combativa, mais prevenida que a burguesa, à qual seu marido entrega uma quantia para as despesas, para a manutenção da casa, reservando totalmente para si a direção do orçamento, no caso frequente de comunhão de bens. Em suma, a dona-de-casa conquistou o ‘direito ao salário’. Ainda hoje, as operárias se atêm o que se chamou de um ‘matriarcado orçamentário’. (PERROT, 1988, p.192).

O privado, agora ainda mais regrado moralmente tem nos manuais de conduta a descrição da “etiqueta” do “lar feliz” e dos papéis de cada membro familiar.

O papel principal cabe à senhora do lar, encarregada de fazer funcionar a vida privada tanto na intimidade familiar – cerimônias cotidianas das refeições e serões junto à lareira – quanto nas relações da família com o mundo exterior – organização da sociabilidade, visitas, recepções. Ela deve reger o curso das tarefas domésticas de maneira que todos, o marido em primeiro lugar, encontrem em casa o máximo de bem-estar.

O tempo dos homens é o da vida pública, e sua utilização é ditada pelo ritmo dos negócios (MARTIN-FUGIER, 2009, p.184).

Nesse trecho a autora Anne Martin-Fugier discorre acerca dos manuais de conduta, narra, ainda, como era ritmado o ambiente privado. O tempo dos negócios, e da vida pública deveria ser diferente do tempo do privado, para que esse fosse um refúgio seguro. O lar era

idealizado o que levava a também uma idealização da mulher como figura principal desse espaço, tudo deveria ser harmonizado, organizado e isso era exigido da mulher (MARTIN-FUGIER, 2009).

Encarnação de virtudes contraditórias, a mulher deveria fazer inúmeros ajustes e concessões para, ao mesmo tempo, preservar o tradicional ideal de pureza e de submissão, combinar com as novas expectativas burguesas de gerência eficiente do lar e ainda representar em sociedade o papel de companheira adequada (MALUF; MOTT, 1998, p.396).

A perfeição era exigida das mulheres, elas deveriam ser cultas, assumir seu papel feminino na forma de se vestirem, se portarem e na maneira de administrar bem o lar e a família. Eram julgadas também através dos bens de consumo que assumiam tanto em sua própria aparência quanto em seus lares, “Tais disputas não apenas punham na ordem do dia o papel do consumo e a questão dos novos sinais urbanos de distinção e prestígio sociais, como evidenciavam o quanto tinha sido aberto o leque de exigências às mulheres” (MALUF; MOTT, 1998, p.396). Ainda sobre a exigência da perfeição à mulher, e acerca dos códigos de conduta que regiam sua atuação social, Michelle Perrot aponta:

Do asseio e da decoração do lar à observância quase religiosa de uma moda [...] de cada mínimo trabalho feminino (pois a dama precisa ser constantemente ocupada) à obsessão pelas contas (esse tormento da senhora no lar que com frequência precisa se restringir ao que lhe é dado pelo marido, a quem deve prestar contas): cada detalhe adquire sentido numa moral de fundamento mais simbólico do que econômico. Funcionando como linguagem ou ritual, ela obedece a códigos muito estritos (PERROT, 2009, p.129).

Para além, dos deveres como “esposa-mãe-dona-de-casa” a mulher ainda tinha certas “obrigações sociais” o que incluía visitas a outras casas de família, normalmente de mesmo estrato social, a questão do chá da tarde era um exemplo dessa forma de sociabilidade marcadamente feminina, na crônica “O chá e as visitas” que trouxemos no primeiro capítulo deste trabalho podemos encontrar algumas descrições desse hábito social.

A adoção do chá no lugar do café, como dissemos anteriormente, era um hábito trazido pela modernidade, uma manifestação/adequação da/modernização que extrapolava o

ambiente público e adentrava no universo do privado. Se pensarmos no ambiente doméstico como sendo preservado ao espaço familiar e à mulher, as modernidades que afetassem esse espaço eram mudanças que às mulheres muito importavam.

O nosso chá! O chá faz a reputação de uma dona de casa. Nos tempos de antanho, uma boa dona de casa era a senhora que sabia coser, lavar, engommar e vestir as creanças. Hoje é a dama que serve melhor o chá, e que tem com mais chic — *son jour*, para reter um pouco mais as visitas (RIO, 1911, p.50).

A sociabilidade feminina – ao menos no que se refere à mulher burguesa – ainda encontrava espaço legitimado de manifestação nos salões de festas e outros ambientes sociais, como as missas, as casas de chá e café, as lojas e ainda por meio do trabalho.

Assim, vemos que o empenho em confinar as mulheres ao espaço privado era muito grande, porém como discutiremos no capítulo anterior, as fronteiras entre público e privado convergiam para uma complexificação das relações dessas duas esferas sócio espaciais. Margareth Rago ao destacar alguns aspectos sobre a condição feminina nas primeiras décadas do século XX em São Paulo pondera sobre isso no trecho abaixo.

Na família-santuário, a ex-escrava negra não pode mais dividir explicitamente as atenções e o afeto do esposo. Já não se aceita, mesmo que insubordinadamente, este tipo de constrangimento nas relações entre os sexos. A esposa-mãe é respeitada como esposa legítima. E, por mais que seja representada como ‘anjo diáfano’, por mais que se esforce para confiná-la na esfera da vida privada, ela ganha maior visibilidade no espaço urbano. Tudo sugere, portanto, que paulatinamente à configuração de um espaço público onde se desenvolvem as atividades comerciais, os negócios, as relações assalariadas de trabalho, os conflitos e acertos políticos, também se constitui o espaço privado como universo da intimidade, incorporando todas as conceituações formuladas pelo pensamento romântico do século XIX (RAGO, 2008, p.58).

Por mais regulamentações que os espaços privado e público sofressem, as relações sociais e as novas possibilidades geradas pela modernidade industrial e cultural tendiam a extrapolar as normas de comportamento. A vivência ultrapassava as tentativas de limitação e as mulheres ganhavam o espaço público contrariando as expectativas.

### 3.1.1. “A pedra angular para a sociedade moderna<sup>10</sup>”: a família

Michelle Perrot afirma que a família é uma das instituições sociais de mais valor para o século XIX e início do XX, principalmente no que se refere à vida privada, alude que,

Ela tende, no século XIX, a absorver todas as funções, entre as quais se inclui a sexualidade – “o cristal” familiar, segundo Michel Foucault –, e a definir as regras e as normas. As instituições e as pessoas solteiras – prisões e internatos, quartéis e conventos, vagabundos e dândis, religiosas e viragos, boêmios e bandidos – são amiúde obrigadas a se definir em função dela ou em relação a suas margens. A família é o centro do qual elas constituem a periferia (PERROT, 2009, p.78).

A família é parte de suma importância para a sociedade moderna ocidental, ela organiza e rege a vida em sociedade, regulando a vida privada e também, assim, a vida pública, ela tem “poder social”. Nas palavras de Perrot, a família é um “modelo político de democracia” (PERROT, 2009, p.83) em que os atores que compõem e vivenciam seu espaço têm papéis estruturados dos quais dependem a ordem e o funcionamento dessa estrutura, ao menos é assim que a família é vista durante o período. “A arquitetura do lar feliz aprisionou homens e mulheres dentro de uma moldura estritamente normativa.” (MALUF; MOTT, 1998, p.382).

Os papéis do homem e da mulher dentro da lógica familiar burguesa impulsionavam uma discrepância de gênero não apenas dentro do âmbito familiar, como também no espaço público, exigiam posturas e destacavam características patriarcais da sociedade, como aponta Catherine Hall,

A masculinidade se baseava na capacidade do homem de atender às necessidades dos seus; a feminilidade de uma esposa e de suas filhas se fundava na dependência. A dignidade do homem estava ligada à sua profissão; se tivesse alguma ocupação a mulher perderia sua distinção (HALL, 2009, p.63).

Entretanto se deve ter cuidado ao analisar essas questões, a família burguesa idealizada tinha sua influência, porém, o rigoroso código moral a que estava submetida não

---

<sup>10</sup> Michelle Perrot usa essa expressão no livro *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* para se referir a instituição social da família nos séculos XIX e XX.

necessariamente era prática real no cotidiano, tanto entre as famílias burguesas quanto entre as das demais classes e grupos sociais. (MALUF; MOTT, 1998). Marina Maluf e Maria Lúcia Mott mesmo tratando bastante da influência perfis, por vezes até soando como se essa moral burguesa idealizada valesse para todas as camadas sociais, discorrem que para esses valores terem coerência os comportamentos de cada papel social deveriam estar afinados tanto no âmbito privado quanto no público. Entretanto isso era “algo bastante difícil num período de urbanização e industrialização crescentes, as quais convocavam os indivíduos e as famílias para novas formas de associação e lazer”, além disso, esse momento de modernização urbana acabava por oferecer “outras oportunidades, ainda que desiguais, de trabalho” (MALUF; MOTT, 1998, 385).

A regulamentação dos papéis sociais dentro da família encontrou afirmativa tanto na imprensa como até mesmo no que tange os regimentos de leis de conduta. Na imprensa e por meio de manuais as mulheres encontrava ali instruções para a organização de seu tempo no lar, a manutenção da ordem desse lar, instruções ainda para seu comportamento no ambiente externo, o “perigoso” mundo do espaço público.

No manual de economia doméstica *O lar feliz*, destinado às jovens mães e “a todos quantos amam seu lar”, publicado em 1916, mesmo ano em que foi aprovado o Código Civil da República, o autor divulga para um público amplo o papel a ser desempenhado por homens e mulheres a sociedade, e sintetiza utilizando a ideia do “lar feliz” a estilização do espaço ideologicamente estabelecido como privado (MALUF; MOTT, 1998, p.374).

No que diz respeito às leis, o Código Civil de 1916 tratava do casamento, das normas e deveres referentes a essa instituição social. Trazia, ainda,

[...] o modo como cada um dos cônjuges deveria ser apresentado socialmente. Um conjunto de normas, deveres e obrigações, com seu correlato inibidor corretivo, foi formalmente estabelecido para reger o vínculo conjugal, a fim de assegurar a ordem familiar. A cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo essencial. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica (MALUF; MOTT, 1998, p.379).

Sendo assim era afirmado, por lei, a concepção de oposição entre as esferas pública e privada reforçando ainda o “elemento de identificação do lugar do homem e da mulher em todos os aspectos da vida humana” (MALUF; MOTT, 1998, p.379).

As mulheres moralmente são atadas ao lar, porém em realidade no cotidiano destas, não necessariamente o lar encerrava sua participação na vida moderna.

Mesmo num espaço inteiramente dominado, as mulheres encontram compensações que favorecem o consentimento: uma relativa proteção, uma menor culpabilidade, o luxo ostensivo das burguesas incumbidas das aparências – o que não deixa de ter seus encantos – e no final das contas uma maior longevidade. [...]

Yvonne Verdier descreve os principais personagens, de Minot, na Borgonha, com seus papéis culturais, enraizados em seus “destinos biológicos”: “De seu destino biológico, as mulheres passam imediatamente para seu destino social”, escreve ela. A ajudante (em geral lavadeira), a costureira, a cozinheira têm conhecimentos e poderes imbricados na vida local. Não estão de forma nenhuma encerradas dentro de casa (PERROT, 2009, p.126).

Para pensarmos sobre a vida cotidiana do “lar feliz” primeiramente temos que voltar o olhar para o século XIX, para um momento de reorganização industrial e urbana. Perrot discorre que antes a participação da mulher na vida econômica familiar era um tanto maior, a proximidade física da casa com os ambientes do trabalho, lojas, vendas e etc, que muitas vezes eram na mesma estrutura física que o lar permitiam uma maior participação da mulher no comércio familiar, porém, as modificações urbanísticas, reorganizavam os centros comerciais distante dos centros residenciais um dos objetivos era, justamente, um distanciamento entre a vida privada e a pública. (PERROT, 2009).

O trabalho doméstico e o ritmo da vida no lar se organizam no cotidiano, então, dependem da figura materna. Essa vida no ambiente privado também sofre modificações na modernidade, sofre com as modas, as tendências que devem ser seguidas para a manutenção de um lar moderno, que andasse afinado ao progresso do país. As mulheres, como “rainhas do lar”, eram influenciadas tanto em seu trabalho cotidiano no espaço doméstico, quanto na corrida para tomarem para si uma parte dessa modernidade, para tornarem-se modernas. Na

crônica “O chá e as visitas” João do Rio descreve como a introdução do ritual do chá da tarde alterou a vida privada e o que se esperava de uma “dona de casa” moderna, ao menos no que concerne à vida nos lares burgueses cariocas.<sup>11</sup>

Em “A crise dos creados”, João do Rio traz uma protagonista em desespero por não conseguir achar criadagem para trabalhar em sua casa e em carta à sua amiga narra essa “crise” para encontrar trabalhadores para auxiliar em sua casa, relata que em um ano teve 96 homens e mulheres empregados nas tarefas do lar, mas que não continuaram por muito tempo, e narra, ainda, que essa é uma crise da modernidade, “O caracter transitório de criado é ainda accentuado pelo sentimento de orgulho dos servos modernos. A dependência domestica humilha-os, ofende-os.” (RIO, 1911, p.111).

Segue lamentando-se na carta, falando da dificuldade de “ellas”, donas de casa de encontrarem criadagem para suas casas,

— Por que, senhores, por que não é como antigamente ou como na Europa?

Ellas juntam as mãos nos salões, nervosas, sem animo, deante do horrível problema, e em cada casa a irregularidade, o desperdício, o cansaço, a falta de serviço regular ameaçam desastres, complicações, agonias (RIO, 1911, p.107).

Nessas duas crônicas podemos ver como a modernidade influía no cotidiano do espaço privado dos lares burgueses.

As donas de casa das classes populares, porém vivem uma realidade muito distinta, não apenas por não necessariamente terem uma figura paterna que mantivesse financeiramente o lar, como, por vezes, mesmo tendo um marido ou companheiro tinham que trabalhar para manter-se ou auxiliar na renda familiar além de ainda cuidarem da casa e dos filhos. O termo que rege a vida dessas mulheres é dupla jornada.

Polivalente, a dona de casa é investida de múltiplas funções. Em primeiro lugar, dar à luz e cuidar das crianças, ainda muito numerosas nas famílias operárias, que são das últimas a limitar o nascimento de filhos. [...] A dona de casa leva os filhos consigo; eles a acompanham tão logo começam a

---

<sup>11</sup> Ver página 48 deste trabalho.

andar, vindo a ser figuras familiares nas ruas, reproduzidas a rodo pela iconografia da época ou captadas pelas primeiras fotografias urbanas (PERROT, 2009, p.131).

Essas mulheres não só cuidam dos filhos também devem cuidar do funcionamento da vida no lar, os “serviços da casa” tomam-lhe o tempo, serviços como,

[...] procurar o melhor preço dos alimentos, por compra, troca ou até “coleta” [...]; preparar as refeições, inclusive a “marmita” do pai quando este trabalha longe; buscar água, acender o fogo, cuidar da casa e principalmente das roupas de uso pessoal e de cama, mesa e banho, lavadas, reformadas, consertadas e remendadas...(PERROT, 2009, p.131).

O ambiente doméstico se faz através do cotidiano, que nesse momento em que se luta para proteger a vida privada da pública, cada vez mais se ritualiza demarcando as diferenças sociais. O regimento do tempo do lar como falamos anteriormente, é muito importante para o bom funcionamento desse espaço. Em casas burguesas o tempo é demarcado, as refeições, o descanso, a hora das mulheres irem às compras, até mesmo o momento de sociabilidade entre as famílias tinham um intervalo de tempo específico. O vestuário, o que é consumido e o que é utilizado no lar tudo se torna parte desses ritos.

Lembrando o que falamos sobre o ritual do chá temos ainda outra pontuação de Martin-Fugier que mesmo não tratando do cenário brasileiro traz uma descrição que se põe muito válida à nossa reflexão de alguns ritos da modernidade carioca.

A tarde é consagrada aos “deveres da sociedade”, atendidos em casa ou fora. A partir de 1830 até 1914, as damas de boa sociedade têm um “dia” de recepção. No começo da temporada mundana, enviam seu cartão com as seguintes palavras impressas: “Será em sua casa em tal dia da semana, de tal a tal hora” [...]

Há uma mesa arrumada com bolos, *petit-fours*, sanduíches, e então traz-se o chá. O serviço é feito pelas moças da casa. As visitantes ficam muito pouco tempo nesses “dias”, pois em geral têm vários convites para a mesma tarde. O conveniente é ficar entre quinze minutos a meia hora (MARTIN-FUGIER, 2009, p.188).

Algumas dessas afirmações da autora podem também ser encontradas em outro trecho da crônica “O chá e as visitas”:

Toda a dama que se presa e não ha dama ou cavalheiro sem uma alevantada noção da própria pessoa — tem o seu dia de recepção e a sua hora. Algumas

concedem a tarde inteira, e outras dão dois dias na semana. Ha pequenos grupos de amigos que se apropriam da semana e se distribuem mutuamente os dias e as horas (RIO, 1911, p.51).

Os rituais marcam a vida cotidiana, entretanto os rituais de famílias burguesas muito diferem de rituais de famílias operárias. Perrot pontua que muitos foram os estudos do cotidiano burguês, mas ainda se sabe pouco sobre os rituais do cotidiano da vida privada operária, os estudos sobre a vida operária no século XIX e XX tinham muito mais ênfase sobre o ambiente de trabalho, sobre as lutas e ideologias, sobre o coletivo do que sobre as famílias. Ao tratar dessa diferença entre o cotidiano burguês e o operário afirma que,

No século XIX, os ritos operários privados guardam pouca semelhança com os ritos burgueses. Diferem em suas relações com o tempo e o espaço. A rua, o café, o exterior constituem o palco principal. Daí o lugar conferido no orçamento ao vestuário, despesa e expansão. Os italianos mais pobres da bacia lorena têm o cuidado de “ficar bonitos” aos domingos. O trabalho preenche a existência. A falta de tempo livre (desemprego não é folga) e de férias constitui uma fronteira decisiva (PERROT, 2009, p.175).

Com vigor o discurso ideológico se pôs ao cotidiano familiar brasileiro, imperando muito mais facilmente sobre as famílias burguesas que tinham mais possibilidades de se adequar a ele do que às demais classes da sociedade. Esse discurso acabava muitas vezes por diminuir a força de atuação da mulher e tentar cristalizá-la em papéis sociais ideais que as restringiam. O que também acontecia com o homem, principalmente o de classe mais pobre, ele não se adequava a sua “função principal” de mantenedor da família, além de muitas vezes não se encaixar num papel dominante dentro do lar.

A família centro de ordem social balizou boa parte do ideal comportamental da mulher moderna idealizando-as na perfeição do papel de esposa-mãe-dona de casa, transformando-as nas “rainhas do lar”; Rachel Soihet, ao abordar a questão das normas a que eram submetidas as mulheres no período utiliza o termo “violência simbólica” para debater sobre o assunto. A autora argumenta que,

Nesse período a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos

masculinos; fato correspondente a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados as categorias que embasam sua dominação (SOIHET, 1997b, p.10).

A autora ainda discorre

a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública etc. Assim, definir submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída (...) (SOIHET, 1997b, p.10-11).

É imprescindível, em nossa concepção, também tratar como violência simbólica as relações de dominação e a moral sob a qual era julgada a mulher no contexto.

### **3.1.2. A mulher e o trabalho**

*O homem, pelos hábitos de sociedade, aliena-se gentilmente deante das raparigas... A reforma dos costumes é mais um assalto feminino (RIO, 1911, p.217).*

As trabalhadoras eram ainda mais condicionadas à questão da moral sobre o trabalho, como mulheres, perante a moral burguesa e religiosa, tinham o dever, antes de tudo de cuidar da família e não trabalhar. As possibilidades de trabalho para mulheres e homens eram até então muito distintas, e a possibilidade de uma mulher trabalhar era muito mais restrita a situações de necessidade, uma formação profissional, então, era uma luta ainda maior, pois a mulher estava separada uma parte social muito específica que deveria estar sob seus cuidados, o lar.

E ainda assim, em caso de necessidade financeira, para sustento seu ou de familiares, a busca por um trabalho era limitada moralmente aos trabalhos “dignos”, trabalhos que não desonrassem a si mesmas ou a seus maridos e família. Além disso, tinha que lhes sobrar tempo em seu cotidiano para que pudessem cuidar da família, da casa, do marido e dos filhos. “Já estava bem estabelecido que uma burguesa que trabalhasse para ganhar dinheiro não era feminina. No caso do trabalho das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As

mulheres podiam ter um ofício, se fosse um prolongamento de seu papel feminino “natural”.” (MARTIN-FUGIER, 2009, p.71). Afinal, sua função principal, biológica e natural era outra: “A maternidade é incessantemente exaltada e apresentada como a única função realmente gratificante para uma mulher” (MARTIN-FUGIER, 2009, p.231).

A demarcação de espaços diferentes para mulheres e homens, entre privado e público ocultou as dificuldades, as conquistas e a importância do trabalho feminino, como trazem Maluf e Mott,

[...] camuflou a dureza e a dificuldade do serviço doméstico, o cansaço e o desgaste físico; limitou as atividades consideradas legítimas exercidas pelas mulheres; levou o trabalho feminino a ser visto como acessório, temporário; justificou o ganho diferenciado entre homens e mulheres, e abafou o grito doloroso daquelas que ousaram denunciar as iniquidades que sofriam (MALUF; MOTT, 1998, p. 421).

João do Rio em suas crônicas traz um pouco do universo de trabalho feminino, apresentando questões sobre a prostituição, sobre mulheres que, extrapolando os limites do modelo ideal de mulher moderna, tinham importância na economia do lar – como a mulher que comandava o bar junto com o marido em “Livres acampamentos da miséria” – retrata ainda, as operárias, as *cocottes* que em sua sede de fazerem parte da moderna vida urbana não mediam esforços para conseguir vivenciar essa modernidade. O universo de trabalho feminino é bem marcado nas crônicas de João do Rio que relatam morros, a vida operária e as camadas populares. São as quituteiras, operárias, prostitutas e outras tantas trabalhadoras que por vezes sustentavam a família (ROCHA, 1995).

A esposa-mãe-dona-de-casa era o modelo de mulher burguesa, mas em fins do século XIX início do XX o desenvolvimento urbano, comercial e industrial instigam, impulsionam e exigem a participação feminina no mundo do trabalho (RAGO, 1985). Mas o espaço destinado para a mulher no mundo do trabalho era, normalmente, relacionado a questões do lar, ou trabalhos como auxiliar e assistente, funções que a colocavam sob “a subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer

processo decisório” (RAGO, 1985, p.65). Outras funções, normalmente assumidas por mulheres mais pobres, como a costureira, a florista, a criada, causaram inquietação e recriminação sendo associadas à prostituição. O que gerava, como argumenta Engel (1989), uma contradição entre duas ideias burguesas, a de trabalho e a de “esposa-mãe”, pois o trabalho era considerado algo digno e necessário, mas a mulher “esposa-mãe” não deveria se distanciar do lar.

Parece-nos, pois, que não existiam limites muito precisos entre o espaço da *prostituição* – identificado com a *imoralidade* – e o espaço da *família* – identificado com a *moralidade* –, o que seria apreendido nos discursos coevos como mais um aspecto determinante da *desordem* que caracterizava a cidade (ENGEL, 1989, p.37).

Para a mulher o universo do trabalho, fosse ele fabril ou não, acabava por adentrar o lar, o ambiente privado e vice e versa; questões como a dupla jornada feminina, onde a mulher trabalhadora cuidava do lar e ainda trabalhava, eram corriqueiras, além de ser subordinada à moral do lar e da família ainda tinha seu trabalho desvalorizado apenas por ser mulher.

No início do século XX, a grande maioria das mulheres, além de realizar todo o serviço doméstico, era responsável pela sobrevivência do grupo familiar. Estava excluída do mercado formal de trabalho e exercia as tarefas menos qualificadas e mais desvalorizadas, executadas com frequência dentro de casa, juntamente com os serviços domésticos. (MALUF; MOTT, 1998, p.409).

Se a questão da irracionalidade era pensada para as classes mais pobres, para a mulher pobre isso era ainda mais intensificado. Pensando, porém, para além da moral, a mulher trabalhadora conseguiu aumentar sua participação no meio urbano, mesmo o público e o privado tendo limites tão complexos na cidade moderna e mais ainda para as mulheres, essas, por necessidade ou por escolha adentravam ainda mais o espaço público através do trabalho.

Na crônica “Feminismo Activo” que faz parte da coletânea *Vida Vertiginosa*, João do Rio nos fala sobre a participação feminina no meio público, e sobre o trabalho feminino. O que nos parece ressaltado nessa crônica, de certa maneira, é que a cidade moderna e o

capitalismo que fomentava a vontade de lucrar, de crescer como individuo, de querer fazer parte do progresso, também eram desejos das mulheres.

Mas a situação de obrigar a mulher á escravidão social com o argumento da sua fragilidade fechando-a no limite de ou a ser dona de casa, mantida pelo homem como um aparelho do lar, mais ou menos estimável, ou virar a esquina da honra com a dor maior de ser ainda mantida pelo homem, devia acabar. Devia acabar pelo desenvolvimento social da terra, pela corrente permanente das idéas estrangeiras, pela invasão immigratoria, pelas necessidades urgentes da vida intensa (RIO, 1911, p.210).

O autor enumera algumas profissões praticadas por mulheres e a revolta que algumas causaram de início, mas mostra como a educação da mulher, antes muito restringida agora dá mais espaço de profissionalização feminina.

E, phenomeno curioso ! só os pobres, a gente pobre que faz mais filhos e trabalha mais estabelecera no casal o communismo do trabalho para o direito igual á despesa — porque as mulheres dos trabalhadores braçaes sempre trabalharam tanto quanto os maridos. A Republica, isto é a acção de Benjamin Constant e de seus discípulos mesmo anterior á Republica, fez a carreira liberal das professoras publicas. Meninas que não contavam certo o casamento, famílias modestas sentiram o bem de dar instrucção ás filhas garantindo -lhes o futuro. Esta carreira abriu horizontes. A primeira medica causou espanto. Os homens foram os que' mais a guerream no seu egoísmo de tudo querer. A primeira advogada foi chasqueada. A totalidade dos cérebros masculinos não pensa no outro sexo sem um desejo de humilhação Sexual (RIO, 1911, p.211).

Nesse trecho podemos ler também a menção do autor sobre como o trabalho feminino para os mais pobres era mais aceito, talvez por necessidade, uma necessidade que poderia ser uma forma compreendida como uma resistência à moral burguesa sobre a família. Maria Clementina da Cunha (1998) argumenta que era diferente o tratamento destinado às mulheres burguesas do das populares, nos casos que estuda sobre as internações no hospício do Juquery ela argumenta que as mulheres burguesas sofriam quando fugiam aos seus papéis sociais (ideais) já as mulheres populares não eram tão repreendidas, era esperado que agissem de tal forma supostamente “imoral”. Nesse sentido discorre que tais discrepâncias demonstram que os discursos morais não só pretendiam ordenar a sociedade como destacar as diferenças sociais, a desigualdade. No que tange a questão do trabalho feminino era mais facilmente

“aceitável” em situações de necessidade – afinal as mulheres pobres já estavam inseridas nesse meio em trabalhos formais ou não –, mas essa situação vai se modificando no correr do século, as mulheres burguesas começam a ter uma participação mais ativa no espaço do trabalho como literatas e outros tantos cursos profissionalizantes.

A desigualdade de gênero nessa sociedade restringia a mulher de tal maneira, que para alcançar uma liberdade individual elas tinham que ir contra seus papéis sociais “naturais”.

Ainda listando algumas das funções em que mulheres trabalhavam,

Nos grandes armazéns, o caixa é sempre uma senhora, varias secções são ocupadas especial mente por mulheres. Nos botequins, nos restaurantes, ellas lá estão fazendo trocos. Senhoras bellas e distinctas são agentes de seguro, andam a trabalhar desde cedo, agentes de annuncios, reporters reclamistas, professoras de linguas. No correio e nos telegraphos, as novas agencias são occupadas por meninas. Ninguém mais fica admirado que uma senhora tenha que fazer, trabalhe, collabore na vida social, esteja ao lado do homem, capaz de ter idéas pessoaes e de existir sem o auxilio pecuniário (RIO, 1911, p.215).

Nessa crônica, João do Rio ressalta a força da participação feminina no meio público que foi de certa maneira impulsionado pelo progresso urbano. Em outra crônica, “Mariposas de Luxo” a abordagem do autor é diferente, ao narrar a cena de operárias voltando para casa o autor retrata como elas estavam à margem da modernidade, ou, em outras palavras, como almejavam vivenciar de forma mais plena a vida moderna. O texto relata a expressividade feminina na vaidade dessas operárias que vagueiam pela Rua do Ouvidor olhando as lojas, as joias e peças de vestuário que estão além do que podem pagar.

João do Rio, ao compor esse passeio das operárias, traça um perfil delas, “são mulheres. Apanham as migalhas da feira. São as anônimas, as fulanitas do gozo, que não gozam nunca. E então, todo dia, quando o céu se rocalha de ouro e já andam os relógios pelas seis horas, haveis vê-las passar, algumas loiras, outras morenas, quase todas mestiças” (RIO, 2007, p.138), vaidosas, de “miséria limpa, escovada”, que mantém seu orgulho para além da pobreza, mesmo que impossibilitadas desses luxos inebriantes. Na cena descrita o autor apresenta parte dos paradoxos e confrontos da complexa rede de sociabilidade urbana carioca

da *Belle Époque*. Mulheres que, pelo que nos narra João do Rio, tinham poucas chances de mobilidade social na realidade urbana em que viviam.

Essa crônica muitas vezes é interpretada como uma menção não só às mulheres operárias como à prostituição feminina. Quando narra as precárias condições e as poucas perspectivas de vida dessas mulheres João do Rio, parece fazer menção à prostituição como um escape, ou como uma opção comum para jovens mulheres naquela situação de precariedade. Nesse sentido, a prostituição pode ser compreendida como uma opção que, feita por motivos de necessidade ou não, “pode representar uma escolha, na medida em que, em termos econômicos, sexuais e emocionais, o exercício da prostituição poderia viabilizar para a mulher a vivência de uma condição mais autônoma e independente” (ENGEL, 1989, p.26).

Engel argumenta que a prostituição poderia representar uma independência da mulher além de poder ser interpretada como uma forma de resistência, já que a prostituta acabava contrariando o ideal de mulher burguesa esposa-mãe,

Entretanto, por outro lado, a prostituição revela-se também como produto dos valores morais que presidem a sociedade brasileira do século passado, o que situa ao mesmo tempo e contraditoriamente como um espaço de reação e de manutenção destes mesmos valores. Um espaço econômica, sexual e emocionalmente marcado também pela presença de uma rede de exploração e dominação que se expressa, por exemplo, nas relações entre prostituta e as figuras do gigolô, da cafetina e, muitas vezes, do próprio cliente (ENGEL, 1989,p.26).

Como as *cocottes* da crônica “Modern Girls”, meninas ainda, que eram acompanhantes de homens, e por vezes até mesmo chegavam a se prostituir, e que em sua independência, sua vontade de participarem da modernidade, de andarem de automóveis, de participarem da vida social das classes mais abastadas, poderiam ter suas atitudes vistas como formas de resistência à regulação moral capitalista.

Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, porém, exigem cautela ao pensarmos nessa resistência feminina – resistência essa construída por meio de muitas lutas através dos avanços feministas, com a Primeira Grande Guerra, quando a participação feminina no meio

público aumenta, entre tantas outras reivindicações e conquistas – pois apesar das mulheres estarem conseguindo aumentar seu espaço no meio público, muitas vezes por meio do trabalho, havia ainda inúmeras limitações, que exigiam (e exigem ainda nos dias de hoje) uma continuidade de luta e resistência feminina.

Esse progresso feminino, no entanto, precisa ser tomado com cautela, uma vez que havia certos limites para aspiração feminina: eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas profissões. As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária da indústria têxtil, de confecções e alimentícia. As mulheres casadas de acordo com o Código Civil, precisavam da autorização do marido para exercer qualquer profissão fora do lar – atividade que só era considerada legítima quando necessário para o sustento da família, raramente para a realização pessoal (MALUF; MOTT, 1998, p.401).

A persistência era então uma necessidade cotidiana para que as mulheres pudessem ir além do que a sociedade lhes permitia, seja por precisão, pela busca por liberdade individual, ou pela ânsia de se encaixarem na cidade moderna. A manifestação de qualquer tipo de resistência tinha lugar de ser. Fosse adaptando o espaço a seu favor ou lutando para conseguir aumentar suas perspectivas e oportunidades, a mulher trabalhadora da *Belle époque* em suas obstinações cotidianas conseguia, aos poucos, um maior espaço de participação na vida pública daquela sociedade.

### **3.2. As Salomé: composição dos perfis femininos sobre a imagem da prostituta**

João do Rio era um leitor assíduo de Oscar Wilde, e não poderia deixar de falar das Salomé. Foi o cronista carioca que fez uma das traduções da peça “Salomé”<sup>12</sup>, uma das mais famosas de Oscar Wilde – escrita no ano de 1891, sua tradução foi dividida em três partes publicadas em 1905 na revista Kosmos – e a imagem dessa mulher, título e personagem principal do texto, é utilizada por diversos artistas. A mítica da mulher-salomé, da mulher

---

<sup>12</sup> Salomé – Oscar Wilde/Tradução João do rio/

misteriosa, sedutora, perigosa, aparece na obra de João do Rio que parece sempre fascinado com esse olhar sobre as mulheres.

No texto de Wilde, o autor narra a história de Salomé, princesa filha de Herodiade, essa por sua vez casada com Herodes Antipas da Galiléia, a história é baseada numa passagem bíblica do novo testamento e toda a peça se passa durante uma festa dada por Herodes. Salomé, dançarina, misteriosa, todos a olham, a desejam, ela não quer a ninguém. Em determinado momento aparece o profeta Iokanaan, conhecido normalmente como João Batista, que já havia lançado acusações sobre Herodiade ter largado Herodes Filipe para casar-se com seu irmão Herodes Antipas. Salomé quando vê o profeta deseja beijá-lo, ele se nega, a chama de “filha do adultério”, “filha de Sodoma, de babel”. Herodes chama Salomé e lhe pede uma dança, quando esta se nega ele oferece a ela qualquer coisa se ela dançasse para ele, Salomé dança e na hora de exigir algo em troca exige a cabeça do profeta Iokanaan, pedido que é comemorado por sua mãe, e quando a toma no prato de prata que exigiu, o beija, por capricho, o beija e parece satisfeita em fazê-lo. Herodes em fúria com sua atitude manda matá-la.

A personagem é citada em várias crônicas de João do Rio, e em uma aparece como personagem, na crônica “As opiniões de Salomé”<sup>13</sup> – publicada no jornal *O Paiz* em 10 de junho de 1916, p.1 – o narrador começa discorrendo sobre as danças modernas e reclamando da falta de criatividade, pergunta-se, então o que acharia a dançarina Salomé, do conto de Oscar Wilde, sobre as danças modernas. O narrador descreve, assim, Salomé:

Salomé, filha de Herodiade, núbil carne de flor, mulher sem outra consciencia que o desejo, vaso ondeante de luxuria, perdição em qualquer dansa, eterna princeza monstruosa da humanidade. E, por todos os lados, como numa sala de espelhos, em cada par, torcendo-se e bamboleando-se, outras Salomé reflectiam Salomé<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> João do Rio, “As opiniões de Salomé”. In.: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 10 de junho de 1916, nº 11569, p.1.

<sup>14</sup> Idem.

Ao compararmos com outras crônicas de João do Rio, vemos a presença dessas mulheres que ele compara aqui como reflexos de Salomé, normalmente essas personagens, são atrizes, *cocottes*, ou até mesmo prostitutas. São normalmente mulheres poderosas e/ou sedutoras, que de alguma maneira têm poder sobre a vida dos homens, ou parecem tê-lo, e por isso são vistas como perigosas. Esse discurso de construção da imagem da mulher perigosa está intimamente ligado à tentativa de demarcação de espaços e papéis sociais da virada do século, a cidade cresce, seus limites precisam ser demarcados.

A descrição da vestimenta de Salomé é muito parecida com a forma com que o cronista descreve a vestimenta das atrizes, demonstra um tom etéreo e cheio de uma conotação sensual que não é o mesmo usado para descrever as mulheres burguesas da sociedade.

a saia imensa, côr de luar, com bordados de seda verde, era como uma flor multipetalar. O corpete, todo verde de lichen, formava o calix do seu colo de rosa. a cabelleira esmaecia sob um leve pé de perola. E no colo, nos braços, nos pulsos, na garganta, na fronte, nos lobulos das orelhas, grossas esmeradas verdes e perolas brancas exprimiam a sua conservação e a sua beleza amorosa. Pintada como um idolo, erguendo os braços, ella cheirava a sandalo; rindo, o seu labio sangrava luxuria; andando, todo o corpo tinha a graça aromal de uma flor que vivesse...<sup>15</sup>

Nesse trecho vemos como as roupas ornam e compõe essa figura de luxúria de Salomé, bem como são traçadas as imagem de tantas atrizes e dançarinas. Em outra crônica “A princesa dos mil vestidos”<sup>16</sup> – assinada pelo pseudônimo de José Antonio José e publicada na coluna *Pall-Mall Rio* do jornal *O Paiz* em 06 de agosto de 1916, p.2 – o autor traz, como em outros textos, a figura da atriz, que se veste e se refigura em mil personagens, aqui vem a importância do vestuário para a configuração da figura feminina ao menos para a mídia, a composição minuciosa do vestuário tece personagens, figuras e representações.

Ele compara a atriz, durante a sua descrição com outras mulheres, com figuras históricas e personagens de ficções marcantes. Soa como reverberações de outras tantas

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> José Antonio José. “A princeza dos mil vestidos”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca digital, *O Paiz*, RJ, em 06 de agosto de 1916, nº 11626, p.2.

mulheres, facetas do feminino, novamente, luxurioso e etéreo. A descrição das vestimentas das personagens femininas nas crônicas de João do Rio parece ajudar a compor quem elas são.

Ella tinha, ás vezes, o garbo das czarinas, coroada de fulgores; ás vezes de rosa como uma princeza dos poemas de Tennyson; ás vezes como uma fantasia persa pensada por um espírito de França: Sherazade, Rosa, Berenice, Sylpho, Imperatriz, Fada, mil personagens de sonho na mesma pessoa, que tem ao conversar, o imprevisto do tempo em que se conversava na corte do Rei-Sol.<sup>17</sup>

Em “Gente de *music-hall*” – que faz parte da coletânea *Cinematógrafo* João do Rio narra uma noite num cassino, um *music-hall*, ocorre, então, uma pausa nas apresentações e a próxima a entrar é chamada princesa Verônica, supostamente uma princesa jamaicana como relata o Barão com quem o narrador conversava. A princesa Verônica era crioula e isso causou espanto, aparentemente filha de um rei índio. “Era magra, desossada, com a face afiada das divindades egípcias. (...) tinha a cor das múmias, como se a sua pele fosse queimada por lentos óleos bárbaros. (...) seu corpo de serpente ondulava dentro de um estojo de lantejoulas de prata” (RIO, 2009, p.9). A dançarina chega ao palco e prende o olhar de todos, o uso de palavras como serpente que trazem uma periculosidade a imagem da dançarina seguem.

Verônica bateu as pálpebras, abriu os olhos luxuriosos, e numa reviravolta, adejou. A multidão inteira ofegava, com a alma presa àquela visão de sílfide perversa. (...) Havia no seu meneio a graça das aves, no sorriso a volúpia de um outro mundo, no langor com que abria os braços, o delíquio da paixão. (RIO, 2009, p.10).

Serpente, sílfide perversa, olhos luxuriosos, são todos termos que dão uma conotação de perigosa, de *femme fatale* a essa atriz, João do Rio em outro trecho chega a descrever que “ao vê-la recorda a gente Salomé de Herodes”, é a coroação da personagem em comparação com a figura de Salomé, como mulher perigosa, que dança e inebria ao espectador. No fim da crônica, o narrador e o Barão vão ao camarim de Verônica e ela está a chorar por causa de um

---

<sup>17</sup> Idem.

homem da noite anterior que não a procurou novamente e porque não conseguia ser paga em função de sua cor, de ser negra, não fica claro se não é paga pela dança ou por outro trabalho que poderia envolver prostituição. Será que a fragilidade em que o autor põe Verônica no fim da crônica é para mostrar outro lado dessa vida pública de luxos? Não dá para saber, o que fica claro é uma contraposição da forma como a dançarina é retratada no palco para a maneira fragilizada que a dançarina é apresentada no camarim.

Verônica é negra, dançarina, exótica contém em si a mística que envolve a *femme fatale*, que enlaça e ludibria, mas o que move esse vincular da atriz, da dançarina com a *femme fatale*?

Margareth Rago em seu livro *Prazeres da noite* fala da construção da imagem da “mulher fatal”, eram destrutivas, perigosas, e cresceram como símbolo no mesmo momento que a prostituição tomava forças na cidade civilizada.

Nesse contexto, a prostituta foi recoberta com múltiplas imagens que lhe atribuíram características de independência, liberdade e poder: *figura da modernidade*, passava a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e à multiplicidade de novas práticas sexuais. *Figura pública* por excelência, podia comercializar o próprio corpo como desejava, dissociando prazer e amor (...). *Poderosa*, simbolizava a investida do instinto contra o império da razão, a exemplo de Salomé, ameaça de subversão dos códigos de comportamento estabelecidos. (RAGO, 2008, p.41).

A prostituta era como um “contra-ideal”, como argumenta Rago, era o limiar da liberdade que a mulher ideal deveria assumir na sociedade moderna que se construía. Separava-se as “mulheres de família” das “mulheres de vida fácil”, estas últimas sendo um perigo para a sociedade, “Capazes de destruir a civilização, enquanto personificações de forças instintivas incontroláveis e maléficas, seriam responsáveis pela destruição dos casamentos e dos lares, assim como pela generalização da ‘anarquia sexual’ ” (RAGO, 2007, p.47).

A ideia da *femme fatale* vem junto com a presença de prostitutas francesas, é uma ideia também advinda da Europa, principalmente da França e Inglaterra, era mais uma

imagem muito explorada pelo decadentismo, mais um paradoxo da modernidade, ela é o contrário da antiga mulher romântica e submissa. A independência financeira que muitas dessas mulheres tinham, muito provavelmente se soma a questão da moralização sexual do período transformando essas mulheres nessa figura perigosa e sedutora.

o crescimento da prostituição passava a ser vivenciado como um problema público – o lado negativo do progresso –, e era transformado em poderoso *fantasma* de contenção às mulheres que pressionavam para ingressar na esfera da vida pública. Os tempos tinham efetivamente mudado. Não parecia fácil aceitar a convivência feminina em espaços tidos como essencialmente masculinos. (RAGO, 2008, p.41).

A prostituição era um mal da também era um mal da modernidade, e o crescimento dela era, de certa maneira, uma ratificação de que a modernidade alcançara aquela sociedade, era um mal com o qual todos os países “civilizados” lidavam. O meretrício estava intimamente ligado ao crescimento de locais como o cenário em que se passa a crônica “Gente de *music-hall*”, cafés-concerto, cassinos e cabarés se multiplicaram nessa época, muitas artistas que se apresentavam nesses locais também faziam papel de acompanhantes de luxo, daí provavelmente a ligação da atriz como *femme fatale* na obra de João do Rio. Como discorre Rago, “todo um comércio especializado se desenvolveu em torno da prostituição – máquina de prazeres –, referenciando-se ambiciosamente pelo ‘erotismo aristocrático’ difundido no interior da burguesia francesa” (RAGO, 2008, p.107). Esse enlace de sedução, erotização com modernidade acaba se desenvolvendo como mais uma possibilidade de vivenciar a cidade moderna, aqui, nos é importante trazer a figura da *cocotte*.

Na crônica “Modern girls” que faz parte da coletânea *Vida Vertiginosa*, João do Rio fala sobre o deslumbramento de meninas com a modernidade, o fascínio delas para fazer parte da modernidade as leva a quererem virar o que ele chama de *cocottes*, que pelo olhar do autor são não necessariamente prostitutas, podendo ser acompanhantes de luxo ou até frequentadoras de pensões baratas, frequentadoras de *music-halls* e de outros espaços sociais

noturnos, cuidam do vestir e querem a todo custo se incorporar a sociedade moderna, são normalmente jovens.

Ellas são modernas, ellas são coquettes, ellas querem apparecer, brilhar, superar. Ellas pedem o louvor, o olhar concupiscente, como os artistas, os deputados, as « cocottes »; as palavras de desejo como os mais allucinados titeres da Luxuria. E tudo por imitação, por que o instante é esse, porque o momento desvairante é de um galope desenfreado de excessos sem termo, porque já não ha juizo... (RIO, 1911, p.93).

A *cocotte* é aquela que sucumbe ao artificialismo da modernidade, João do Rio conta nessa crônica uma cena que se passa num café, onde o narrador e um amigo assistem o diálogo entre duas meninas, uma aparentando 14 a outra 12, sua mãe e dois rapazes elas conversam sobre fazer um passeio de carro com os rapazes. Ainda participa da cena um homem, mais velho, que de outra mesa parece fazer um convite à menina mais nova.

Entrava um sujeito de cerca de quarenta annos, o olho vitreo, torcendo o bigode, nervoso. O sujeito sentou-se de frente, despachou o creado, rápido, e sem tirar os olhos do grupo, em que só a pequena olhava para elle, mostrou um envelope por baixo da mesa. A pequena deu uma gargalhada, fazendo com a mão um signal de assentimento. E emborcou com galhardia o copo de cerveja

Nem a mim, nem ao Pessimista aquella scena podia causar surpresa. Já a tinhamos visto varias vezes. Era mais um caso de precocidade mórbida, em que entravam com parte eguaes o calor dos trópicos e a ancia de luxo, e o desespero de prazer da cidade ainda pobre. (...) O homem nervoso era um desses caçadores urbanos. A menina, a troco de vestidos e chapéos iria com elle talvez... (RIO, 1911, p.88-89).

O homem, “caçador urbano”, parece ser um *caften*, que busca por novas meninas e mulheres para administrar na carreira de prostituta. Não fica claro isso, mas esse termo de “caçador urbano” é utilizado em outras crônicas e contos do autor para se referir a *caftens*. O narrador discute ainda que essa realidade de prostituição infantil já existe em capitais como Paris e Lisboa, que “prolifera agora no Rio”.

A miséria deshonesto manda as meninas, as crianças, para a rua e explora-as. Ha matronas que negociam com as filhas de modo alarmante. Ha cavalheiros que fazem de colecionar crianças um *sport* tranquillo. A cidade tem mesmo, não uma só, mas muitas casas publicamente secretas, frequentadas por meninas dos doze aos dezeseis annos (RIO, 1911, p.91).

Como a *femme fatale* a *cocotte* é um “mal” da modernidade, mais ainda, João do Rio responsabiliza o fascínio com a modernidade que leva mais e mais meninas e mulheres a essa vida. Em “Maria Rosa, a curiosa do vício”<sup>18</sup> – originalmente publicada em *O Paiz* em 13 de maio de 1916, p.2 – João do Rio relata a história de uma menina, Maria Rosa, de dezesseis anos, que foge do interior e vai para o Rio de Janeiro em busca de trabalhar como prostituta, o narrador reflete que a culpa dessa atitude é do fascínio que a cidade moderna provoca nas meninas de mente “enferma”.

E’ de imaginar numa cidade do interior a fascinação da grande cidade sobre o cerebro enfermigo das raparigas. As fotografias, as descrições dos jornaes quando há crime, as noticias dos bailes da sociedade de prazer – essa impressão de gargalhada nervosa, de assobio hysterico, de inferneira babélica. A cidade arde como um fanal no escuro. As mariposas precipitam-se. Algumas chegam perdidas. (...) Elas são as victimas da convulsão moral no momento.<sup>19</sup>

Conta então que a menina alugou uma casa em “uma rua do vício”, a dona do “harem publico” vai conversar com a menina e compreendendo assim que a conhece que Maria Rosa ainda era virgem se assusta e liga para a polícia já imaginando que a menina havia fugido.

E Maria Rosa da Cruz, a ingênua libertina, a curiosa de vicio<sup>20</sup>, teve a surpresa de encontrar na rua das Marrecas, e num prostibulo, aquilo de que nem os jornaes, nem os romances, nem os cinemas dão noticia: – o respeito, o medo que os desgraçados têm pela virgindade.<sup>21</sup>

O narrador arremata ponderando sobre como Maria Rosa é fruto de um ambiente e um momento social que suscita a “curiosidade do vício” “A corrupção inconsciente domina o mundo, as grandes cidades. Todas caminham para o principio absoluto: attingir o maximo do que pode ser attingido na terra – o cynismo”<sup>22</sup>. Ela é uma aspirante a *cocotte*, ao artifício da modernidade.

---

<sup>18</sup> RIO, João. “Maria Rosa, a curiosa do vício”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *O Paiz*, RJ, 13 de maio de 1916, nº11541, p.1.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Grifo da autora.

<sup>21</sup> RIO, João. “Maria Rosa, a curiosa do vício”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *O Paiz*, RJ, 13 de maio de 1916, nº11541, p.1.

<sup>22</sup> Idem.

Mais um ponto nos interessa nessa crônica o questionamento que Maria Rosa se faz enquanto é levada para a delegacia antes de ser entregue aos pais “A que propósito o interesse hostil de tanta gente para obstar a realização do meu desejo? Com que direito afinal?”<sup>23</sup>. Essa frase curiosa traz a reflexão da menina sobre seu direito de desejar, de querer fazer diferente do que a moral sobre a mulher pregava, tantas mulheres foram internadas, e/ou tomadas como loucas por terem atitudes até mesmo menos impactantes do que a da personagem Maria Rosa. Maria Clementina Cunha relata sobre a causa da internação de algumas mulheres no hospício do Juquery na São Paulo de início do XX, muitas delas por se distanciarem de seu suposto papel social, ou por fazerem algo que poderia ser considerado incoerente com a moral ditada para as mulheres da época.

Meninas como Irma, filha de uma bem-estruturada família de classe média que, aos 22 anos, foi internada com um único sintoma que o alienista descreve e detalha com um secreto, mas perceptível, deleite: gostava de “exibir as pernas” quando sentada, “realçar o contorno dos quadris quando anda” e costumava ser “atrevida” em suas expressões, evidenciando para o espantado (e encantado) doutor uma “*coquetterie* doentia” – (...) Segundo ela, seu pai a internara porque ela “gostava de dançar e ir ao cinema com os ‘pequenos’”. Gostava também de ter os cabelos curtos, de usar maquiagem, passear de automóvel e, provavelmente, vestir-se como as mulheres “modernas” do período entre guerras que ela via no cinema e nos magazines. Seu pai, evidentemente, desconfiava daquelas fronteiras cada vez mais tênues entre a moça de família e a prostituta – e não dominava os códigos da modernidade que Irma traduzia a partir de suas incursões cinematográficas (CUNHA, 1998, p.24).

A tentativa de meninas e mulheres como Irma e a personagem Maria Rosa de conseguirem ter domínio de seu corpo é, de certa maneira, uma tentativa de subversão das relações de dominação a que estão submetidas. (SOIHET, 1997b). Em outra crônica “A reforma das coristas” João do Rio narra sobre uma cena de um ensaio de coristas onde uma menina de 14 anos quer participar, a polícia a busca no local e tenta a prender porque ela é menor de idade e a menina se mostra indignada, dizendo: “Não querem deixar a gente ser o que deseja. Mas eu os arranjo!” (RIO, 2009, p.117). E consegue voltar ao ensaio depois de

---

<sup>23</sup> Idem.

muito discutir. Mais um exemplo do ímpeto feminino, em muitos momentos das crônicas isso acontece, muitas vezes um ímpeto em busca de viver a modernidade e as possibilidades que ela traz.

João do Rio traz a questão da imagem da *cocotte*, muitas vezes criticando a modernidade e seus vícios, ainda em “A reforma das coristas” o autor reflete como a questão das transformações das ruas, da cidade, da sociedade trazia uma conotação de sedução aos “vícios” e novamente evoca a questão do fascínio que isso gerava.

E agora, com a transformação das ruas, a cidade escancarava de súbito a indignidade e o vício, mostrava todas as furnas do castigo e nós víamos, ao desejo do luxo, ao contato com o horror, uma flora precoce de pequenas depravadas, galgando o tablado com uma ânsia de bacanal e piscando de lá o olho, na idade em que deviam brincar o “ciranda-cirandinha” das estalagens onde nasceram... (RIO, 2009, p.119).

Como dissemos anteriormente a modernidade e as suas rápidas mudanças acarretam em uma tentativa, por parte do discurso da burguesia, de delimitação de papéis sociais de forma a reger essa sociedade, tentando demarcar não só os espaços, mas também o vestuário, os gestos, os costumes em sociedade. Essas categorias já compunham cada ser na sociedade desde muito antes dos séculos XIX e XX, mas nos parece que o medo com a modernidade é que na fermentação dos espaços públicos da cidade moderna as fronteiras de classe fossem se dissolvendo. A prostituta era um dos perfis da modernidade, um perfil, como tratamos, “contra-ideal”, um dos “vícios” da modernidade. “A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, ‘mulher pública’ ” (RAGO, 2008, p.44). O próprio João do Rio em suas crônicas faz isso, critica os excessos da vestimenta feminina, o risco de serem tomadas de forma “vulgar”, no trecho a seguir de uma crônica<sup>24</sup>, por exemplo, o narrador manifesta-se assim:

---

<sup>24</sup> Joe. “Um conselho”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *A Revista da Semana*, RJ, 14 de outubro de 1916, nº36, sem página.

Em Paris só as raparigas de ‘boulevard’ usavam os vestidos que se mostravam aqui na Avenida. Hoje nem mesmo as ‘petites femmes très-gentiles’.

Não seria um prazer demonstrar às senhoras cariocas que o exagero do vestido curto é cada vez mais feio?<sup>25</sup>

Nas palavras de Rago (1992)

Pela primeira vez, nossas avós libertavam-se das missas e do convívio fechado nas grandes e pequenas propriedades de terra, e passavam a frequentar salões, cinemas e teatros que proliferavam pela cidade. Instituir rígidos códigos morais de conduta, visando definir claramente as barreiras simbólicas entre os espaços sociais da “jovem de família” e da meretriz tornava-se preocupação crescente em vários setores da sociedade (RAGO, 1992, p.33).

A preocupação em demarcar o que fazia parte da figura da meretriz se dá nesse sentido, da mesma forma como era importante nesse período explorar melhor assuntos que fizessem parte da codificação da “mulher honrada”, maternidade, virgindade, casamento, vestuário, esses assuntos e a conduta feminina em cada um desses fazia parte da formação de caráter da mulher na visão dos discursos “oficiais” que se norteavam no pensamento da elite burguesa e dos discursos científicos. Muitas práticas de lazer eram consideradas desviantes, certos locais não deveriam ser frequentados, a prostituição se ligava ao lazer, ao libidinoso, à luxúria, e mesmo à loucura pelos discursos médicos, como veremos mais adiante.

Em *Meninas perdidas* Martha Abreu Esteves trabalha a moral dos discursos jurídicos através de processos criminais, mas esse discurso moral era respaldado no discurso científico e burguês.

Moças que apresentavam uma conduta irregular, que tinham dado entrada em delegacias, que conviviam com vagabundos; moças que saíam sós (mesmo que fossem para o trabalho) para lugares suspeitos em horários avançados; mulheres que tinham que trabalhar na rua ou que não viam nela lugar de perigos; mulheres que se divertiam no carnaval; (...) moças que eram ativas e sedutoras e que não se escondiam na retórica do discurso da passividade; mulheres que eram de cor morena e se influenciavam pelo calor dos trópicos; moças que não haviam sentido dores (mesmo em dia posterior no trabalho) e jorrado sangue, ou, mesmo, que possuíssem hímen complacente; mulheres que tinham as partes sexuais de seu corpo flácidas e esqueciam a data da primeira noite, todas eram discriminadas e marginalizadas pelos nossos ilustres juristas. Inversamente, repassavam-se os comportamentos ideais de uma sociedade que se pretendiam disciplinar.

---

<sup>25</sup> Idem.

De um simples crime de defloração revelava-se o mundo da ordem moral (ESTEVEVES, 1989, p.66).

Em crônica sem título<sup>26</sup> – publicada originalmente em 1908 – Paulo Barreto relata sobre uma ação de policiais mediante ordem de juizes que “tinham resolvido tirar, das casas de prazer, as filhas das respectivas donas, raparigas menores”<sup>27</sup> por medo de que elas viessem a ser influenciadas pelo espaço que frequentam. O narrador critica a ação por achar que a situação era um problema social, afirma que o problema era grave, “Grave problema sim, e problema da Civilização com o seu agudo exibicionismo – porque clandestinamente o Rio teve coisas piores desde 1850!”<sup>28</sup>.

A formação de discursos médicos acerca da prostituição e das prostitutas também foi um grande influenciador para os códigos de conduta moral do período. Ao tratar da sexualidade feminina defende que a mulher deve ser ausente de desejo sexual, esse argumento se pauta também na diferenciação do corpo masculino e feminino como um todo, o homem era o ser de instintos sexuais aflorados, já a mulher por consequência não o deveria ter. “Entendendo a mulher como ausência de desejo (...), os médicos do começo do século definiram a subjetividade feminina a partir da demarcação de sua sexualidade entre a “degenerada nata”, de um lado e a “jovem casta e pura”, de outro” (RAGO, 1992, p.41).

Rago argumenta que os discursos médicos e sanitarista tentaram construir uma divisão muito enquadrada entre a imagem da prostituta e a imagem da “mulher normal”, tanto no sentido biológico como na personalidade esses dois “tipos” de mulher eram distintos.

Segundo uma visão corrente entre os médicos do período, a prostituta “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral.” Tem um “apetite sexual exaltado (...), inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito.” (*apud* RAGO, 1992, p.42).

---

<sup>26</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 08 de março de 1908, nº68, p.1.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

Mas a mesma modernização que parece levar novos costumes viciosos para a sociedade é aquela que tanto abriu espaço no mundo público para que as mulheres tivessem mais possibilidades de trabalho e posteriormente incentivou, de certa maneira, que elas lutassem por seus direitos. Esse mesmo “vício do exibicionismo” possibilitou que muitas mulheres tivessem independência financeira e ainda era um símbolo da modernidade, não apenas como um vício, um mal, mas também “foram aceitas socialmente enquanto transmissoras de hábitos mais civilizados” (RAGO, 1992, p.43).

É frequente a referência dos memorialistas às jovens cocottes que acompanhavam os coronéis aos restaurantes e teatros, ensinando-lhes regras de conduta mais civilizadas e modernas, nas décadas iniciais do século. Não raro, prostitutas e “honestas” frequentavam as mesmas costureiras chiques, sendo que as primeiras difundiam as modas parisienses que as segundas copiavam. Nos bordéis de luxo e cabarés granfinos, artistas, intelectuais, advogados e outros boêmios reuniam-se para negociações políticas, para bater-papo, ouvir música, cear, acompanhados das “francesas”, a exemplo do que se fazia nas sociedades mais avançadas (RAGO, 1992, p.43).

A prostituição fazia parte da modernização da cidade.

Rufino e Hermes estão escandalizados com a imensa pornographia desta cidade. O bamboleio das ‘trotteses’ pelas avenidas, o enxameio de pecadoras precoces nas praças e nos logares de ajuntamento publico, a invasão dessas raparigas por todos os pontos, tomando conta de ruas inteiras – é um tremendo escandalo moralizador. Como acabar com a vergonha?<sup>29</sup>

Descreve assim, Paulo Barreto em crônica sem título<sup>30</sup>, assinada pelo pseudônimo de Joe – publicada originalmente em 1914 – as *cocottes* e as prostitutas ganhavam espaço na cidade. O espaço público que era frequentado por essas mulheres não era separado geograficamente dos espaços das mulheres burguesas e famílias “honradas”, a separação era muito mais temporal que espacial (RAGO, 2008).

Na Confeitaria Castelões, as famílias respeitáveis retiravam-se no final da tarde, antes que as “cocottes” invadissem espalhafatosamente o espaço, lembram os memorialistas. No Teatro Municipal, construído em 1911,

---

<sup>29</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 19 de julho de 1914, nº199, p.5.

<sup>30</sup> Idem.

procurava-se observar a demarcação social dos lugares por ocasião das temporadas líricas (RAGO, 1992, p.36).

É como a descrição da sala do *music-hall* que serve de cenário para a crônica “Gente de *music-hall*”, que já citamos anteriormente, o narrador descreve a sala que “gania luxúrias” onde ocorriam as apresentações, de dança e música.

Senhores torciam o bigode com o olhar vítreo, as damas envolviam os braços nas plumas das boás com um ar mais acariciador. Nós estávamos todos. Na orla dos camarotes, pintados de vermelho, pousavam em atitudes de academia, expondo vestidos de tonalidades vagas e anéis em todos os dedos as mais encantadoras criaturas da estação. Por trás dos camarotes surgiam panamás, monóculos, faces escanhoadas, bigodes à *kaiser*, e os garçons passavam de corrida levando garrafas e bandejas. Em baixo, na plateia, velhos frequentadores tomando *bocks*, repórteres, caixeiros, moços do comércio (RIO, 2009, p.7).

Ainda sobre essa questão do tempo-espço da cidade moderna recorreremos, novamente à crônica “Mariposas de Luxo”, a crônica relata uma cena curta, mas que caracteriza, considerando o lado emocional, os contrastes da vida da classe alta burguesa com a classe operária. Na cena é retratada a ida de trabalhadoras, após o expediente, de volta às suas casas. João do Rio personifica a rua do Ouvidor, a mesma rua que na crônica de abertura da coletânea *A alma encantadora das ruas* (2007) era descrita em seus luxos e turbulências, “dorme”, se acalma por um breve momento, é o tempo dos trabalhadores voltarem do trabalho para a casa “é a hora indecisa em que o dia parece acabar e o movimento febril da Rua do Ouvidor relaxa-se, de súbito, como um delirante a gozar os minutos de uma breve acalmia” (RIO, 2007, p.137).

No hiato de tempo em que a rua se apaga é quando têm espaço as “mariposas”, espaço para gozarem, ao menos com o olhar, dos luxos que ali se apresentam. Nesse momento em que “Já passaram as *Professional beauties*, cujos nomes os jornais citam; (...) e os condes do Vaticano e os rapazes elegantes e os deliciosos vestidos claros airosoamente ondulantes já se sumiram” (RIO, 2007, p.137) e antes que os combustores da rua se ascendessem e ela “precipita-se no delírio”, de novo. João do Rio narra que, elas tendo consciência que seu

espaço de aproximação daquele luxo era restrito, efêmero, “sabem” que seu tempo de apreciação dos luxos “acabou”.

Em outro momento desta dissertação já apontamos como essa crônica alude, de certo modo, à prostituição feminina, já que a vida precária que levavam essas mulheres pobres poderia as conduzir a optar pela prostituição, que na narração de João do Rio é tomada como uma “perdição” e a “mais fácil das hipóteses” para essas mulheres.

A compreensão da prostituição enquanto “fato social” pelos discursos médicos e científicos se deu em meados do século XIX, momento em que a escravidão estava intimamente ligada à prostituição, muitas eram as escravas prostituídas no período (PEREIRA, 2005). Cristiana Schettini Pereira no artigo “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”, aborda a temática da prostituição no fim do século XIX, estudando os casos das cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro. Desde o início do texto já busca deixar trazer essa relação da escravidão, trabalho doméstico, prostituição, inclusive a prostituição infantil e vai discorrendo sobre como era – ou se havia – a regulamentação sobre a prostituição nas cidades que estuda.

No caso carioca argumenta a autora que não havia uma regulamentação durante o império, e isso acarretou numa “maior concentração das medidas de controle das prostitutas nas mãos das autoridades policiais” (PEREIRA, 2005, p.35), e demonstrando seu argumento sobre o vínculo da prostituição com o trabalho escravo doméstico na capital carioca escreve,

Tal como acontecia com as meninas conchavadas em Buenos Aires, para as escravas no Rio a prostituição se misturava a uma variedade de serviços domésticos. Em 1870, a escrava baiana Honorata, de 19 anos, declarou à polícia que, sendo alugada por sua senhora como lavadeira e cozinheira, às vezes era também obrigada a ficar na janela e “receber visitas”. Mas as queixas de Honorata sugerem que para ela o problema principal parece ter sido a exploração exagerada, a quantidade de trabalho que se exigia dela. Afinal, anteriormente, ela já havia se empregado numa casa em que deveria “lavar e passar durante o dia e receber visitas de noite” (PEREIRA, 2005, p.52).

O relato contido no texto anterior demonstra como era comum que se fosse exigido de escravas como Honorata o serviço de “receber visitas a noite”, a autora ainda narra sobre outra escrava que tenta ir à justiça tentar uma ação de liberdade contra a senhora que a comprara enganando que iria utilizá-la para o serviço doméstico mas acaba por obrigá-la a prostituir-se (PEREIRA, 2005).

Com a abolição da escravidão em 1888, o início da República em 1889 e a modernização urbana da cidade essa situação ganha algumas novas características, as prostitutas, como falamos, vão se tornando símbolos da modernidade, o que ressignifica a sua figura social; o contingente de mulheres negras, pobres que participam do mundo da prostituição ainda é alto, mas as escravizadas negras diminuíram, além disso, muitas brancas aportam na capital, são as “escravas brancas”, como são tratadas na época e mesmo na historiografia sobre o assunto; o “vício” se alastrava e seduzia.

Nas crônicas “As mulheres mendigas” – que também se encontra na coletânea *A alma encantadora das ruas* – e “Um aspecto do tráfico das brancas”<sup>31</sup> – publicada originalmente em 1911 – João do Rio procura retratar alguns aspectos da prostituição na capital carioca.

Muitas das mulheres que o narrador de “As mulheres mendigas” apresenta, antes de partirem à mendicância, eram *cocottes*, prostitutas, mas o sortilégio das mulheres que compõe essa parcela da sociedade é ainda muito grande,

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chagentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça (RIO, 2007, p.163).

Concha e Natividade são duas ex *cocottes* espanholas que João do Rio traz na crônica, assim como outras tantas estrangeiras que vieram por tráfico sexual, ou para tentarem a vida por conta própria na capital brasileira e acabavam por ir para a mendicância. A narração de

---

<sup>31</sup> João do Rio. “Um aspecto do tráfico das brancas”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 06 de junho de 1911, nº157, p.1.

João do Rio retrata as mendigas como ora preguiçosas, ora vítimas, ora *ex-cocottes*, muitas vezes estrangeiras ou vindas de outros estados do país, muitas espertas.

Eram amorosas exploradas, ardendo ainda em raiva passional, eram vítimas do caftismo sentindo no lábio o freio de lenocínio, eram *cocottes* do chique, escalavradas de sífilis, na dor do luxo passado, e velhas, velhas sem pecado, que a miséria, a ingratidão e a misteriosa fatalidade desfaziam nos mais amargurados transes (RIO, 2007, p.167).

Talvez por influência das concepções da época que tendiam a vincular miséria e vadiagem João do Rio tenha as julgado, algumas vezes durante a crônica, como preguiçosas e em outras, talvez pela sua tendência decadentista, tenha-as visto enquanto vítimas da modernidade.

A prostituição proliferava pelo Rio de Janeiro, algumas optavam por essa vida, umas inebriadas pela possibilidade de uma vida mais luxuosa, outras influenciadas por *caftens* prometendo uma vida melhor, umas montando casas e pensionatos, outras ainda enganadas eram traficadas de outros países. O caso dessas últimas é tratado na crônica “Um aspecto do tráfico das brancas”

Era a bordo naquela viagem esplendida sobre um mar de azeite, a revelação não tinha deixado de ter sal. Vinhamos com uma porção de *caftens* e de velhas e futuras meretrizes. (...) o bom “Frisia”, vinha carregado de carne branca para os açougues do Rio e de Buenos Aires. (...) Certo não ha quem não conheça a situação de uma imensa legião de polacas, russas, rumaicas, judias exploradas em variadissimas ruas desta cidade.<sup>32</sup>

A descrição do narrador aponta que existem nesse navio várias classes de prostitutas e futuras prostitutas. Sobre as da primeira classe, descreve que vinham muitas vezes inscritas como casadas acompanhadas de um *caften*, normalmente eram mulheres que já tinham trabalhado por muitos anos com a prostituição e vinham por vontade própria. Já na terceira classe estava o que o narrador chama de “a carne enganada”:

Na terceira vinham realmente muitas mulheres, algumas já traquejadas, outras inteiramente fora da Idea do que iriam fazer. Havia as jovens, havias as já no fim do verão, havia-as gordas, magras. Todas estavam contractadas. Algumas sabendo que contracto era, outras

---

<sup>32</sup> Idem.

convencidas que iam, uma ser “cassiére”, outra, dama de companhia; outra, creada de quarto.<sup>33</sup>

O narrador ainda finaliza, como quem não se espanta,

E o caso é que esse caso se repete mais ou menos em todos os vapores, que há um verdadeiro exercito de empreiteiros do trafico das brancas, e que apesar das medidas e das ligas policiaes e moraes, essa torpeza corre o Atlantico num miseravel commercio, de que a Europa é fornecedora. Eu tinha apenas tido uma impressão de bordo, que é para os viajantes, a mais commum das impressões.<sup>34</sup>

Muitos navios aportaram trazendo mulheres para trabalhos sexuais, entre o final do século XIX e início do XX, em duas das principais cidades portuárias da América do Sul, o Rio de Janeiro e Buenos Aires<sup>35</sup>. Vale salientar, também, que entre as meretrizes e as atrizes que viveram ou passaram por essas grandes capitais na época existia uma grande parcela de imigrantes.

As realidades das prostitutas que viveram na cidade do Rio de Janeiro da virada do século foram diversas, elas tinham também sua própria hierarquia social, umas mais ricas, acompanhantes de luxo de influentes pessoas da vida pública carioca, outras traficadas de navio sem nem saber que seriam exploradas no comércio sexual. A própria moradia dessas mulheres se diferenciava entre si, havia, como nos apresenta Rago (2008) as que moravam em hotéis,

e mais abaixo na hierarquia social, havia as prostitutas que residiam em casas alugadas ou próprias, onde recebiam seus fregueses e amigos, sem o compromisso de fidelidade que a relação extraconjugal estruturada a partir do modelo conjugal burguês poderia exigir. Além disso, conseguia manter-se sem vínculos de dependência com uma caftina, ao contrário do que acontecia com as que viviam nas ‘pensões de artistas’.” (RAGO, 2008, p.102).

Estigmatizadas pela imprensa e pelos discursos da classe burguesa nas figuras da *cocotte* e da *femme fatale*, elas à sua maneira – fugindo de seu papel social de “mulher-ideal”

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Ver mais sobre o assunto em: RAGO, Margareth. Nos bastidores da imigração: o tráfico das escravas brancas. Revista brasileira de história. São Paulo, 1989, v.9, nº18, pp 145-180.; PEREIRA, Cristiana Schettini. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”. Cadernos Pagu, 2005, pp.25-54.

feita para o casamento, para a monogamia, para o cuidado da família – vivenciaram os espaços públicos da cidade moderna, participando ativamente deles, frequentaram os cafés, os *music-halls* da moda, desfilaram pelas ruas mais movimentadas da cidade com suas roupas e joias e povoaram ruas e pensões pequenas e grandes por toda a cidade.

### **3.3. As burguesas: composição dos perfis femininos sobre a imagem da mulher burguesa**

Como a modernidade via a mulher burguesa, o que esperava delas os propulsores dos discursos científicos e burguês? Essas perguntas são necessárias para iniciar um debate sobre as mulheres burguesas durante o crescimento urbano-industrial da *belle époque* carioca, afinal não podemos esquecer que é sobre elas que recaem as expectativas do perfil idealizado de mulher moderna.

Nas crônicas de João do Rio que trazem alguma personagem representante dessas mulheres burguesas vemos que, no geral, muitas parecem ser retratadas pelo autor como fúteis, ou preocupadas com futilidades – uma característica que ele insere como sendo consequência da modernidade – outras tantas guiam suas ações de acordo com a moda, não apenas no vestuário, mas até mesmo em atos como o de adultério. As burguesas de João do Rio, normalmente são muito ligadas à modernidade, seja absorvendo suas mudanças, seja repudiando-as. Vamos aqui, então, debater sobre o perfil ideal que era esperado delas, sobre seus novos costumes e suas imagens na/para a modernidade.

Anteriormente, já apresentamos um pouco sobre o que os discursos da época traziam acerca da mulher moderna, no âmbito das ciências médicas, por exemplo, foi proclamada uma diferenciação da mulher sadia *versus* a loucura feminina, do estudo dos corpos – feminino e masculino – foram para o estudo das personalidades, dos desejos ligados a esses corpos. De acordo com esses discursos a subordinação feminina, sua inferioridade era inscrita em seu corpo, seu papel social, era então uma referencia à sua suposta sujeição perante a

superioridade do homem. Seu lugar era no lar, tarefa “única para a qual estariam aptas. Daí o interesse quase exclusivo que os alienistas dedicavam às mulheres “de família”, criando a partir delas um padrão generalizável da mulher “sadia” e das condutas “normais”.”. (CUNHA, 1998, p.15).

Ao tratar a questão da loucura Maria Clementina Cunha atenta para o fato que essas indicações de características de saúde feminina acarretaram muitas internações de mulheres – muitas das quais inseridas nessa classe burguesa – que de alguma maneira “fugiram” às expectativas que se tinha sobre elas e seu suposto papel na sociedade. Por vezes, o fato de tentarem buscar uma independência financeira, ou não estarem a procura de casamento foram fatores que influenciaram sua internação por parte de familiares, normalmente pais, ou irmãos, que as viam enquanto desviantes, como nos aponta Cunha em seu trabalho.

Além disso, Cunha também pondera que o tratamento, o procedimento não era igual para todas as mulheres, o que não era visto como “permitido”, porque trazia o adjetivo de degeneração, à figura da burguesa poderia ser mais facilmente ignorado se no caso estivessem envolvidas mulheres, que fizessem parte de uma realidade sócia econômica diferente das burguesas.

Chiquinha, as operárias desacompanhadas que caminhavam apressadas pelas ruas, as prostitutas francesas que os pais de Lavínia e Eunice provavelmente conheciam e freqüentavam nos bordéis seletos da cidade, as quitandeiras e lavadeiras negras dos cortiços ou as criadas confinadas nos quatinhos de fundos dos sobrados (CUNHA, 1998, p.16).

As experiências dessas mulheres as obrigava, ou permitia, que tivessem um contato com o espaço urbano, com costumes e atitudes que eram menos tolerados nas mulheres burguesas. Em uma crônica, sem título<sup>36</sup>, João do Rio narra sobre uma senhora e suas opiniões acerca do adultério,

Uma cocotte, é sempre disputada e domina, domina desesperadamente mais, á proporção que multiplica o seu favor. Uma senhora honesta, perde

---

<sup>36</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 29 de maio de 1910, nº 148, p.5.

inteiramente a sua força desde que se entrega. Se as mulheres casadas que enganam os maridos, mesmo por paixão, mesmo por delírio, soubessem o que pensa dellas, quando as vê chegar o cavalheiro preferido!...  
(...)Em cem casos, noventa e nove fazem menos caso da dama honesta que sacrificou o seu lar, do que da cocotte de uma friza de ‘music-hall’ ...<sup>37</sup>

Eram esperados comportamentos diferentes de cada um desses tipos femininos, poderia dizer que foi como uma espécie de naturalização por parte da sociedade de certos discursos difundidos entre eles, discursos esses que dividiam comportamentos sociais classificando as mulheres dentro de perfis que não abarcavam a multiplicidade das vivências e experiências das mulheres.

Criticando a difusão desses discursos Cunha argumenta

Tal constatação reforça a idéia de que a perspectiva da higienização da mulher e da família se impôs inicialmente, sobretudo como fator de diferenciação e hierarquização social - mais que como corolário de práticas discursivas ou de um impulso difuso e destituído de sujeitos históricos precisos em direção à “disciplinarização” (CUNHA, 1998, p.17).

A modernidade vinha trazendo mudanças e, como já debatemos aqui, os discursos tendiam a tentar regular a sociedade, higienizar e demarcar bem os limites morais, distanciando as mulheres das classes dominantes, relegando a elas o mundo privado, da imoralidade e “sujeira” da vida mais pobre.

Os conceitos morais, na mesma medida, atingiam as mulheres da elite, agora no desempenho da responsabilidade pela educação dos filhos. Só que, gerados a partir da elite, eram comumente generalizados para todas as classes sociais, criando contrastes e, conseqüentemente, estabelecendo comportamentos patológicos (ESTEVES, 1989, p.47).

Ou seja, o padrão era definido de cima para baixo.

Os discursos higienistas modernos deixaram às senhoras, donas de casa burguesas, todo um ambiente do privado para “reinares”, mas a modernização dos costumes também influenciava nos assuntos do lar, as modas e os novos costumes modernos abriram novas possibilidades para a vida social da mulher.

---

<sup>37</sup> Idem.

Com relação ao lar, João do Rio traz nas duas crônicas que serão apresentadas a seguir, questionamentos e problemas do cotidiano de mulheres burguesas nesse momento de mudança. Como tratamos anteriormente, na crônica “A crise dos creados” a narradora, escreve para uma amiga relatando a dificuldade em encontrar pessoas para trabalhar nos serviços domésticos. Quem melhor que uma mulher para narrar uma crônica sobre um assunto da vida privada?

No trecho a seguir veremos que a própria narradora faz uma descrição de si muito coerente com os discursos da mulher ideal, mas como dissemos, parece que o autor traz essas características de forma que soa, em nossa compreensão, irônica. Por exemplo, o fato de que a narradora parece desesperada com seu problema, aparentemente muito fútil se refletirmos como o olhar da mulher que escreve a carta é muito preocupado com o seu lar, muito significativo para a sua intimidade própria, esse individualismo é uma característica da modernidade que muito foi abordada por João do Rio.

Sempre fui uma mulher feliz, nunca tive ciúmes, nem razões contra meu marido, tenho um lar encantador, dois filhos que são como duas flores novas, espelhos e costureiras que asseguram a continuação dos encantos que prenderam meu marido. Mas, oh ! Baby, querida Baby, desde o primeiro dia do casamento o problema insolúvel rebentou aos meus olhos e foi crescendo, foi-se complicando, foi-se fazendo avatar, e nos liames da sua insolubilidade, só a pensar nelle, como planta sugada, fui empallidecendo, afeiando, perdendo o viço (RIO, 1911, p.100).

Em outra passagem relata como essa “crise” afeta a ela

Si não partir no dia 15, talvez não resista. Estou, ao mesmo tempo que sinto vontade de chorar, com Ímpetos de quebrar a louça, quebrar a cara ao Fábio, puxar as orelhas á Wanda. E só isso porque são seis horas da tarde e estamos apenas, eu o marido e os dois filhos; e só isso porque para jantar ou terei de ir á cosinha ou terá o Fábio de sair a encommenda-lo ao hotel.

Adivinhaste de certo, minha Baby. A neurasthenia da tua amiga é o angustioso problema dos creados, a razão de ser a causa das maiores desintelligencias no nosso lar (RIO, 1911, p.100).

Outro trecho, ainda do qual podemos extrair certa ironia é o seguinte: “Elas juntam as mãos nos salões, nervosas, sem animo, diante do horrível problema, e em cada casa a

irregularidade, o desperdício, o cansaço, a falta de serviço regular ameaçam desastres, complicações, agonias (RIO, 1911, p.107).

Essa demonstração de preocupação com o lar, e os problemas do lar se desenvolvem, de certa maneira, também na vida social, essas mulheres, de acordo com João do Rio, se encontram e debatem sobre esses assuntos, isso é interessante porque nos remete aos encontros sociais dessas mulheres. Na crônica acima o autor traz os salões, em outras parece falar dos encontros e chás que as senhoras burguesas têm o costume de fazer em suas residências.

Em crônica curta<sup>38</sup> – publicada originalmente na coluna “Cinematógrafo” no jornal *Gazeta de notícias*, sob o pseudônimo Joe, em primeiro de maio de 1910 – algumas senhoras estão discutindo sobre o último jantar na casa de Mme. Teixeira. As senhoras reclamam que pareceu serviço de confeitaria, mas descobrem que em verdade em última hora a Mme. Teixeira não tinha um cozinheiro, a conversa então se volta para a questão da “crise dos criados”.

As tradições hospitaleiras do lar brasileiro desaparecem pela falta constante do criado; a segurança com que se fallava da cosinha brasileira e do sabor dos pratos nossos passa a uma grande pilheria lendária. Não se convida para jantar a ninguém. A última hora o cosinheiro sae ou embriaga-se; a cosinheira resolve brigar com a copeira. Não se come mais: engole-se para não morrer de fome, e para não ser obrigado a ir á cosinha fazer. Os cosinheiros e cosinheiras não sabem nada, são verdadeiros selvagens exploradores, e assim como entram, sahem, sem ter motivo algum.<sup>39</sup>

Outra vez um indício de sarcasmo e ironia:

Quantas familias depois de lutar mezes e mezes com o angustioso problema de falta de creado, comem hoje de casas de pensão? E’ curioso, em certas ruas puramente familiares, á hora da refeição, ver apparecer uns creadinhos sujos, carregados de panelinhas. São os almoços, são os jantares! A comida é pessima, as familias soffrem do estomago, mas a dona de casa respira de allivio. Não foi ella que teve de ir fazer aquillo!<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 01 de maio de 1910, nº 121, p.5.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Idem.

Essa crise dos criados foi debatida nos jornais da época, era vinculada à modernização, que ofertava novas possibilidades de emprego para as classes despossuídas e aos imigrantes que aqui buscavam emprego, era uma questão de haver mais demanda que oferta o que dava uma independência para os ofertadores da mão de obra buscarem mais autonomia de exigir negociações de aumento e outros auxílios.

O casamento, enquanto instituição era também muito importante quando se tratava da composição imagética da mulher burguesa, mas as novidades da modernidade e as modas influenciaram, como dissemos, até mesmo ele. Nas crônicas “Laurinda Belfort”<sup>41</sup> e “Exaltação”<sup>42</sup> – a primeira publicada originalmente em *Gazeta de Notícias* a segunda em *O Paiz* – João do Rio narra sobre o caso de mulheres que foram adúlteras. O interessante são as duas imagens diferentes das consequências e das motivações dessa ação por parte de cada uma.

Maria Clementina da Cunha aponta que o casamento enquanto parte do perfil ideal de mulher burguesa, “Rainha do lar” causou muitos problemas para mulheres que não tinham a ambição do casamento, “o celibato foi tomado como evidência de loucura, já que reforçava a idéia de sua inadaptação à ‘natureza feminina’” (CUNHA, 1998, p.13). Toda uma moral era traçada sobre as atitudes da mulher, o casar fazia parte de seu papel, ela seria julgada não só pelos discursos médicos ou jurídicos, mas também socialmente, era o caso da personagem Marguett Pontes, de “Exaltação”. Era “imperdoável”, “desprezível” que ela largasse o marido para viver com outro homem.

Para uma senhora de sociedade nem o <<flirt>> (que é uma concessão moderna e americana), nem a insistência de um camarada (que é a renovação dos sigisbeus venezianos), pode ou deve ser considerado prova de mau comportamento. Mas uma senhora apaixonar-se, deixar o marido, passar a viver com outro cidadão, sem cumprimentar as conhecidas damas da mesma classe para lhes dar a ellas o prazer de olhal-a com desprezo, ao menos – isso

---

<sup>41</sup> João do Rio. “Laurinda Belfort” In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de notícias*, RJ, 06 de julho de 1908, nº189, p3.

<sup>42</sup> João do Rio. “Exaltação”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 01 de outubro de 1917, nº12045, p.1.

sim, isso é imperdoável. E Marguett Pontes fora assim. Bella, inteligente, passara de respeitável a desabusada, precipitara-se do templo da justa medida ao precipício do amor, e de modo tão escandaloso, que se tornara necessário deixar o Rio – cidade de um pluralismo cada vez mais severo, como ninguém ignora.<sup>43</sup>

Marguett Pontes parece ter agido por amor, já no caso de Laurinda Belfort, João do Rio narra que a personagem foi movida mais por modismos do que por paixão.

De ver as outras damas amadas por homens discretos e bem vestidos, achara aquilo ‘smart’ e comprometedor, com um leve tom de crime consentido. Ir assim, no seu carro, no carro do seu marido, entregar-se á paixão do outro, do cavalheiro elegante, parecia-lhe uma nota essencial da moda, lembrava-lhe logo os romances de Paris, a psicologia passional das duquezas de alta linhagem, que ás vezes teem dous, sem contar o esposo.<sup>44</sup>

O narrador relata o pensamento e as sensações de Laurinda que se prepara para mais um encontro com seu amante, Guilherme.

Antes de ir para essas sessões, Laurinda vestia-se lentamente com a dor de saber que se ia despir, demorava, imaginava afazeres, olhando o relógio. De repente, porém, quando já os ponteiros passavam da hora, não se continha. Mandava tocar a toda, corria ao ‘rendez-vous’ com a louca vontade de que elle não a esperasse mais. Porque ia então? Ora! porque ia! Por condescendencia, por fraqueza, por não achar o meio sério de se livrar de vez... E só então, Laurinda lembrou que ia, ia, naquele momento para o supplicio! Pegou no tubo acústico, soprou desesperada:  
–Mais devagar, José!<sup>45</sup>

A personagem se mostra, já entediada com sua relação com o amante, era um “suplício” ir, e não sabia porque não terminava. Em várias outros textos seus João do Rio tende a relacionar as modas ao tédio, porque tudo sempre mudava, e o que movia as ações “mundanas” da moda não tinha um apelo profundo nos personagens. Laurinda Belfort, no conto, esposa do Barão de Belfort, passa tempos se arrumando, se vestindo com o cuidado que supostamente uma senhora moderna devia ter com sua aparência, e se preocupa que em seu encontro irá se despir disso tudo. Qual não é a surpresa da personagem, quando ao chegar

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> João do Rio. “Laurinda Belfort” In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de notícias*, RJ, 06 de julho de 1908, nº189, p3.

<sup>45</sup> Idem.

ao lugar de costume o seu amante não estava lá. Sua raiva é então por ele ter terminado e não ela.

Então, elle tambem estava farto, estava cansado? Oh! ella já enjoava, já aborrecia aquelle cidadão que a perseguira dous annos! Mas então essas cousas acabavam assim com a porta fechada, na cara, na sua face! O grosseirão insultava-a a ella! a ella, Laurinda Belfort, esposa de Soares Belfort!<sup>46</sup>

Mas, o que diferencia o trato dessas duas mulheres para o autor? Uma movida por amor tenta se mostrar forte em sua decisão apesar de sofrer, pois seu novo amante a destratou e a largou, a outra parece em sua altivez indignada por ter sido seu amante a romper a relação e não ela própria. Marguett se desfaz de seu casamento, Laurinda trai seu marido, e o faz por modismo, é interessante refletir que o destino final das personagens também é diferente. Laurinda volta à sua rotina normal sem amante, sua vida social não parece afetada por sua ação, Marguett, por sua vez, teve de fugir de sua cidade, foi desprezada por seus círculo social. Seria a sua falta de sorte uma consequência de se apaixonar, de largar o casamento e não apenas ter “um caso” passageiro?

As ações das mulheres burguesas podem ser mais desprezadas quando afetam o outro, Laurinda traiu o marido, mas era a mulher superficial, sua ação foi movida por um modismo e ela não tinha coragem, atitude para terminar. Marguett, aparentemente pela crônica muito mais sensível que Laurinda, age por um ímpeto real, arriscando-se não superficialmente, mas abrindo mão de algo que fazia parte de seu papel social, e por isso sofre consequências.

– Ter-me-hia amado elle? Que importa? Não vem ao caso. Talvez não, talvez sim. Deu-me, porém, a força de adorar, deu-me a exaltação, salvou-me do horror dos preconceitos, das hypocrisias, dedicou-se por mim, se estivesse como antes da aventura hoje e me mostrassem o que teria de acontecer – eu procederia do mesmo modo. A vida seria uma abjeção, se não tivéssemos na treva desses heroísmos silenciosos, que transfiguram os entes.

Eu olhava Marguett Pontes, com um ar compungido. Ella voltou a si, rindo.

– Dê-me outra cigarretta. A apostar que não imaginou nunca assim a causa da minha fuga do lar?

– As mulheres são esphinges...

---

<sup>46</sup> Idem.

– Porque os homens não compreendem o que ellas são: a exaltação amante diante de tudo quanto é nobre e bom.

E sem mais coragem, Marguett Pontes rompeu a soluçar.<sup>47</sup>

O caso de Marguett demonstra, porém, que apesar das dificuldades enfrentadas ela conseguiu fazer a sua vontade; Laurinda Belfort saía às ruas apenas com o cocheiro para encontrar seu amante, andava com certa liberdade pelas ruas. As mudanças não trazem só demarcações de perfis, trazem uma senda de modificações muito mais ampla. Apesar dos discursos de moralidade difundidos, as mulheres das classes mais elevadas saem do que Rachel Soihet comenta ser o “propalado confinamento doméstico” e ganham não só espaço mas, importância política no ambiente social.

Caem em declínio as recomendações de caráter religioso no sentido de não admitir que se realizassem nas casas ‘jogos, serões, assembleias, comédias, óperas e festins nem visitas de pessoas em que domina o espírito do mundo’.

Agora, as festas privadas, os salões políticos e sociais tornam-se constantes, criando-se condições do relacionamento favoráveis aos interesses econômicos e políticos da elite dominante. A recepção adquire a função de veículo informal na disputa pelo poder, e da habilidade feminina dependia o sucesso destes eventos, tendo a mulher papel decisivo na promoção social do marido.”. (SOIHET, 1997b, p.15).

Os costumes dos chás e dos encontros vespertinos das senhoras burguesas foi amplamente contemplado nas crônicas de João do Rio. Em “O chá e as visitas”, crônica que foi citada anteriormente, o autor narra sobre o costume de se tomar chá nas casas das senhoras, e das “obrigações” sociais dessas mulheres burguesas que compõem a crônica.

Todos tem muito o que fazer e os deveres sociaes são uma obrigação.

– Em que se occupará a minha amiga o seu dia de hoje?

– A massagista, ás 9 horas, seguida de um banho tépido com essência de jasmin. Aula pratica de ingléz ás 10. All right ! Almoço á ingleza. Muito chá. Toilette. Costureiro. Visita a Fulana. Dia de Cicrana. Chá de Beltrana. Conferencia literária. Chá na Cave. Casa. Toilette para o jantar. Theatro. Recepção seguida de baile na casa do general... (RIO, 1911, p.47).

---

<sup>47</sup> João do Rio. “Exaltação”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 01 de outubro de 1917, nº12045, p.1.

Em outro momento da mesma crônica, João do Rio descreve como parecia ser importante o costume do chá para a “reputação” de uma boa senhora dona de casa e como isso se diferenciava do que anteriormente era imprescindível para uma senhora do lar.

O nosso chá ! O chá faz a reputação de uma dona de casa. Nos tempos de antanho, uma boa dona de casa era a senhora que sabia coser, lavar, engommar e vestir as creanças. Hoje é a dama que serve melhor o chá, e que tem com mais chic — son jour, para reter um pouco mais as visitas (RIO, 1911, p.50).

As mulheres burguesas parecem então, menos relacionadas às tarefas domésticas, ainda que se prezasse o saber dessas atividades. Muitas dessas mulheres burguesas, de status social mais alto, tinham auxiliares domésticos como pudemos ver na crônica “A crise dos creados”. Às mulheres prezava-se ainda talentos musicais e artísticos, a exemplo a senhora pintora “amadora” que estava numa exposição carioca, na crônica “Uma exposição”: “Havia a dama amadora que pinta nas horas vagas entre os trabalhos de agulha e os exercícios ao piano, tomando posições científicas para observar as pinturas de *face-à-main* no nariz” (RIO, 1911, p.133).

As novas formas de sociabilidade da cidade em expansão influi numa rotina mais cheia de relações atreladas ao meio urbano tanto para os homens como para as mulheres. O comércio se diversifica e as normas sociais de relação entre os sexos vão abrindo espaço para uma maior visibilidade feminina no meio urbano como relata Rago:

restaurantes, hotéis, cafés, teatros, bordéis, praças e passeios públicos —, mudam as normas de comportamento e as relações entre os sexos. As mulheres ganham maior visibilidade o espaço urbano, participando de rodas sociais organizando salões literários, sociedade beneficentes, associações femininas, nas classes mais privilegiadas, ou trabalhando, vendendo flores e cigarros, nos setores mais pobres, ou ainda fazendo compras (RAGO, 2008, p.63).

Em “A banalidade da vida”<sup>48</sup> — publicada originalmente em *A Revista da Semana*, RJ, no dia 12 de agosto de 1916 assinada pelo pseudônimo de José Antônio José — a

---

<sup>48</sup> José Antonio José. “A banalidade da vida”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Revista da Semana*, RJ, 12 de agosto de 1916, nº 27, sem página.

característica da pressa na vida moderna se une na descrição do cotidiano das senhoras da alta classe carioca, é a convergência de hábitos que João do Rio traz enquanto modernos, a questão da sociabilidade relacionada ao privado, os “chás”; a pressa e a “futilidade mundana”. Os personagens, que se encontram em um jantar, debatem sobre como os jantares são apressados e quase desnecessários, pois a vida em sociedade não deixa tempo para jantar com calma.

– Quando uma senhora de sociedade começa a viver no Rio de Janeiro? Depois das duas horas da tarde! Não ha passeios matinaes, não ha almoços. A vida é da tarde. A’ tarde temos os costureiros, temos as recepções, temos os chás. Trabalhamos tanto, agitamo-nos tanto que estamos com immenso appetite.

– E comem de mais.

– Por que é a unica hora em que podemos matar a fome.<sup>49</sup>

A personagem segue falando sobre como a rotina de dia é cheia e seu tempo, portanto, contado.

– O chá toma-nos o tempo até ás 7 horas e mata-nos a fome para o resto da noite. E’ preciso vir para casa a correr. Toilette. Quanto tempo gasta uma senhora para vestir-se?

– Pelo menos duas horas.

– Eu faço o prodigio de vestir-me em hora e meia.

E’ preciso ir ao theatro. E’ a hora do theatro. E de repente surge o inutil jantar como um estorvo, o jantar que é preciso despachar.<sup>50</sup>

Esses hábitos da rotina de “uma boa senhora” da alta classe carioca soam no discurso das personagens de João do Rio ora como estorvo, ora como uma necessidade, um exemplo da indispensabilidade desses hábitos vemos na descrição de Mme. Praxedes, personagem da crônica “O reclamo do moderno”, também parte da coletânea *Vida Vertiginosa*.

Conheces Mme Praxedes, a mulher mais elegante do Rio ? Tem trinta e cinco annos e um filho de dezoito. Suicidar-se-ia, si a prohibissem de ir a uma soirée fashion, si faltasse a uma festa, a um raout qualquer de gente bem lançada. E’ preciso apparecer, não ser esquecida, conservar no publico a idéa da sua belleza (RIO, 1911, p.74).

Neste trecho vemos ainda a presença do fator da relevância das aparências, não só o vestuário, mas a presença em sociedade. Como debatemos no segundo capítulo desse trabalho é a

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem.

presença da composição do que Baudelaire denomina como “show de aparências”, uma premência da sociedade moderna em valorizar e instigar as aparências, as figuras em sociedade como componente da personalidade de cada ser. O modo como se porta cada indivíduo, seu modo de se vestir, a participação nos hábitos da moda são primordiais para a composição da personalidade individual perante a sociedade.

Nesse sentido, o vestuário era algo valoroso. Para a figura das mulheres então, algo substancial.

Em todo o caso o chá inspira esses pensamentos amáveis, e desde que tem o homem de ser dirigido pela mulher, em virtude de um fatalismo a que não escapam nem os livres pensadores — mais vale sel-o por uma senhora bem vestida, que toma chá e demora pouco... (RIO, 1911, p.54).

Aqui vemos tanto a figura da mulher enquanto condutora do homem, acredito que uma inferência ao âmbito privado, quanto a referência ao vestuário feminino, antes uma senhora “bem” vestida do que “mal” vestida.

Já debatemos aqui a questão do consumo para a sociedade moderna, o capitalismo cada vez mais em expansão interfere diretamente nesse quesito. A presença feminina nas ruas comerciais é um indício não só da modificação dos costumes como da força do consumo que agora se expande para o público feminino cada vez mais.

é como *consumidora* que passeia e enfeita o centro comercial em horário de movimento, que a mulher é evocada para atestar uma certa liberalização dos costumes, resultante do progresso e do contato com as nações mais desenvolvidas (RAGO, 2008, p.65).

A própria Rago, porém, discorre que essa maior visibilidade da mulher no meio público além de instigar uma enorme vigilância, como já falamos, às mulheres – analisando os seus gestos, vigiando suas ações para que não se corresse o risco de se confundir a mulher burguesa com a meretriz e assim, incentivar o vício moral – ainda criou a figura da mulher fútil, vinculada principalmente ao consumo de vestuário, majoritariamente. A presença das

mulheres, no caso burguesas, no meio público fora estigmatizado com a mulher frívola, consumidora, tão experiente em banalidades, a *melindrosa* (RAGO, 2008).

Essa é uma época em que se intensificam as formas de incitação ao culto da auto-imagem e à proliferação dos ‘símbolos do eu’. Se a aparência feminina era colocada em primeiro plano pela própria mulher, preocupada em exhibir-se como figura sedutora, charmosa e sofisticada, sobretudo no caso das mais privilegiadas socialmente, tudo levava e exigia que assim fosse. Cobrava-se dela esse modo de subjetividade. A aparência feminina se transformava em principal foco de observação dos transeuntes na cidade, dos jornalistas à cata de notícias, dos homens interessados em flertes, de outras mulheres curiosas para examinar as roupas de suas concorrentes. Inúmeros olhares convergiam para as toaletes femininas descritas nas revistas e jornais da época, que eram, além do mais, julgadas (RAGO, 2008, p.76).

Novamente, vemos a questão das aparências na sociedade moderna.

A aparência, o vestuário feminino é sempre uma descrição à parte nas crônicas de João do Rio, nas mais populares, como as “Mariposas de luxo”, nas presidiárias, nas mendigas, nas atrizes, nas das altas camadas sociais, praticamente todas recebem uma rica descrição de seu vestuário. As personagens de mulheres das camadas mais altas da sociedade, porém, é necessário dizer, recebem mais atenção nesse quesito, talvez atrelado à presença da “consumidora fútil” em algumas crônicas, outras vezes, creio ser o autor movido mais pelo deslumbre com a vestimenta dessas mulheres. Em crônica, sem título<sup>51</sup>, publicada na coluna “Pall-Mall Rio”, em *O Paiz* no dia 22 de junho de 1916 o narrador assim se manifesta: “Vestidos – Não ha nada mais serio do que o vestido de uma mulher. Ellas vestem-n’o sem pensar, ellas mudam de moda pelo prazer de mudar. Mas os vestidos são pequenos poemas em tecidos, com muita poesia e immensa philosophia”<sup>52</sup>.

Ainda na mesma crônica, descrevendo sobre a “dama da sociedade”, a senhora D. Laurinda Santos Lobo<sup>53</sup>, enuncia o narrador: “E’ impossivel a um artista conter a sua

---

<sup>51</sup> José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 22 de agosto de 1916, nº 11611, p.2.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Vale salientar que Laurinda Santos Lobo foi uma figura real de grande influência na sociedade intelectual carioca do período, nascida em 1878, morreu em 1946, sua casa no bairro de Santa Teresa hoje abriga um museu em sua homenagem. O site Museus do Rio contém a seguinte descrição: “Laurinda foi uma mulher especial que

admiração diante da Sra. D. Laurinda Santos Lobo. Ella não esta sempre bem vestida, luxuosamente vestida. Ella realiza em cada *toilette* uma obra de arte que andasse”<sup>54</sup>.

Em “A moda”<sup>55</sup> – originalmente publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, RJ, no dia 14 de setembro de 1903 – João do Rio narra uma conversa entre Mme. de Souza e o narrador. O interlocutor a descreve “essa encantadora creatura, frívola e formosa que sabe da moda e não ultrapassa as regras do bom tom, sem prevenir a gente de que as vai ultrapassar”<sup>56</sup>, ou seja, uma figura mundana característica da época, um “perfil”.

Sobre a moda, a personagem fala:

– A moda é como o camaleão: muda sempre, adoptando a côr do momento, o logar por onde passa, e as idéas do paiz onde vive. Só há uma cousa em que a moda não se parece com o camaleão – é que o camaleão não muda nunca.<sup>57</sup>

A passagem retrata a efemeridade da moda.

O vestuário demarcava figuras femininas e as mulheres usufruíam do vestuário para se ressaltarem na sociedade, podemos compreender que optando por essa ou aquela vestimenta promoviam a atitude que queriam em sociedade através de suas roupas, sua intenção, seja como “bom partido”, seja como senhora casada e moderna, seja como meretriz (RAGO, 2008).

Ainda na crônica “A moda”, Mme. de Souza fala da “virilização” da mulher. A mudança do vestuário e o aumento dos espaços públicos a serem frequentados pelas mulheres foi levando aos poucos durante o correr o século XX ao encurtamento das saias, ao uso de calças pelas mulheres, à introdução das mulheres em novos espaços de trabalho e de

---

no início do século passado agitava o bairro de Santa Teresa com seus saraus, frequentados pelos expoentes da vida cultural nacional e internacional. O Salão de Laurinda, realizado em sua residência, atualmente Parque das Ruínas, foi durante a década de 1920 o ponto de encontro do Modernismo. Villa-Lobos, João do Rio, Isadora Duncan e Tarsila do Amaral foram alguns dos artistas que por lá circulavam.”

Fonte: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=16:centro-cultural-municipal-laurinda-santos-lobo](http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=16:centro-cultural-municipal-laurinda-santos-lobo). Acessado em 21/01/2016.

<sup>54</sup> Z. “A moda”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 14 de setembro de 1903, nº257, p.2.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem.

frequentação e isso por algumas pessoas mais conservadoras, era muitas vezes associado à uma “masculinização” da figura feminina. “ – Suba, venha dar, uma volta commigo. Sabe o que levei a fazer o dia inteiro? A jogar *boston*. E’ moda, agora, a virilisação da mulher. As damas de Nova-York são todas *athletic girls...*”<sup>58</sup>. E ainda nesse outro trecho:

– E as saias... continuam longas?  
– Se continuam! Até mais compridas na frente. Ha, a esse respeito uma discussão em Nova-York. Muitas senhoras pertencentes ao grupo *mannishness*, isto é, ao grupo masculino, querem a saia curta, os casacos soltes, as outras exigem o rigor actual, os tecidos mais apropriados á nova *pose...*<sup>59</sup>

Esse trecho além de tratar da suposta “masculinização” do vestuário feminino demonstra uma participação ativa das mulheres nos rumos da moda. As mulheres burguesas, principalmente as de classe mais alta tinham uma influência importante não só na moda do vestuário, como também na esfera intelectual, principalmente literária, além de escritoras que despontavam no período e de uma imprensa voltada para o público feminino em ascensão muitas mulheres organizam espaços aos quais convergiam muitas importantes figuras intelectuais do período. Isso demonstra, nas palavras de Rago, uma “dificuldade de generalização do ideal da ‘rainha do lar’ que se prescrevia no período, no discurso dos médicos, positivistas e juristas” (RAGO, 2008, p.71).

Entre a composição da figura da mulher burguesa ainda nos cabe tratar aqui da feminista, normalmente mulheres da classe média ou alta, elas percorreram as ruas cariocas desde o início do século XX.

As feministas muitas vezes eram consideradas, pelo seu jeito de vestir, de portar consideradas “masculinizadas”, essa característica sempre acompanhava a figura da feminista da época, na literatura, na imprensa etc. Rago (2008) argumenta que para as feministas daquele período a vaidade era algo fútil, desnecessário para uma mulher moderna e, também faziam questão de ressaltar as características que as diferenciavam das meretrizes e *cocottes*.

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

Afinal, a época que prometeu o direito de cidadania para todos precisou, por sua vez, criar fortes barreiras simbólicas e espaciais hierarquizando também os sexos. O homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do trabalhador e do político, segundo o ideário liberal. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostitua, ‘mulher pública’ (RAGO, 2008, p.44).

João do Rio escreveu mais de um texto com personagens feministas, voto feminino ou discussões sobre o direito das mulheres, porém, alguns não foi possível acessar, o único texto substancial sobre o assunto que conseguimos obter é a crônica que vamos trabalhar a seguir, “Feminismo Activo” – originalmente publicada sob o título “Lugar para as mulheres!” no jornal *A Notícia*, RJ, no dia 27 de fevereiro de 1910 – já citada no início deste capítulo. A crônica narra sobre uma senhora, Mme. Teixeira, que busca por emprego de caixeira. Logo no início da crônica já vemos na descrição do narrador sobre a personagem um elemento que condiz com o que Rago fala sobre a vestimenta das feministas ser mais modesta, podemos inferir à personagem que a vaidade lhe importava menos.

Durante o correr do texto mais de uma vez aparecem expressões que vinculam certas características vistas como masculinas à personagem, algumas vezes proferidas pela própria. “Eu sou apenas Mme. Teixeira, uma criatura a que a necessidade acompanha e que não tolera a ociosidade. E desejava trabalhar, trabalhar como um rapaz trabalhador. E' possível?” (RIO, 1911, p.209). O narrador não se mostra surpreso com a procura de Mme. Teixeira por um emprego, nem de sua atitude “contida”, “sem requebros”, “sem excessos”, narra que: “Ha dez annos, o acto dessa senhora seria um acontecimento. Hoje — graças aos deuses ! — é natural entre as cousas naturaes” (RIO, 1911, p.209) e ainda, “E' propriamente a libertação definitiva do sexo. E de modo lento e engenhoso” (RIO, 1911, p.210).

A opinião do narrador é que o antigo preconceito que se tinha com a mulher trabalhar é por causa do “preconceito lusitano” que estava instalado no país, se refletirmos sobre um dos pensamentos da época de que a culpa do que era retrógrado no país seria de autoria da

Monarquia talvez possamos compreender melhor essa fala do narrador. Nesse outro trecho a seguir, o narrador descreve as possibilidades de trabalho que a República teria trazido para as mulheres.

A República (...) fez a carreira liberal das professoras publicas. Meninas que não contavam certo o casamento, famílias modestas sentiram o bem de dar instrução ás filhas garantindo -lhes o futuro. Esta carreira abriu horizontes. A primeira medica causou espanto. Os homens foram os que' mais a guerrearam no seu egoísmo de tudo querer. A primeira advogada foi chasqueada. A totalidade dos cérebros masculinos não pensa no outro sexo sem um desejo de humilhação sexual. Essas, porém, eram casos excepcionaes de aspiração grande. Havia também a necessidade, e a sinceridade envergonhada e que não tinha coragem de se ir propor aos patrões para trabalhar honradamente. (RIO, 1911, 211).

O narrador reflete ainda que a situação no país ainda não estava totalmente evoluída, mas evoluiria se continuasse no caminho de modernizar-se mais em que estava. Faz, então, um apanhado das figuras femininas que ele via na sociedade.

Qual a situação da mulher actualmente? Ha a mulher sociedade, mulher salão, bella, mundana influente. Não existia outr'óra. Hoje veste no Paquin, mantém um salão com recepções e five-oclock. E' em muitos casos, posto que não pareça, a associada do homem politico. Um director de jornal dizia-me outro dia de um ministro.  
— Este X está insuportável ! Mas eu dei a minha palavra de honra a Mme Z que o não atacaria.  
E era verdade. Ha em seguida a literata. (RIO, 1911, 212).

Todas referências de mulheres burguesa no meio público, trazem um reflexo das influências femininas nesse meio.

Depois de enumerar esses perfis, o narrador tece inúmeras críticas à mulher literata, disserta que elas deixam de ser mulheres, se vestem como homem (faz uma ressalva para algumas que mantêm sua “pura alma feminina” como a escritora Júlia Lopes de Almeida ou Mme. Faure) e tomam atitudes não coerentes com seu sexo. Como no seguinte trecho: “mas não de concordar intolerável uma matrona de casabeque e punhos, dizendo tolices no 5.º congresso scientifico, em vez de ficar em casa a remendar lucrativamente as piúgas do esposo... (RIO, 1911, p.214).

A crítica aí se dá ao fato da mulher fugir à sua feminilidade, às características que compunham a imagem de uma mulher, vestuário, hábitos etc. Interessante é, porém, contrapor o fato de o autor rechaçar a mulher que modifica sua imagem, se torna “mais masculina” com os trechos em que o próprio narrador descreve as qualidades de uma boa trabalhadora através de expressões que a dignificam por agir como homem. Como no trecho a seguir, “Mas ao lado de exibicionismo irritante e da vaidade activa, ha o labor continuo e modesto que as iguala ao homem” (RIO, 1911, p.215).

O trabalho dignifica os indivíduos em sociedade, para muitos discursos do período, o trabalho é associado, dessa forma, ao homem, provedor do lar. O narrador opina que as mulheres devem adquirir sua posição na sociedade sim, mas mediante o esforço, “como um homem, pelo esforço, pelo trabalho” (RIO, 1911, p.216).

Uma resistência muito grande se colocava à frente das mulheres na modernidade, ainda que seu espaço social tenha ido aumentando gradativamente.

Burguesas, ricas, consumistas ou não, sem dúvida, enfrentaram uma resistência bastante difícil diante de um mundo masculino, que afirmava cientificamente a incapacidade intelectual, física e moral das mulheres, dotadas de uma caixa craniana mais leve do que a masculina, ou de um formato de quadril especial para a maternidade, que dificultava o andar agilizado pelas ruas da cidade, como diziam os doutores franceses e ingleses desde o século anterior (RAGO, 2007, p.40).

Como as prostitutas e as *cocottes*, as burguesas sofreram com certos estigmas, à imagem de mulher fútil, adentravam as ruas, mas sua presença era relacionada à moda, às banalidades do dia-a-dia. Duas últimas crônicas merecem seu espaço nesse tópico, ambas sem título, na primeira, que se passa numa recepção alguns personagens debatem sobre a leitura de jornais e o fato de as mulheres não os lerem como eles, homens; na segunda o narrador conversa com um amigo arguindo que a responsabilidade do desejo cada vez maior de se socializar advém das mulheres.

Em crônica<sup>60</sup>, assinada pelo pseudônimo Joe e publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, RJ, em 15 de maio de 1910, alguns senhores iniciam um debate sobre as mulheres não lerem jornais todos os dias, lerem apenas as noticiais “mundanas” sociais e os romances. Mais uma vez a reiteração da ideia de que as mulheres burguesas são ligadas às futilidades apenas.

– E’ verdade. As senhoras não leem jornaes. Não lêem e fazem muito bem. Porque a leitura diaria dos jornaes, o habito da molestia, o vicio de ler jornaes imprime ás almas um ar transitorio e successivo – o ar de um dia depois do outro. E as mulheres devem conservar esse delicado feitio de bugigangas divinas e por consequencia eternas<sup>61 62</sup>.

E segue explicando:

– Devo explicar a minha lei. Digo: as senhoras não leem jornaes. Isto não quer dizer em primeiro logar que não leiam, em segundo que não tenham jornaes de modas e revistas mundanas, em terceiro que não leiam mesmo, de vez em quando nesses jornaes cousas que se prendem a eternidade.  
– Quaes?  
– Os grande crimes e os dramas de amor; as noticias que se referem a sua propria pessoa e os romances de folhetins...<sup>63</sup>

O personagem do barão de Belfort é quem enuncia essa teoria sobre as mulheres, a qual tenta provar para o amigo com quem conversa, pergunta as pessoas no salão da “primeira recepção da illustre dama Carolina de Gomensoro”, onde havia muitas damas, o que dizia nos jornais de hoje. As damas, não sabem dizer, mas se indignam com a imagem que os senhores têm sobre elas. O barão segue e pergunta para uma senhora, Mme. Gomensoro o que ela, francamente lê nos jornais e a senhora assim responde: “– Eu, caro amigo, confesso: leio a secção mundana, os annuncios de creado ás vezes e os romances.”. E é seguida pela resposta de outras senhoras: “– Tambem eu!”, “– Tambem eu!”<sup>64</sup>.

O narrador então enuncia, “ – Que lhe dizia eu? O espírito feminino ainda não apanhou a necessidade do jornal. Dizem que ellas são curiosas e até falladeiras, mas a

---

<sup>60</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 15 de maio de 1910, nº 135, p.5.

<sup>61</sup> Grifo nosso.

<sup>62</sup> Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 15 de maio de 1910, nº 135, p.5.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem.

novidade publica deixa-as inteiramente indiferentes.”<sup>65</sup>. Essa afirmação acaba por corroborar uma imagem de mulher mundana, uma alegoria da cidade, bonita, curiosa, mas não atenta às importâncias, integrante, mas não participante do meio público, apenas se interessa pelas fofocas diárias do privado.

Na outra crônica<sup>66</sup> – publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, RJ, em 07 de agosto de 1910 – que também acaba por reforçar essa imagem das mulheres burguesas, o narrador conversa com um amigo sobre o “o desejo de sociabilidade que ha agora no Rio. E’ quase excessivo. Os homens acanhados e timidos afinal aproximam-se e compreendem a sociabilidade depois dos negocios.”<sup>67</sup>. O narrador comenta que isso é uma obra feminina.

– Realidades. O homem faz as avenidas. E’ a mulher que as anima. O homem faz as casas. E’ a mulher que as torna habitaveis. Parecerá um crime não dar á obra feminina a importância que ella tem na nossa civilização, mesmo porque a mulher carioca tem as duas qualidades essenciaes: a ousadia e a sugestão. Ousam, adaptam-se e dominam. São as portadoras do luxo e do artificial; por consequencia as portadoras de tudo o quanto é bom e útil.<sup>68</sup>

Discorre que “quem sabe vestir, póde tudo” e daí a inteligência da mulher carioca que depois das parisienses são as mais bem vestidas e assim inteligentes. A inteligência feminina está, nesse discurso, vinculada ao vestuário.

### **3.4. Mulheres populares: composição dos perfis femininos sobre a imagem da mulher pobre**

As mulheres populares enquanto parte de um perfil da modernidade, estão relacionadas diretamente com a compreensão de pobreza, miséria e trabalho para os intelectuais e para os discursos da modernidade que aqui já foram discutidos. Se não trabalhassem eram vistas, muitas vezes, como miseráveis, nas crônicas, eram retratadas em

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Joe. Sem título. In...: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 07 de agosto de 1910, nº 219, p.5.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

alguns momentos como tristes, e “coitadas”, sem perspectiva, faziam parte do paradoxo da modernidade que criava luxos e misérias na mesma constante.

Julgadas a partir de uma moral burguesa, muitas vezes tinham poucas possibilidades de crescer financeira, mas em contraposição, a necessidade também as fazia muito pouco adaptáveis às características de uma mulher ideal.

Como era grande a participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil* (SOIHET, 1997a, p.367).

Sidney Chalhoub faz um questionamento em sua obra *Trabalho, lar e botequim*, onde se pergunta até que ponto os homens e mulheres das classes mais pobres “praticam relações de amor formadas pelos valores dominantes com que são continuamente bombardeados pelos veículos classistas de propagação e internalização de padrões comportamentais?” (CHALHOUB, 2012, p.171). Ao tratar das mulheres populares também devemos nos fazer essa pergunta, por que muitas vezes a imprensa e os discursos do período parecem tentar infringir julgamentos à essas mulheres a partir de uma moral que não se faz coerente com a realidade das experiências e vivências delas.

Como abordamos anteriormente, esses discursos moralizantes que estigmatizavam certas figuras de feminino poderiam ser compreendidos como uma forma de mecanismo de controle social no meio urbano, cresciam num momento em que a cidade fervilhava. E, como debate Chalhoub, muitas vezes os padrões de comportamentos vivenciados pelas classes populares diferentes daqueles propalados pelas classes dominantes, o autor compreende essa ideia a partir de seu estudo de processos crimes e encontra padrões de comportamentos amorosos distintos (CHALHOUB, 2012). Isso mostra certa ineficácia desse suposto controle social.

O julgamento efetuado por esse controle, porém, não deixou de pressionar as mulheres e homens das classes pobres, que sofriam com discriminações. A associação entre pobreza e “comportamentos perigosos” se fortalecia no momento em que certos comportamentos morais, de uma classe social mais rica, eram colocados como superiores enquanto os de outra classe, mais pobre eram vistos como desonestos, perigosos, amorais. Muitos desses comportamentos “perigosos” eram necessários as mulheres pobres, como questiona Martha Abreu Esteves,

Mas, como corresponder a uma expectativa de que a mulher honesta não devia vagar pelas ruas desacompanhada? Como mães de moças pobres poderiam acompanhá-las em suas atividades, em seus trabalhos? Como iriam vigiar seus ‘bons’ costumes? Como conseguiriam ter um ‘lar’ nas casas de cômodos consideradas promíscuas? É claro que mulheres pobres moravam em casas de cômodos, trabalhavam por vezes em lugares distantes. Costureiras, lavadeiras, domésticas, operárias, etc. tinham que se locomover sozinhas e também não dispensavam diversão ao ar livre, como as festas santas e o carnaval. A rua para elas não era mistério, ou um lugar proibido nas suas vivências (ESTEVEES, 1989, p.66).

A autora discorre ainda que se deve levar em consideração que nesse período o sistema capitalista estava em expansão e suas concepções de relações sociais são facilmente relacionadas com as concepções do discurso higienista, médicos e jurídicos no período (ESTEVEES, 1989). E afirma:

As mães/mulheres da elite diferenciavam-se pelas roupas higiênicas, pelo local de moradia, pela docilidade dos gestos, pelos hábitos sadios que passavam a seus filhos, através dos conselhos de especialistas em educação de crianças, pela vocação de serem mães e esposas, não abandonando seus filhos e maridos, pelo casamento oficial, por não trabalharem, pelas saídas para determinados lugares(...) (ESTEVEES, 1989, p.74).

As mulheres pobres, porém, não consumiam e nem interpretavam, como já afirmamos anteriormente, esses códigos morais “ideais” da mesma maneira que eles eram compreendidos pelo discurso das camadas mais altas da sociedade. Valores como casamento, moral, virgindade, fidelidade poderiam ser levados até as mulheres populares, porém a forma como elas iriam interpretá-los podia ser diferente. Autores como Sidney Chalhoub, Martha Abreu Esteves, Rachel Soihet e tantos outros apontam em suas obras como as mulheres mais pobres

vivenciavam diferenciadamente esses preceitos morais, tinham relações sexuais antes do casamento, tantas não se casavam, apenas “amasiavam-se” com seus companheiros, trocavam de amásio por inúmeros motivos, andavam nas ruas sozinhas, participavam de modos de lazer – como o carnaval – repreendidos pelo discurso higienista, jurídicos e burguês.

Seus modos de viver eram distintos, o contingente de mulheres entre as classes populares que trabalhavam assalariadas ou em trabalhos informais – muitas vezes vinculados a tarefas domésticas – era muito grande. Além disso, com a urbanização e o desenvolvimento industrial, a entrada delas em novos ambientes de trabalho cresceu cada vez mais.

Na prática, novas profissões abrem-se para ela, maiores possibilidades de acesso à educação pública e privada, a despeito dos inúmeros obstáculos opostos. De operárias a enfermeiras, médicas, advogadas, as mulheres passam a ser *virtualmente* percebidas como possíveis concorrentes dos homens. Passam a ser representadas como seres específicos, particulares, com necessidades próprias diferentes das masculinas (RAGO, 2008, p.58).<sup>69</sup>

Espaços de aprendizado de tarefas e trabalhos foram criados, escolas normais formando profissionais da educação, e cursos profissionalizantes mesmo na área de serviços domésticos. Em crônica sem título<sup>70</sup> João do Rio fala sobre a “Associação da mulher brasileira” que fundada por uma senhora de classe alta foi pensada para auxiliar com cursos e oficinas mulheres pobres em busca de trabalho.

Ha mulheres pobres e honradas? Ha mães de familia necessitando de ajudar as despesas do lar? Há meninas senhoras de officios domesticos que querem trabalhar? O numero é grande, sempre a aumentar? Contra esse trabalho, como especifico a esse trabalho – há o impedimento para muitas de ir ás officinas, o natural retraimento dos negociantes em crise, a reduçção do trabalho nos *ateliers*, que precisam vender caro e diminuir o salario das operarias?<sup>71</sup>

E ainda,

---

<sup>69</sup> Para saber mais sobre a questão das operárias como concorrentes no mercado de trabalho com os homens – principalmente no setor têxtil – no período ver: FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 3. ed. São Paulo, DIFEL, 1983; ADDOR, Carlos. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In.: ADDOR, C. A.; DEMINICIS, Rafael. *Historia do Anarquismo no Brasil*, (volume 2), Achiamé, RJ, 2009.

<sup>70</sup> José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 15 de setembro de 1916, nº 11666, p.2.

<sup>71</sup> Idem.

A Associação da Mulher Brasileira foi pensada por uma senhora, cujo espírito emana de uma rara sensibilidade. (...) As que soffrem, as que procuram trabalho sem o encontrar, as creaturas necessitadas, modestas e honradas deste mundo (em que ainda ha tantos corações capazes de soffrer para não se humilhar) lá irão ter.<sup>72</sup>

Assim narra João do Rio falando da associação, é interessante destacar o uso de termos como “pobres e honradas” juntos, novamente a visão da honra vinda através do trabalho, de preferência o formal. Podemos entender ainda, que isso seria uma tentativa de dissociar essas mulheres pobres, honradas, trabalhadoras, das mulheres pobres que acabavam por ir para o caminho do meretrício, a imagem da prostituta aparece como um “perigo” constante. Em outra crônica<sup>73</sup>, também sem título, que também tem como assunto a Associação da Mulher Brasileira, João do Rio enumera algumas das oficinas que são dadas: “A escola tem aulas-officinas de coteleiras, de modistas, de costureiras, de floristas, e os exemplos de progresso são extraordinarios”<sup>74</sup>. Em outro momento relata sobre a conversa de algumas pessoas que participam de jantares feitos por escolas profissionalizantes,

Assim, sentados á mesa, estão todos a louvar esse ensinamento da perfeita dona de casa, e ha naturalmente phrases que calham bem.

- A perfeita harmonia do lar depende tanto de uma boa dona de casa!
- Mesmo que não seja preciso fazer é preciso saber dirigir os criados.
- Uma profissão pratica é a meia libertação da Mulher. Etc.<sup>75</sup>

O trabalho é visto aqui como uma libertação para a mulher, e as tarefas ensinadas nesses locais são tanto para promover possibilidade para mulheres mais pobres, quanto para ensinar os costumes do lar. Muito provavelmente esses locais eram regidos pela lógica burguesa que via a mulher enquanto “senhora do lar”, portanto agindo de certa maneira a manter a honra da dona de casa pobre, das moças jovens mais pobres. O narrador ainda afirma, “Moças que compreendam que a dignidade está em saber a sua profissão e estudem

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 15 de setembro de 1916, nº 11670, p.2.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

uma profissão insultada pelos amadores, com amor e alegria – era, porém, espantoso de mais”<sup>76</sup>.

Mas as relações das mulheres pobres com o trabalho vão muito além, a presença de mulheres nas ruas fazendo trabalhos informais é bem marcante, além disso ainda temos o meio artístico e o meretrício que cresciam como mercado na cidade moderna e tinham espaço para essas mulheres também.

Sobre as artistas temos a crônica “A reforma das coristas” (2009), já citada em tópico anterior nesse trabalho, nela João do Rio escreve sobre uma reflexão do narrador sobre as coristas. O narrador discorre como o posto de coristas era algo desvalorizado e normalmente dado “às infelizes”, as coristas não tinham grandes participações nos espetáculos, eram, nas palavras do narrador “o canhão da bucha, enquanto a estrela mudava de roupa e o ator principal punha outro colarinho. E não havia quem quisesse ser corista. Algumas tinham 20 anos de trabalho efetivo, talvez mais” (RIO, 2009, p.118).

Eram damas ou muito gordas ou muito magras, lamentavelmente sem graça. Quando aparecia uma criatura mais moça, ou não demorava, ou morria ou era logo artista empurrada pelos cômicos, jungida às ligações violentas. E era uma tristeza ver mulheres velhas com famílias numerosas, o ventre enorme, o corpo numa elefantíase de linhas, cambando os sapatos e sujando as gazes, clamarem nos revistões cariocas: “nós somos as ninfas”, ou outra qualquer afirmação ainda mais escandalosa, para ganhar cinco mil réis... Era angustioso (RIO, 2009, p118).

A reforma de que o narrador fala se refere ao fato de que essa situação das coristas começa a mudar, como dissemos durante a modernidade em expansão a cidade expande as formas de lazer, e trabalhos como os de corista que fazem parte dessa indústria em ascensão começam a ser mais visados. Moças jovens, como algumas personagens das crônicas de João do Rio, que as retrata como “encantadas pelos vícios da modernidade”, moças como a jovem de ainda 14 anos que aparece em “A reforma das coristas” querendo ser corista, e que sofre com a tentativa de apreensão por parte da polícia. A jovem que diferentemente das descrições

---

<sup>76</sup> Idem.

das mulheres velhas, mães, mais gordas, que compõe o conjunto das coristas inicial, contém em sua descrição apelos de sensualidade: “uma boca sangrenta, uma boca que parecia um fruto” (RIO, 2009, p.119). Na mesma descrição temos a imagem dessa que ainda, “menina” como narra o próprio autor, “de vestido curto, mal ajambrada, ainda pouco mulher, ainda pouco limpa” (RIO, 2009, p.119).

Como argumentamos anteriormente, a mulher popular também estava relacionada com os “vícios” da modernidade, em variados trechos de crônicas João do Rio aponta sobre uma relação entre uma moral degenerada e pobreza, são mulheres que normalmente acabavam ou por se “encantarem” ou não tendo outra escolha enveredarem pelas possibilidades do meretrício.

Um ponto importante é considerar que essas jovens tinham mais autonomia – ou buscavam ter – do que por vezes era demonstrado na imprensa inclusive nas crônicas de nosso autor-fonte. Tantas vezes vistas como “coitadas”, “sem escolha”, consequência de uma pobreza extrema, porém, em outros momentos, em descrições de jovens “guiadas” pelo “desejo do vício”, podemos ver uma busca por liberdade, do corpo, das “regras morais”. Como a jovem moça da crônica em questão que se mostra não apenas decidida a querer participar, como se mostra contrária ao seu marido que quer levá-la para casa.

- Que tem com isso? indagou ele. Venho buscar minha mulher.
  - Quem é sua mulher?
  - Sou eu, chorou a pequena. Sou eu, mas estou separada há seis meses dele, porque mamã disse que homem sem trabalho não é marido. Eu casei, não foi por gostar; foi porque o delegado obrigou. Burro!
  - Desavergonhada!
  - Mas que é isto? Você, menina, que idade tem?
  - Quatorze, sim senhor, mas já sou maior e separada; e não vou, não vou, porque quero representar e ganhar a minha vida.
- Deu uma rabanada e partiu para o palco, num bamboleio feroz de todo o corpo, enquanto o marido batia o pé, danado (RIO, 2009, p.119).

Nesse trecho vemos a força da personagem, que não era submissa ao marido, e contrariava, de certa maneira, a instituição do casamento, por ter sido obrigada a casar-se e não por tê-lo feito por vontade.

Além disso, entrevemos nesse trecho, ainda, a questão da importância do trabalho para a figura masculina, era sua “função social” de acordo com certos discursos, portanto, não trabalhar e não conseguir manter financeiramente a família era, também, uma desvalorização da sua figura. No artigo “Mulheres ousadas e Apaixonadas – Uma investigação em Processos Criminais Cariocas (1890 – 1930)”, onde discorre sobre processos crimes e crimes cometidos por mulheres, Rachel Soihet observa: “Observa-se, assim, que a infidelidade masculina constitui objeto de tolerância, desde que o homem assegure seu papel fundamental na família, que é o de provedor.”. (SOIHET, *Mulheres ousadas e Apaixonadas*, 1989, p.204). Isso mostra que de certa maneira certos preceitos do discurso burguês acerca dos papéis sociais e dos comportamentos morais coerentes com cada “papel” entravam nas classes populares, sendo interpretados de maneiras diversas.

Como outras mulheres das classes populares a jovem tinha expectativas e possibilidades de trabalho que poderiam lhe permitir viver sem depender de seu marido. A insubmissão de mulheres de classes populares nos leva ainda a outro ponto, o problema dos crimes passionais contra mulheres. Na crônica “Crimes de amor” que faz parte da coletânea *A alma encantadora das ruas* (2007), o narrador visita uma galeria de detentos, onde encontra com Salvador Firmino, um homem de sessenta e três anos que se encontra preso por matar a amásia. Encontra ainda mais outro, que também matou a esposa. Ambos por motivos ligados ao ciúme e à honra.

O personagem de Salvador Firmino se põe a lembrar-se do passado:

– Quando encontrei Silvéria, era casado e feliz. Abandonei a mulher, só para viver com ela. Silvéria tinha dois filhos. Eduquei-os eu, dei-lhes o sustento, o ensino. Uma casa que consegui comprar logo passei para o seu nome, e de tudo eu me lembrava que a tornasse feliz. Silvéria tinha quarenta anos e eu gostava dela. Foi quando apareceu o outro. A mulher ficou com a cabeça virada, já não lhe bastava o carinho. Saía só, para passear com ele, não se importava com o passado, não me falava. O desaforo chegou a ponto de o outro vir trazê-la até à porta de casa. Às vezes, eu os via de longe e entrava no mato para os não encontrar. Que dor! Eu tinha tanto medo de acabar... Uma noite, ela saiu, esteve na festa de Nossa Senhora e voltou acompanhada até à porta pelo outro. Eu bem os vira, mas fingi não saber de

nada quando entrei em casa. Silvéria conversava com a vizinha e dizia: “Mas se eu já lhe disse que podia vir...” Não pude comer a sopa; fui logo deitar-me. (...)” (RIO, 2007, p.178).

Muitas pontuações podem ser feitas a partir desse trecho, o fato dele largar um casamento para ficar com ela e ter sido um homem “exemplar” com Silvéria, não deixando de ocupar a sua “função” de mantenedor do lar. A indignação com que fala do comportamento de Silvéria, e o fato de seu comportamento – mal visto pelos discursos burguês, jurídicos acerca de seu papel enquanto mulher – ferir a honra do companheiro.

Firmino, em uma noite, desconfia dos latidos dos cães pensando que se tratava da presença de Herculano, o homem que andava com Silvéria, chegando em sua casa, e vai de arma na mão até o quintal olhar. Não tem ninguém lá fora e Silvéria chora e se indigna afirmando que ele não confiava nela, fica então com raiva e diz ao amásio que vai sair de casa.

Pela madrugada, já os galos tinham cantado e o luar estava desmaiado, ouvi que abriam a porta. Ergui-me, corri. Ela ia pela estrada, com a trouxa da roupa, ia sem se despedir de mim, que lhe dera tudo, ia embora... Deitei a gritar: “Silvéria! Silvéria!” “Basta de conversa fiada...” Eu então senti um desespero que me sacudia os nervos e não pude mais... (RIO, 2007, p.179).

Ele então, a mata. Silvéria não fora submissa, teve a autonomia de querer trocar de amásio quando quis, e sofreu um ataque por isso. A frase de Sidney Chalhoub sobre um processo criminal parecido em que um homem mata a amásia cabe aqui para inferir sobre o caso da crônica: “seu ato de violência resultou diretamente de sua incapacidade de exercer um poder irrestrito sobre a companheira” (CHALHOUB, 2002, p. 215). Chalhoub argumenta que a “defesa da honra” se reflete nessa forma violenta de ação por transformar a impotência em uma demonstração violenta de poder e dominação (CHALHOUB, 2012). Esse tipo de ação era comum, muitos homens atacavam as mulheres por ciúme, ou por terem se sentido atacados à sua “honra”, ou mesmo como uma resposta violenta contrária a alguma atitude da

mulher. Como na crônica seguinte, “A virgem cega”<sup>77</sup>, onde o narrador conta que em uma visita a uma clínica médica encontrou lá a figura de Maria das Dores que havia levado quatro tiros de um antigo noivo. Assim a descreve o narrador:

Maria das Dores é a victima do drama da rua da Quitanda. Era virgem, comportada. Trabalhava como operaria para viver e sustentar a mãe louca. Bonita, airosa – uns lindos cabellos castanhos, dois olhos azues, o donaire juvenil, um pouco hespanhol da raça. Um cidadão do commercio, de grandes bigodes e muito mais idoso que ella, namorava-a para casar, havia quatro annos, cercando-a de um ciúme de fera. Ella desmanchou o casamento, não podendo mais supportal-o. O homem encontrou-a numa porta. Deu-lhe tres tiros. Ella caiu. Elle ainda desfechou mais um contra o rosto da pobrezinha. E como o Destino é Senhor, a ultima bala do revólver, que reservara para rebentar a mioleira degenarada – fálhou. Elle foi vivo e são para cadeia, quando nunca devia ter saído de uma jaula. Ella seguiu em sangue para o hospital.<sup>78</sup>

A personagem é retratada como uma trabalhadora, e possivelmente o fato de ser virgem a torna moralmente mais honrada do que a personagem Silvéria, por exemplo. Mas, como Silvéria, sofreu ao se mostrar insubmissa ao companheiro. A própria personagem se manifesta contrária a possessividade do ex noivo.

– Eu não queria casar. Elle tinha muitos ciúmes. prohibia-me de tudo, sem direito. Até uma fita no pescoço era motivo de zanga. Então eu desisti, com bons modos. Tanto que falavamos. Elle veio ao corredor. E fez isso. Sem motivo, oh! sem motivo.<sup>79</sup>

O narrador fica condoído das dificuldades da moça que era trabalhadora e tinha “as mãos, as suas mãos dignas de trabalho, mãos grandes, movem-se cor de âmbar, apertando o lenço, mostrando as deformações do labor.”<sup>80</sup>. E narra ainda que ela seguia no hospital, resignada.

Crimes contra mulheres<sup>81</sup> por motivos de ciúme, insubmissão, foram muitos, narrativas como as dessas crônicas apareciam com frequência entre os processos criminais da

---

<sup>77</sup> Joe. “A virgem cega”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 23 de abril de 1916, nº 11521, p.1.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Sobre o assunto o cronista Lima Barreto escreveu mais de uma crônica sobre o assunto, mas uma em especial merece destaque, “Não as matem”, segue trecho da crônica: “Todas as considerações que se possam fazer,

época. Processos como os que Rachel Soihet em “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, “Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas” e em outros textos utiliza e disserta sobre. Temos ainda Sidney Chalhoub, que em *Trabalho, lar e botequim* ao utilizar processos criminais para estudar a vida dos trabalhadores pobres do período se depara com aspectos da vivência desses trabalhadores e trabalhadoras que demonstram uma força feminina nas relações amorosas, sendo muito distante do perfil de mulher submissa. Muitas escolheram a independência financeira em detrimento de uma vida com um amásio, muitas sofreram crimes contra seu corpo por buscarem liberdade financeira, ou por trocarem um companheiro por outro.

Para além, é necessário dizer, muitas mulheres eram compreendidas como sendo seres menos violentos, crimes passionais eram atribuídos geralmente como parte da característica mais “viril” do ser homem, porém esses mesmos autores nos trazem uma visão diferente disso. Mulheres também foram agentes de crimes passionais, mataram, machucaram ou feriram o amásio, por honra, por abandono, por terem sido trocadas por outra mulher.

A diferença é que para a justiça mais facilmente saía ileso um homem que tivesse atacado contra uma mulher, do que uma mulher que houvesse atacado um homem. Como dissemos, o discurso do judiciário levava em consideração muitos aspectos do comportamento da mulher em processos, se andava sozinha, se era casada, se era virgem etc. Soihet afirma que os papéis feminino e masculino são levados em consideração pelo tribunal.

os elementos envolvidos serão julgados muito mais pela adequação de seu comportamento às regras de conduta moral, consideradas legítimas, do que propriamente pelo ato criminoso em si. Nesse sentido, o modelo ideal de mulher que aparece nos autos é o de mãe, ser dócil e submisso cujo principal índice de moralidade é a sua fidelidade e dedicação ao marido. O homem se define pela sua dedicação ao trabalho, pois sua obrigação fundamental é

---

tendentes a convencer os homens de que eles não têm sobre as mulheres domínio outro que não aquele que venha da afeição, não devem ser desprezadas. Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação. (...)Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!?”

Fonte:<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/naoasmatem.htm>

prover a subsistência da família (SOIHET, 1989, Mulheres ousadas e Apaixonadas, p.202).

Porém, como afirma Soihet, apesar de não serem beneficiadas da mesma maneira que os homens, não apenas no meio social, mas no jurídico também, muitas mulheres expressaram suas raivas e frustrações através da violência. No que observa ainda a autora as mulheres populares manifestaram “comportamentos distintos daqueles que lhes eram atribuídos, revelando variadas formas de resistência à incorporação dos padrões que se lhes pretendiam impingir, em que pese o ônus daí decorrente” (SOIHET, 1989, Mulheres ousadas e Apaixonadas, p.203).

As mulheres das classes mais pobres tinham possibilidade de ter independência financeira, Chalhoub insere esse como um fator determinante para as relações amorosas nas classes populares.

Três fatos fundamentais da vida dessas pessoas pareciam determinar mais fortemente o seu ato de amar: primeiro, havia a necessidade da existência de fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos, o que levava a uma maior probabilidade de interferência de outros indivíduos nos problemas de relacionamento do casal; segundo, a mulher pobre tendia a exercer atividades remuneradas que lhe possibilitavam certa independência em relação ao homem; terceiro, o grande desequilíbrio numérico entre os sexos – com a existência de uma número bem menor de mulheres – tornava o ato de amar bastante competitivo para os homens, ao mesmo tempo que ampliava as possibilidades da mulher de escolher seletivamente seu companheiro (CHALHOUB, 2012, p.211).

O trabalho era uma necessidade e uma possibilidade de melhoria de vida para as mulheres populares, a diversidade dos trabalhos executados por essas mulheres englobava desde trabalhos formais e domésticos ao informal. Chalhoub ressalta ainda que a maior parte das mulheres que trabalhavam se empregavam em serviços domésticos: “Apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres (...)” (CHALHOUB, 2012, p.203).

A necessidade muitas vezes levava também a busca por outras formas de ganhar o sustento, os trabalhos informais são exemplos disso. Entre as crônicas encontramos alguns exemplos de serviços prestados por mulheres mais pobres, opções que envolviam, por vezes, a mendicância e ainda a cartomancia e o espiritismo.

Em “Mulheres espíritas”<sup>82</sup> João do Rio narra sobre a visita às casas de espiritismo e das cartomantes do Rio de Janeiro, um dos visitantes fala que muitas dessas mulheres utilizavam de artifícios para enganarem pessoas e que outras, mais famosas conseguiam adivinhar coisas que causavam furor na população. O julgamento do personagem acima possivelmente tem a ver com o fato de não ser, esse tipo de serviço, considerado um trabalho oficial.

Só cartomantes que me fallavam de spiritas e tinham casa, eu contei cento e vinte e sete. Havia somnambulas, havia videntes, havia curandeiras, havias as de dar fortuna, com receita exacta do espírito de Creso; havia as que lutavam contra o diabo. Todas essas mulheres viviam exclusivamente da credulidade de uma cidade capaz de ter gente bastante idiota para consultar. E, se encontrava, em prédios communs, mulheres dizendo sandices em frente de um baralho, se assistia a outras se torcerem, com palhaçadas, sob influencia do Anjo Gabriel, vindo do Além especialmente para dizer coisas sem nexo, encontrei tambem spiritas encarregadas de fazer abortar em casinhas perto da estrada de ferro (...).<sup>83</sup>

Muitas eram estrangeiras. Algumas tinham melhor condição financeira, viviam melhor, com mais luxo, outras – a maioria – vivia na pobreza atendendo e ganhando pouco. Entre as cartomantes personagens dessa crônica encontramos a figura de Manoela, que atendia em um cômodo “horrrível e quente, forrado de imagens religiosas. Como mobilia, um oratorio sobre a mesa de pinho, coberta de jornaes recortados, um lampeão de kerozene, cadeiras, um velho sofá. Abancando no antro, umas vinte pessoas, entre as quaes a esposa de um empregado da policia.”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> João do Rio. “Mulheres espíritas”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 18 de janeiro de 1908, nº 18, p.1.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem.

Depois de visitar tantas casas de pensão, o narrador, cansado das andanças para conhecer as médiuns da cidade, diz ao amigo que o guia que pretende ir embora, o guia assim responde:

- Mas ainda não viste todas, ainda não viste as spiritas ambulantes!...
- Como assim?
- Sim, filho; ha, pelo menos, uma centena delas: spiritas rezadeiras e receitistas, que andam pelas ruas e vão a chamados em casas de família; spiritas que dão opinião depois das conferencias medicas, spiritas fantásticas. Conheço a Jesuína, que tem uma reza dada por Ezequiel; a Carlinda, que faz um cestinho onde ha sempre arruda e agua benta; a Olegaria, respeitadissima, cujos chamados são sem conta; a Euphrosina dos Santos, que já deu volta (diz ella) a um paralytico, evocando o espirito de Carlos Magno; e até uma bahiana, a D. Anninha, que faz rezas, excommunga, traz os espiritos á discussão e se diz parenta de um eminente senador da Republica...<sup>85</sup>

Serviços de ambulantes eram muito comuns, inclusive para as cartomantes e médiuns. A rua é muito presente na vida das mulheres populares, em “As mulheres mendigas” – faz parte da coletânea *A alma encantadora das ruas* – crônica já abordada anteriormente nesse trabalho, também vemos a presença de mulheres nas ruas, buscando seu sustento através da informalidade, pedindo esmolas, trabalhando para *caftens* etc.

O que nos interessa aqui ressaltar, nesse momento, é a questão da sociabilidade dessas mulheres, elas conheciam a cidade e em mais de um trecho o autor traz descrições que ilustram isso: “A lista dessas senhoras é interminável, e há entre elas, negócios à parte, uma interessante sociabilidade. Cada uma tem o seu bairro a explorar, sua igreja, o seu ponto livre de incômodos e imprevistos” (RIO, 2007, p.163); “percorrem os estabelecimentos comerciais, ou lugares de agitação; sobem às redações dos jornais, forçando a esmola, agarrando, implorando” (RIO, 2007, p.164); “Vivem nas praças, no Campo da Aclamação; dormem nos morros, nos subúrbios, passam à beira dos quiosques, na Saúde, em S. Diogo, nos grandes centro de multidões baixas (...)” (RIO, 2007, p.166).

---

<sup>85</sup> Idem.

O ambiente de trabalho de muitas mulheres populares era a rua e o ambiente doméstico, elas tinham uma liberdade de locomoção pela cidade, faziam pequenos serviços, tarefas domésticas que além de exercerem dentro de seu lar ainda produziam para fora. Eram serviços aparentemente pouco valorizados, mas que auxiliavam muito na economia familiar e muitas vezes propiciavam a independência financeira dessas mulheres, além disso, suas atividades auxiliavam na construção da rede de sociabilidade entre as famílias quando viviam em moradias como cortiços e casas de pensão.

No trecho a seguir Soihet discorre sobre esse tópico, relacionando com as condições do ambiente de trabalho de muitas mulheres populares, o lar:

As mulheres sofreram o maior ônus, já que exerciam seus afazeres na própria moradia, agora mais cara e com cômodos reduzidos. Aí exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem. Nessas moradias desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares (SOIHET, 1997a, p.365).

Nas descrições de João do Rio também vemos a mulher com importante participação na vida social e comercial, no relato de sua visita a um dos botequins em “Os livres acampamentos da miséria” o narrador fala que a voz do dono do estabelecimento era “dominada por uma voz de mulher, uma preta que de dentro, ao ver quem pagava, exigiu logo seiscentos réis pela garrafa” (RIO, 1911, p.146). A participação ativa das mulheres no eixo econômico-comercial daquelas famílias é retratada também ao falar dos que “descem a cidade” para trabalharem, venderem etc. “As mulheres, de certo também, descem a apanhar fitas nas casas de moveis, amostras de café na praça, — « troços por ahi »” (RIO, 1911, p.149). O universo de trabalho feminino por vezes é destacado nas crônicas de João do Rio que relatam, morros, a vida operária e as camadas populares. São as quituteiras, operárias, prostitutas e outras tantas trabalhadoras que por vezes sustentavam a família. (ROCHA, 1995).

As estratégias de sobrevivência empregadas por essas mulheres auxiliavam na vida familiar, e faziam parte importante das redes de sociabilidade das famílias populares. Sidney Chalhoub no segundo capítulo de *Trabalho, lar e botequim* analisa as relações amorosas das classes populares, ressalta, ainda, que a questão da moradia era difícil para essas famílias e é algo que influencia muito nas relações amorosas, o que faz com que por vezes, por exemplo, mais de uma família ou casal tenham que dividir uma mesma habitação. Ou seja, o privado não é vivenciado da mesma maneira que para as classes burguesas. Chalhoub descreve a necessidade de “deveres da reciprocidade” que seriam os pequenos favores que uma família presta a outra, muitas vezes esses favores eram feitos pelas mulheres, como cozinhar ou lavar para si e para outro grupo familiar. As mulheres eram imprescindíveis para a sociabilidade e a rede familiar nas camadas populares.

Novamente, ressaltamos nossa compreensão de que o trabalho faz parte da identidade social das mulheres pobres. Soihet argumenta, por exemplo, que a autonomia das mulheres populares é um fato,

Vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisam continuamente suas fontes de subsistência. Tinham, porém, naquele momento, maior possibilidade do que os homens de venderem seus serviços: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados (SOIHET, 1997a, p.379).

Além disso, como também argumenta Soihet, o fato de as mulheres populares terem a rua como seu espaço de vivência; de serem imprescindíveis para à economia familiar; de conseguirem, por diversas vezes, conquistar certa independência financeira, contribuía “para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar “mais solto”, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões” (SOIHET, 1997a, p.367). A autora afirma ainda que “as condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da

luta pela sobrevivência, contribuíram para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito” (SOIHET, 1997a, p. 377). O que não quer dizer que não sofressem com os preceitos morais que se tentava inculcar a elas.

As ideias de comportamento ideal feminino, vindas nos discursos da classe dominante, conseguiam penetrar na vivência das mulheres das classes mais pobres, mesmo que reinterpretadas. A ideia do casamento, por exemplo, surge nessas classes como valor moral, e não com a mesma força que era para os discursos das classes dominantes, assim argumenta Soihet,

No Rio de Janeiro, apesar de a grande maioria das mulheres da classe trabalhadora não contrair o casamento formal, ele se afigurava como um valor. É o que se depreende das declarações de mulheres que criticavam outras a assumirem determinados comportamentos, como proferir palavras de baixo calão ou por ser “rixosa”. Ao comentar sobre elas, acrescentavam a observação de que assim agiam “apesar de serem casadas”. A condição de “casada” por si só pressupunha um comportamento irrepreensível da mulher. Isso parece denotar a influência da cultura dominante sobre as camadas populares (SOIHET, 1997a, p.368).

A autonomia feminina também era muito repreendida pelas autoridades, juristas e ainda, por seus companheiros, respaldando-se na ciência da época, no discurso higienista. O comportamento das mulheres pobres era visto como errado, se comparado ao ideal moral de mulher burguesa. Nas palavras de Maria Clementina da Cunha: “Assim, o universo das mulheres honestas estava novamente restrito às mães ou moças de família, diferenciadas daquelas mulheres cuja pobreza, aos olhos dos homens da lei, praticamente as indiferenciava do universo da prostituição e do vício” (CUNHA, 1998, p.21).

Mais uma vez o risco da comparação com o mundo da prostituição, dos “vícios da modernidade”.

As operárias de “Mariposas de luxo” são de “miséria limpa e escovada”, mas ainda assim, para o narrador, correm o risco da prostituição, o consumo do moderno as inebria, elas

tem poucas perspectivas de crescer, e o narrador trata na crônica a chance da perdição, como a “mais fácil das hipóteses”.

Elas coitadinhas! passam todos os dias a essa hora indecisa, parecem sempre pássaros assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a vida cruel? Trabalho, trabalho; a perdição, que é a mais fácil das hipóteses; a tuberculose ou o alquebramento numa ninhada de filhos (RIO, 2007, p.138).

A crônica é escrita mais no início da carreira de João do Rio, e ressalta sua influência decadentista que vê os paradoxos da modernidade e os pensa fascinantes, seu trato com mulheres como as personagens dessa crônica vem cheio de pena pela sua realidade, diferentemente de algumas crônicas que trazem mulheres burguesas, frígidas, as operárias são delicadas e tristes.

Ainda, é interessante refletir, dialogando com outras crônicas de João do Rio, como o autor demonstra que a classe operária, pobre, consegue enxergar a outra cidade, mas a classe abastada carioca não olha, não atenta, a outras classes mais pobres ao seu redor. Poderíamos ir além e assimilar isso à questão da cidade que se modernizava, modernidade esta baseada em uma leitura da cidade que priorizava a satisfação das classes mais abastadas. “Ninguém as conhece, ninguém nelas repara, a não ser um ou outro caixeiro em mal de amor ou algum pícaro sacerdote de conquistas.” (RIO, 2007, p.138).

Além disso, na narrativa, João do Rio traz o fato de as “mariposas” serem limpas, de procurarem ser limpas, talvez o “brio” do qual ele trata tenha relação com a visão higiênica da mulher, o que demonstraria certa assimilação por parte das personagens dos discursos burguês, jurídicos e científicos da época acerca da imagem da mulher.

Para finalizar esse subcapítulo queremos ressaltar a importância das mulheres populares e de suas formas de vivência para a sua liberdade como mulheres. Como no exemplo que Maria Clementina da Cunha dá, comparando Eunice com Chiquinha Gonzaga, a primeira uma mulher burguesa que havia sido internada no hospício Juquery por demonstrar

não querer se casar e ter buscado sua independência financeira atitudes que foram mal vistas pelo pai e irmão; a segunda, mulata, mestiça, separada, participava da vida boêmia na cidade do Rio de Janeiro.

no mesmo momento em que Eunice purgava suas culpas no Juquery, uma mulher compositora, pianista e maestrina fazia enorme sucesso nas rodas boêmias da capital federal. Seu nome era Chiquinha Gonzaga: separou-se do marido por sua própria iniciativa, teve outros amores livremente, sustentou os filhos com seu trabalho - no qual, como Eunice, varava madrugadas -, compondo canções para o teatro de revistas e grupos carnavalescos ou destinadas às sensuais danças de salão do maxixe e do corta-jaca. Mas Chiquinha era uma mulher mestiça, oriunda de uma família que estava longe de pertencer ao topo da hierarquia social. No caso de Eunice, a lógica era outra, com outros parâmetros de (CUNHA, 1998, p.12).

As duas mulheres comparadas no trecho anterior mostram uma liberdade maior para Chiquinha Gonzaga<sup>86</sup>, possivelmente, como afirma a autora, das mulheres populares se esperava que “fugissem” ao comportamento moral idealizado de mulher, seu papel era distinto do da mulher burguesa, como dissemos anteriormente, os discursos burgueses serviam, também, como demarcador de fronteiras sociais. As mulheres pobres, trabalhadoras, imprescindíveis para as redes de sociabilidade de suas famílias, aquelas que andavam sozinhas nas ruas desde antes da modernização, as que sofriam violência por parte de seus parceiros e também de diversos outros homens, mas que respondiam também com violência algumas vezes, que amavam mais livremente, à elas não pode ser negado a importância de sua força.

Sidney Chalhoub contesta o termo utilizado por João do Rio, “mulheres de gandaia”<sup>87</sup> ao se referir às mulheres pobres, uma possível referência do cronista à moral “diferenciada” das mulheres pobres, ao fato de participarem de festas populares como o carnaval, ao fato também de falarem de forma mais “vulgar”, ao amarem mais livremente.

---

<sup>86</sup>. Outro exemplo feminino de construção de autonomia financeira no mundo artístico é Tia Ciata, Hilária Batista de Almeida (1854-1924), eternizada pelo apelido de Tia Ciata, baiana, pobre, veio para o Rio de Janeiro trabalhar e acabou sendo uma das figuras mais influentes para o surgimento do samba carioca. Para saber mais ver: MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. FUNARTE, 1983.

<sup>87</sup> João do Rio utiliza esse termo na crônica “Os livres acampamentos da miséria” publicada na coletânea *Vida Vertiginosa* (1911). Trecho: “A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. Por causa delas tem havido dramas” (RIO, 1911, p.148).

as mulheres em questão exigiam de seus companheiros relações amorosas em que assumissem uma posição mais igual e participante, e estavam em condições de romper ou pressionar pela mudança de rumo de relações que não as satisfizessem. Essas mulheres, portanto, não eram obviamente ‘da gandaia’, como queria João do Rio, e sim pareciam estar não muito acomodadas ao jugo de seus homens. Apesar disso, continuavam fortemente acorrentadas ao jugo de outra classe, de outros homens que não eram os seus (CHALHOUB, 2012, p.238-239).

Mas adiante, na mesma crônica em que João do Rio utiliza esse termo, “mulheres da gandaia” – crônica “Os livres acampamentos da miséria” – o narrador que está descrevendo suas impressões colhidas em sua visita ao morro de Santo Antonio, relata ainda que “mas também ha casas de familias, com meninas decentes”. Decerto está se referindo a moças que moram na casa dos pais ainda, ou trabalham em serviços mais “enobrecedores da alma” como o serviço operário, ou ainda são casadas e não apenas amasiadas, etc. Não fica claro na crônica a finalidade do uso dessas duas “categorias” as “mulheres de gandaia” e as “de família”, porém podemos inferir que certos preceitos morais burgueses estejam presentes na construção dessa diferenciação.

Como no que trata o historiador E. P. Thompson, em sua obra *Costumes em comum*, da questão da venda de esposas na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, a forma como a venda de esposas era retratada pela mídia e pelo discurso oficial era carregada de julgamentos sobre o ritual ser uma atrocidade, uma característica da degeneração dos grupos que o praticavam. Assim também pela mídia e pela sociedade burguesa carioca eram tratados os hábitos e vivências das mulheres e homens das camadas populares.

Thompson, que nessa obra tenta resgatar um pouco do universo cultural popular dos trabalhadores e do extrato mais pobre da sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX, trata ainda como a moral para os discursos oficiais era diferente da moral vivenciada pelas camadas populares. Ao refletir sobre o caso da venda de esposas, um dos rituais dessa parcela da população, o autor busca demonstrar que não era tão simples julgar o ritual, ou que essa

prática caracterizasse mulheres submissas. Defende que se só se olhar pelo lado do patriarcado as relações empreendidas na prática da venda das esposas podem perder sua complexidade. “A venda da esposa certamente nos fala da dominação masculina, mas isso é algo que já conhecemos. O que não podíamos saber, sem a pesquisa, é o pequeno espaço para afirmação pessoal que a prática podia proporcionar à esposa” (THOMPSON, 1998, p.345). O mesmo pode ser adaptado para nossa leitura das mulheres pobres no período estudado neste trabalho.

Em outro momento o autor ainda aborda sobre as normas morais dos trabalhadores que ele estuda não deverem ser tratadas como idênticas às prescritas pelos discursos oficiais, como a Igreja e mesmo a lei.

Nessas comunidades trabalhadoras ‘protoindustriais’, as relações entre os sexos estavam passando por mudança. Ainda não é apropriado usar um vocabulário de ‘direitos’; talvez ‘valor’ ou ‘respeito’ sejam os termos de que precisemos. O valor das mulheres nesses lares de muito trabalho era substancial, assim como era a sua responsabilidade, criando uma área de correspondente autoridade e independência (THOMPSON, 1998, p.345-346).

Podemos, novamente, trazer essa abordagem de Thompson para o estudo das mulheres pobres da virada do século XIX para o XX, na sociedade da então capital federal do Brasil, o valor das mulheres trabalhadoras era, como já ressaltamos, imprescindível para as redes de sociabilidade e para as estratégias de sobrevivência familiar.

Como algumas das esposas que participavam da prática da venda de esposas estudadas por Thompson, as mulheres populares da modernidade carioca não deveriam ser compreendidas apenas como vítimas, tinham certa independência e vitalidade que por vezes eram ignoradas, ou incomodavam os homens com quem se relacionavam. Não eram, de modo algum, sujeitos passivos em suas histórias.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, nossa hipótese de que houve uma formação de perfis morais femininos, por meio dos quais se tentava categorizar os papéis sociais das mulheres no espaço público durante a *belle époque* carioca, se mostrou satisfatória e pode ser demonstrada no correr deste trabalho. Ainda vimos a paradoxal formação desses perfis na modernidade. Porém, é necessário reiterar que esses perfis eram frutos de discursos advindos das camadas mais altas da sociedade e a moral propalada por eles não influenciava da mesma maneira a todas as camadas sociais. Além disso, esses eram perfis ideais de ordenação da moral na cidade, idealizados ou estigmatizados, mas não reais, as mulheres desse contexto carioca eram muito mais complexas em suas experiências e sociabilidades do que os restritos e generalizantes perfis deixavam transparecer.

Nessa pesquisa nos deparamos, por meio das fontes e da bibliografia estudada, com resistências das mulheres em suas experiências e com conquistas femininas, principalmente nos espaços de trabalho. As mulheres reais e fictícias que aqui foram estudadas eram seres complexos que muitas vezes extravazaram os limites dos papéis sociais ideais aos quais eram relacionadas. Como a negra dona do “boteco” com seu amásio em “Livres acampamentos de miséria”, como Marguett Pontes, que casada, optou por largar o marido para viver com o amante em “Exaltação”, como a menina de “Maria Rosa, a curiosa do vício” que vinha a capital em busca das possibilidades e dos luxos com os quais imaginava ser cercada a vida de uma *cocotte* ou prostituta.

As mulheres vão cada vez mais lutando por espaço no meio público, os movimentos feministas da década de 1920 são uma prova disso, um momento de ruptura onde para além das práticas cotidianas de resistência à opressão muitas delas lutam abertamente por seus

direitos. (SOIHET, 1997b). Um exemplo é a anarquista Maria Lacerda de Moura que se destacou por suas idéias libertárias sobre amor casamento e direitos das mulheres<sup>88</sup>.

O que buscamos em nosso estudo foi não só compreender a moral a qual a mulher era submetida, os condicionamentos que se propunham a elas, mas também procurar sobre as resistências, e a vivência cotidiana da mulher na modernidade carioca. Pudemos entrever como as mulheres apesar de serem categorizadas por sua participação no meio público e privado não vivenciavam sempre esse enquadramento fixo de “perfis”, seus saberes e práticas iam além. As crônicas de João do Rio foram essenciais para que pudéssemos debater os perfis contraondo-os com as pluralidades das experiências das mulheres, por sua riqueza enquanto fonte, por trazer um olhar que perpassa várias realidades sociais, as tantas experiências cotidianas diferentes.

Não nos cabe aqui discorrer mais uma vez sobre os discursos médicos, sanitaria, jurídicos e burguês que defendiam uma moral que restringia as possibilidades femininas no meio urbano, mas vale salientar, que a política que se transvestiu de *ordem e progresso* tinha um cunho de dominação – muitas vezes simbólica no que tange as relações de gênero. Além de um posicionamento segregacionista, onde muitas ações que estes compreendiam enquanto “ímorais” eram vinculadas às gentes pobres e mestiças.

---

<sup>88</sup> Outras tantas se destacaram na luta feminista nomes como: “Clotilde Duarte, Davina Praga, Carolina Barbosa, Maria Monteiro, Carmem Ferrer, Dolores Ribas, Francisca Moraes, as meninas Pillar Tata, Elvira Boni, Nair Matera, Homérica Matera, Matilde Soares, Maria da Luz Abrantes, Corina Licurgo, Elisa de Oliveira, Sra. Belarmino Fernandes, Maria Rezende, Amélia Garrido, Anita Figueiredo; em Santos Aurora Novoa, Luiza Novoa, as irmãs Odete e Isaura; Em São Paulo Maria Antônia Soares, Angelina Soares, Maria Valverde, Olga Biasi, Carolina Boni, Maria Garcia e Angelina Valverde; e no sul, Maria Silva Franco, fazem parte de mais de uma centena de colaboradoras na propaganda libertária através do teatro social, destacando-se as duas primeiras – Clotilde Duarte e Davina Fraga – que passaram de costureiras a atrizes profissionais e dos palcos toscos das associações operárias ao Teatro Nacional.” (RODRIGUES, 2007, p.93).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, C. A. *Um Homem vale um Homem. Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues*. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In.: ADDOR, C. A.; DEMINICIS, Rafael. *Historia do Anarquismo no Brasil*, (volume 2), Achiamé, RJ, 2009.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. “O Rio se renova com o prefeito bota-abaixo e o general mata-mosquitos. E o povo se rebela”. In.: *Revista do Brasil*. Ano I, nº 2, 1984.
- BENJAMIN, Walter. “El país Del Segundo Imperio en Baudelaire”. In: BENJAMIN, Walter, *Poesia y capitalismo*. 2ª Ed. Madri, Taurus, 1980.
- BERMAN, Marshall. Introdução. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. Editora Brasiliense, São Paulo. 1982.
- CALADO, Luciana. *A belle époque nas crônicas de João do Rio: o olhar de um flâneur*. Brazilian Studies Association – BRASA, 2008. Disponível em: <http://www.brasa.org/sitemason/files/i4kzFC/Calado%20Deplagne%20Luciana.pdf>
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- CHALHOUB, Sidney et al. (orgs.) *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- CLARK, Nathalia Perry, GOMES, Renato Cordeiro. *Ímpetos de progresso, impressão de pandemônio: A vida vertiginosa do Rio de Janeiro em crônicas de João do Rio*. Departamento de comunicação social da PUC-Rio, 2007. Disponível no link: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2007/relatorios/COM/com\\_nathalia\\_perry\\_clark.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/COM/com_nathalia_perry_clark.pdf)
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense, São Paul. 1989.
- \_\_\_\_\_. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 53-78, abr. 2004.
- \_\_\_\_\_. Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do século XIX e inícios do XX). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.7, 2013, p.89-103.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- FEIJÃO, Roseane. *Moda e modernidade na Belle Époque carioca*. São Paulo: Editora Estação das Letras e Cores, 2011.
- GENS, Rosa. Retratos em cantoneiras: imagens do rio de janeiro *belle époque* em João do Rio e Lima Barreto. *Pensares em Revista*, São Gonçalo, RJ, n. 1 66-75 jul.-dez. 2012.
- GOMES, Flávio; e NEGRO, Antonio Luigi. “Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n.1, 2006.
- GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

- \_\_\_\_\_. *Progresso, velocidade, máquina, e mídia: um futurismo periférico e a crônica jornalística de João do Rio*. Artigo apresentado no XIX Compós – Associação Nacional dos programas de pós-graduação em comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- HALL, Catherine. “Sweet Home”. In.: PERROT, Michelle (orgs.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HUNT, Lynn. “Revolução Francesa e vida privada”. In.: PERROT, Michelle (orgs.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IVO, Lêdo. Apresentação em *Cinematógrafo*. In.: RIO, João do, *Cinematógrafo: crônicas cariocas*, Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 11-12.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil – Tomo 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTIN-FUGIER, Anne. “Os ritos da vida privada”. In.: PERROT, Michelle (orgs.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, “Do Público para o Privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)”. *Cadernos pagu* v.4, 1995.
- MELLO, Juliana Oakim Bandeira de; RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. As reformas urbanas na cidade do rio de janeiro uma história de contrastes. *Acervo*, Rio de janeiro, v. 28, n. 1, p. 19-53, jan./jun. 2015.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. FUNARTE, 1983.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na Virada do Século XIX para o Século XX”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30*, vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PALMER, Bryan, "Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization". In: Gregory Albo, Vivek Chibber, Leo Panitch (eds.) *Socialist Register 2014: Registering Class*. London: Merlin, 2014.
- PASTURA, Angela Filomena Perricone. *Imagens de Paris nos trópicos* (Com textos inéditos de João do Rio). Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2014. 2ª ed.
- PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. *CADERNOS IPPUR-UFRJ – Ano VI*, n2 1, Dez. 1992.
- \_\_\_\_\_. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PEIXOTO, Níobe Abreu (orgs.). *Crônicas efêmeras*. São Paulo, Editora Giordano/Ateliê Editorial, 2001.
- PERROT, Michelle. *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Práticas da Memória Feminina”. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, agosto, ano/vol.09, nº 18, pp. 9-18, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Figuras e papéis”. In: PERROT, Michelle (orgs.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. “A vida em família”. In: PERROT, Michelle (orgs.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 4ª edição.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Imagens da prostituição da *belle époque* paulistana”. Artigo apresentado na 1ª Conferência Internacional sobre Moças, *Alice in Wonderland: Trastitions and Dilemas*, realidao em Amsterdã, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Modernizar para conservar: relações de gênero em São Paulo nas décadas iniciais do século XX”. São Paulo: *Cadernos Pagu*, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Anarquismo e feminismo no Brasil. Audácia de Sonhar: Memória e subjetividade em Luce Fabbri*. Editora Achiamé, São Paulo. 2ª edição. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª edição, 2008.
- RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (Orgs.). *Toda crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Volume I – (1890-1919).
- RIBEIRO, G. S. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920/Oswaldo Porto Rocha*. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio. A cidade e o poeta. O olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Coleção Os que fazem a História – Editora FGV, 2000.
- RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Editora Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: Catálogo Bibliográfico 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- \_\_\_\_\_. *João do Rio: vida paixão e obra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.
- SENNETT, Richard. In: *O declínio do homem público: as tiranias da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1983.
- \_\_\_\_\_. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau(orgs.). *História da vida privada volume 03*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e Apaixonadas – Uma investigação em Processos Criminais Cariocas (1890 – 1930). *Revista Brasileira De História*. São Paulo, v.9, nº18, p. 199 -216, 1989.
- \_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). *Historia das mulheres no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997b.
- SUSSËKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- THOMPSON, E.P. A venda de esposas. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.
- VENEU, Marcos Guedes. “O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio”. *Estudos Históricos*, vol. 3, n. 6., p. 229-243. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

## 6. FONTES

### 6.1. Lista de fontes impressas

- RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1911.  
\_\_\_\_\_. *Psychologia urbana*. Paris, H. Garnier, 1911.  
\_\_\_\_\_. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2007.  
\_\_\_\_\_. *Cinematógrafo: crônicas cariocas*, Rio de Janeiro: ABL, 2009.

### 6.2. Lista de periódicos

- Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Cidade do Rio*, 1901.  
P.B. “Clara Della Guardia”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Cidade do Rio*, RJ, 11 de setembro de 1901, nº295, p.1.
- Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, 1903–1914.  
Z. “A moda”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 14 de setembro de 1903, nº257, p.2.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 01 de setembro de 1907, nº264, p.1.  
João do Rio. “Mulheres espíritas”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 18 de janeiro de 1908, nº 18, p.1.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 01 de março de 1908, nº61, p.1.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 08 de março de 1908, nº68, p.1.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 05 de abril de 1908, nº96, p.1.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 26 de abril de 1908, nº117, p.5.  
João do Rio. “O capítulo dos chapéus no teatro”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 21 de julho de 1908, nº203, p.1.  
João do Rio. “Laurinda Belfort” In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de notícias*, RJ, 06 de julho de 1908, nº189, p.3.  
Simeão. “O que a mulher quer”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 21 de janeiro de 1910, nº21, p.2.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 20 de fevereiro de 1910, nº51, p.3.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 01 de maio de 1910, nº 121, p.5.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 15 de maio de 1910, nº 135, p.5.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 29 de maio de 1910, nº 148, p.5.  
Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *Gazeta de Notícias*, RJ, 07 de agosto de 1910, nº 219, p.5.

João do Rio. “Um aspecto do tráfico das brancas”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 06 de junho de 1911, nº157, p.1.

Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 02 de julho de 1911, nº183, p.1.

João do Rio “Psicologia feminina”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 24 de fevereiro de 1912, nº55, p.4.

João do Rio “Duas mulheres”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 20 de março de 1914, nº78, p.1.

Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 09 de abril de 1914, nº98, p.1.

Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 19 de julho de 1914, nº199, p.5.

Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 12 de setembro de 1914, nº254, p.2.

Joe. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias*, RJ, 31 de dezembro de 1914, nº364, p.2.

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. A Notícia, 1911.

João do Rio. “A jupe-culotte”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Notícia*, RJ, 18 de junho de 1911, nº 142, p.3.

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. O Paiz, 1916–1917.

Joe. “A virgem cega”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 23 de abril de 1916, nº 11521, p.1.

João do Rio, “As opiniões de Salomé”. In.: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 10 de junho de 1916, nº 11569, p.1.

José Antonio José. “A princesa dos mil vestidos”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca digital, *O Paiz*, RJ, em 06 de agosto de 1916, nº 11626, p.2.

José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 22 de agosto de 1916, nº 11611, p.2.

José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 15 de setembro de 1916, nº 11666, p.2.

José Antonio José. Sem título. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 15 de setembro de 1916, nº 11670, p.2.

João do Rio. “Aphrodisia”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 19 de fevereiro de 1916, nº11457, p.1.

João do Rio. “Maria Rosa, a curiosa do vício”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *O Paiz*, RJ, 13 de maio de 1916, nº11541, p.1.

José Antônio José. “A moda”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 03 de novembro de 1916, nº11715, p.2.

João do Rio. “Exaltação”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *O Paiz*, RJ, 01 de outubro de 1917, nº12045, p.1.

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. A Revista da Semana, 1916.

José Antônio José. “Ao ouvido a sra. Exagero”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Revista da Semana*, RJ, 27 de maio de 1916, nº16 ,p.1.

José Antonio José. “A banalidade da vida”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Revista da Semana*, RJ, 12 de agosto de 1916, nº 27, sem página.

José Antônio José. “Confidências da Sra. dona Renata”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. *A Revista da Semana*, RJ, 14 de outubro de 1916, nº36, sem página.

Joe. “Um conselho”. In.: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *A Revista da Semana*, RJ, 14 de outubro de 1916, nº36, sem página.